



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA -UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO
E LINGUAGENS (PPGCEL)**

RAINAN MARQUES SANTOS ANDRADE

**LÍNGUA INGLESA COMO PRODUTO CULTURAL: REFLEXOS DA
GLOBALIZAÇÃO E DA SOCIEDADE DE CONSUMO ENTRE A(S)
JUVENTUDE(S)**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

RAINAN MARQUES SANTOS ANDRADE

**LÍNGUA INGLESA COMO PRODUTO CULTURAL: REFLEXOS DA
GLOBALIZAÇÃO E DA SOCIEDADE DE CONSUMO ENTRE A(S)
JUVENTUDE(S)**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

Orientadora: Prof^a. Dra. Giêdra Ferreira da Cruz

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

A554l Andrade, Rainan Marques Santos.

Língua Inglesa como produto cultural: reflexos da globalização e da sociedade de consumo entre a(s) juventude(s). / Rainan Marques Santos Andrade, 2021.
106f.

Orientador (a): Dr^a. Giêdra Ferreira da Cruz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referências: f. 102 – 106.

1. Língua Inglesa – Banda Quilombo do Rio das Rãs. 2. Indústria cultural - Juventude.
3. Sociedade de consumo. I. Cruz, Giêdra Ferreira da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós -Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens-PPGCEL. III. T.

CDD: 428

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

RAINAN MARQUES SANTOS ANDRADE

**LÍNGUA INGLESA COMO PRODUTO CULTURAL: REFLEXOS DA
GLOBALIZAÇÃO E DA SOCIEDADE DE CONSUMO ENTRE A(S)
JUVENTUDE(S)**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Giêdra Ferreira da Cruz
(Orientadora - UESB - PPGCEL)

Professora Dra. Ester Maria Figueiredo de Souza –
(Membro titular interno - UESB - PPGCEL)

Professora Dra. Denise Aparecida Brito Barreto
(Membro titular externo - UESB - PPGED)

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

AGRADECIMENTOS

*Minha alma glorifica ao Senhor,
meu espírito exulta de alegria em Deus,
meu Salvador.
(Lucas 1, 46-47)*

A Deus, Rei, Soberano, que me sustentou, amparou e capacitou-me com a Sua graça. A Ti, Senhor, toda honra, louvor e adoração. Sede louvado pela Tua Misericórdia Infinita que transcende todo entendimento humano.

À Maria Santíssima, que como toda boa Mãe, segurou a minha mão e me ensinou a escrever. Ela me amparou nos inúmeros momentos de dificuldades e exaustão. Gratidão, Mãe, por transmitir-me a sua serenidade, nos momentos mais desafiadores, e por caminhar comigo em todo este percurso.

A São José, intercessor, amigo, Pai providente.

Aos meus pais Paulo e Cristiane que, a todo instante, me impulsionaram e encorajaram em meio aos desafios da vida acadêmica.

À minha avó, Nina, por toda força, conselho, e firmeza que me foram transmitidas ao longo deste percurso, sendo fundamentais para o êxito de mais um ciclo em minha vida.

Aos meus irmãos e amigos Dilva e Enéas, Diego, Verlon por todo carinho, cuidado e apoio. Vocês são verdadeiros sinais do Amor Misericordioso de Deus em minha vida.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, aos professores do curso de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, em especial, aos da linha 1 (Linguagem e Educação), que tive a oportunidade de conviver mais intensamente.

Gostaria de tecer um agradecimento mais que especial à minha orientadora, Prof^a. Dra. Giêdra Ferreira da Cruz. Gratidão por toda paciência, incentivo e dedicação que teve para comigo ao longo desta trajetória.

Às professoras Dras. Ester Maria Figueiredo e Denise Aparecida Brito, pelas importantes contribuições para construção deste trabalho e pela aceitação em comporem a banca examinadora.

Aos colegas do mestrado, em especial, à Juscileia por toda parceria e ajuda mútua que tivemos ao longo do curso.

Enfim, a todos, o meu muito obrigado!

O elemento nuclear de qualquer cultura é o idioma.
(FORATTINI, 1997)

RESUMO

O aprendizado de uma nova língua surge como uma das principais ferramentas de importação de valores, favorecendo, de certa forma, o encantamento com culturas estrangeiras, bem como a legitimação da indústria cultural. Dessa forma, Mannheim (1978) atesta que o jovem tornou-se um dos principais alvos da atual sociedade de consumo. Se em tempos mais remotos a Europa era o centro de referência do desejo, nos dias atuais, de acordo com a literatura, são os Estados Unidos da América (SIQUEIRA, 2005). É fato que a língua inglesa tornou-se a mais falada em todo o mundo. Mesmo em países cujos idiomas diferem do inglês, de certa forma, já existem estímulos sociais e econômicos para que se aprenda o idioma. Procurando compreender tais aspectos, este estudo objetivou compreender os reflexos da inserção cultural norte-americana entre o público jovem, tendo a língua inglesa como principal ferramenta de transporte. Para cumprir esse objetivo, mobilizamos uma pesquisa bibliográfica acerca da temática contemplando uma interpretação teórica dos elementos que contribuíram para a proeminência da língua inglesa como fenômeno global. Assim, no intuito de contextualizar, também, o papel desempenhado pelo o inglês na contemporaneidade, bem como as relações de poder existentes nas entrelinhas, respaldamo-nos no aporte teórico do campo da linguística aplicada e das ciências sociais, com autores tais como Hobsbawm (1975;1987), Karnal (2007), Rajagopalan (2005), Leffa (2001), Moita Lopes (2006), Milton Santos (2000), Boas (2004), Tylor (1871), Geertz (1973). Nesse sentido, os resultados apontam uma grande relação da língua inglesa no fomento da indústria cultural entendendo que, na atual sociedade de consumo, o inglês tornou-se uma grande ferramenta, um produto, cujos valores têm se propagado ao redor do globo e influenciando diversas culturas, sobretudo, de países emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Inglesa; Juventude; Indústria Cultural; Sociedade de Consumo

ABSTRACT

Learning a new language emerges as one of the main tools for importing values, favoring, in a way, the enchantment with foreign cultures, as well as the legitimacy of the cultural industry. Thus, Mannheim (1978) attests that young people have become one of the main targets of the current consumer society. If in more remote times, Europe was the center of reference for desire, nowadays, according to the literature, it is the United States of America (SIQUEIRA, 2005). It is a fact that the English language has become the most widely spoken in the world. Even in countries whose languages differ from English, to a certain extent, there are already social and economic incentives to learn the language. Seeking to understand these aspects, this study aimed to understand the reflexes of the North American cultural insertion among the young public, with the English language as the main transport tool. In order to fulfill this objective, we mobilized a bibliographical research on the subject, contemplating a theoretical interpretation of the elements that contributed to the prominence of the English language as a global phenomenon. Thus, in order to also contextualize the role played by English in contemporary times, as well as the existing power relations between the lines, we rely on the theoretical contribution of the field of Applied Linguistics and the Social Sciences, with authors such as Hobsbawm (1975;1987), Karnal (2007), Rajagopalan (2005), Leffa (2001), Moita Lopes (2006), Milton Santos (2000), Boas (2004), Tylor (1871), Geertz (1973). In this sense, the results show a great relationship of the English language in the promotion of the cultural industry, understanding that, in the current consumer society, English language has become a great tool, a product, whose values have spread around the globe, and influenced several cultures, above all, from emerging countries.

KEY WORDS: English Language; Youth; Cultural Industry; Consumer Society

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	23
QUADRO 2	43
QUADRO 3	44
QUADRO 4	45

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	25
IMAGEM 2	29
IMAGEM 3	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	15
Objetivo Geral	15
Objetivos específicos.....	16
A METODOLOGIA DA PESQUISA	16
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA LÍNGUA INGLESA	20
1.1 Traços Históricos:	20
1.2 Formação dos Estados Unidos da América	29
CAPÍTULO 2 - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO PÓS-GUERRA	39
2.1 Expansão do setor industrial	39
2.2 Expressividade dos EUA na reconstrução da economia mundial	43
CAPÍTULO 3 – GLOBALIZAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE DA LÍNGUA INGLESA	47
3.1 O inglês como língua oficial do fenômeno global.....	47
3.2 Língua inglesa e os seus reflexos na ciência	54
3.3 Inglês como língua desterritorializada.....	57
CAPÍTULO 4 – DIMENSÃO ANTROPOLÓGICA DO CONCEITO DE CULTURA	61
4.1 O homem como ser cultural	61
4.1 Evolução do conceito de cultura: principais correntes teóricas	62
CAPÍTULO 5 – CULTURA, JUVENTUDE(S) E CONSUMO: TRAÇOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	73
5.1 Juventude ou juventude(s)?.....	73
5.2 Definindo sociedade de consumo e indústria cultural.....	77
CAPÍTULO 6 – QUESTÕES DE PESQUISA E DISCUSSÃO DOS DADOS	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

É notório que há uma diversidade de idiomas e dialetos, no entanto “a globalização declina-se preferencialmente em inglês” (ORTIZ, 2004, p.5). Esse fato está relacionado a aspectos bem objetivos, que, no geral, não envolvem os fundamentos fonéticos e gramaticais que o compõem, mas aos aspectos políticos, econômicos e sociais que interligam e universalizam as relações dentro de um mundo global.

Dentro dessa perspectiva, o aprendizado de uma nova língua não se limita a obter conhecimento acerca dos aspectos fonéticos e fonológicos que a tecem. Esta é apreendida quando o falante, de certa forma, percebe que obterá vantagens em utilizar e se comunicar naquele determinado idioma levando em consideração a amplitude do seu raio de atuação. “O uso do inglês decorreria assim das vantagens que proporciona aos que dele se utilizam” (ORTIZ, 2004, p.7). Nessa direção, há uma grande procura por cursos de idiomas, não só por quem deseja apresentar um “diferencial no currículo”, mas, também, por aqueles que almejam trilhar carreiras acadêmicas. A maioria das seleções de mestrados e doutorados de grandes instituições do Brasil e exterior exige o domínio do inglês, considerado, ao redor do mundo, como língua franca ou universal.

Nesse contexto, no qual a língua inglesa é, de fato, a mais falada, inclusive entre não nativos (LEFFA, 2001), há uma forte influência no que diz respeito à produção e publicação de livros, artigos, entre outros. A maioria das obras de renomados autores das variadas áreas do conhecimento é lançada nesse idioma muito em virtude, também, do alcance mercadológico de tais obras em questão, que será muito maior ao serem publicadas no “idioma universal” do que, por exemplo, em português. Assim sendo, a língua inglesa ostenta o título de idioma “número um” do sistema capitalista contemporâneo (ORTIZ, 2004). Grandes potências econômicas mundiais falam o inglês. Países como China e Japão, mesmo não o tendo como idioma oficial, sofrem influência dessa língua; sendo que, para se trabalhar nesses grandes centros empresariais, faz-se necessário o seu amplo domínio. Dessa forma, num ritmo acelerado, essas influências chegaram a países emergentes, de modo que, hoje, existem diversas vertentes do idioma levando em consideração os aspectos culturais e sociais de cada país.

No caso do Brasil, a procura pela aprendizagem da língua inglesa é cada vez maior. Segundo dados da Catho¹, mais de 70% das empresas internacionais procuram profissionais que dominem esse idioma. Outro aspecto relevante está voltado, mais uma vez, às questões econômicas: o salário de uma pessoa com amplo domínio do inglês (níveis avançados ou fluentes), se comparado ao de outras pessoas com a mesma qualificação profissional, pode ser quase 61% maior. De acordo com a Catho, em cargos de diretoria, a diferença de salário entre alguém que fala inglês fluentemente e um profissional que não tem essa habilidade é de 42%. Para os cargos de gerência e supervisão, a diferença é de 57% e 43%, respectivamente. Os dados sinalizam que, quanto mais alto o nível hierárquico, maior se torna o percentual das pessoas que dominam o inglês. No que diz respeito às funções de níveis júnior/pleno/sênior ou às funções de assistente, auxiliares e operacionais, estas possuem salários de até 45% e 18% maiores, respectivamente, conforme o estudo. Dessa forma, as razões pelas quais muitos buscam o aprendizado do inglês estão relacionadas, em sua maioria, a uma melhor perspectiva salarial e de emprego.

É importante ressaltar que a língua inglesa já faz parte do cotidiano dos brasileiros. É comum observarmos termos do idioma em diversas áreas do conhecimento, a exemplo de *shopping center*, *playstation*, *look*, *hamburger*, *hot dog*, *download*, *site*, *pen drive*, *light*, *milk-shake* etc. Estes anglicismos permeiam as relações de maneira tão naturalizada que as pessoas, em geral, não se dão conta de como a língua inglesa está incorporada em seus hábitos mais triviais. Contudo, para além dos vocábulos, os padrões de consumo norte-americanos têm forte influência sobre as perspectivas de consumo e entretenimento no Brasil. Os Estados Unidos são o referencial em termos de expressividade de consumo em todo o globo, e suas características são incorporadas pelos países, sobretudo, em desenvolvimento. Como nos afirma Siqueira (2005),

[...] em tempos mais remotos, a Europa era o centro de referência do desejo do estrangeiro; nos dias atuais, são os Estados Unidos, com seu poderio bélico e econômico, sua hegemonia cultural e toda sua prepotência política. (SIQUEIRA, 2005, p. 2)

¹ Dados da 53ª edição da Pesquisa Salarial da Catho (site brasileiro de classificados): <http://www.catho.com.br>.

A partir da década de 50, os brasileiros deixavam de “imitar” os hábitos dos europeus para incorporar os hábitos dos estadunidenses. O comércio, sobretudo as relações entre consumidor e comerciante, estava se enfraquecendo. O comércio com base na impessoalidade ganhava força, isto é, o consumidor passava a buscar nas prateleiras e *magazines* os produtos que desejava. Mais tarde, na década de 60, estes teriam que se adaptar a outra ferramenta de consumo e entretenimento: o *Shopping Center*; ao longo das décadas, tendo o seu ápice nos anos 2000, esse continua sendo um dos principais símbolos da cultura estrangeira (norte-americana), cujos valores permeiam e influenciam as práticas sociais, sobretudo, juvenis (ALVES, 2004; POLON, 2016).

Partindo da constatação desse panorama, a motivação para a realização deste estudo surgiu da minha² formação em ciências sociais e respaldo teórico acerca das discussões que regem a sociologia da juventude. O cientista social é o profissional cuja formação proporciona a investigação dos aspectos e fenômenos da vida em sociedade, bem como os valores nela propagados. Esse meu olhar sociológico instigou-me a me empenhar no exercício de compreensão acerca da ascensão da língua inglesa em escala global, sua relação com a indústria cultural vigente, analisando a influência que ela exerce sobre as práticas sociais dos indivíduos, sobretudo, do jovem. Assim, por meio da minha experiência adquirida ao longo da formação e docência, percebo certa reorientação de comportamento e incorporação de valores da cultura norte-americana nas diversas práticas sociais da juventude³. Desse modo, notei, ao longo dos anos atuando como professor de inglês em cursos de idiomas, que o aprendizado da língua inglesa tem sido uma ferramenta de hibridismo cultural que favorece novos padrões de comportamento e influenciado diretamente a vida em sociedade desse público específico.

De acordo com Siqueira (2005),

[...] importamos modos, modelos pré-fabricados e formas de viver de culturas dos chamados países desenvolvidos sem a devida filtragem e o cuidado necessário com os efeitos que a adoção de tais hábitos,

²Fizemos o deslocamento da primeira pessoa do plural para a primeira pessoa do singular “eu”, no intuito de enfatizar as implicações que motivaram a construção desta pesquisa. Ressaltamos que, nas demais seções do texto, utilizamos o “nós”, por compreendermos a contribuição das muitas mãos presentes na realização deste trabalho.

³ No decorrer do trabalho, mais especificamente no capítulo 5, faremos uma discussão sobre o tema “juventude”, apresentando o conceito sob a ótica de alguns dos principais teóricos no assunto.

estilos e comportamentos podem acarretar às nossas vidas em todos os aspectos. (SIQUEIRA, 2005, p. 2)

Dessa forma, observamos que a língua inglesa tem sido um grande meio, cujos modelos e formas de viver das culturas dos países tidos como desenvolvidos têm sido propagados e importados, sobretudo, pelos países emergentes, a exemplo do Brasil. Nesse sentido, torna-se imprescindível investigar os valores, assim como as diversas narrativas associadas ao aprendizado desse idioma, que permeiam a vida em sociedade, relacionadas, em sua maioria, aos ganhos econômicos, *status* ou prestígio social, além de um mecanismo eficaz de aproximação e encantamento com culturas estrangeiras específicas.

A partir das nossas inquietações sobre a propagação e incorporação dos valores culturais norte-americanos entre o público jovem, resultantes do fenômeno da globalização, e por considerarmos o contato com a língua inglesa como uma das principais ferramentas de importação de tais valores, definimos o questionamento principal do presente trabalho:

- Qual o fator preponderante para a supremacia cultural dos Estados Unidos entre o público jovem no Brasil?

Objetivando responder a esse questionamento central, elaboramos duas perguntas, que serviram como suporte para a construção do trabalho, a saber:

1. Quais são as representações de juventude(s) produzidas pelos meios de comunicação sob a ótica da indústria cultural e qual o papel da língua inglesa nesse processo?
2. Qual a relação da língua inglesa, da cultura norte-americana e das tribos juvenis com o consumo destinado à(s) juventude(s)?

OBJETIVOS

Com o delineamento dessas perguntas, passamos à definição do objetivo geral da pesquisa:

Objetivo Geral

- ✓ Compreender o fator preponderante para a supremacia cultural dos Estados Unidos entre o público jovem no Brasil.

Objetivos específicos

- ✓ Verificar os aspectos geopolíticos que envolvem a ascensão do inglês como língua global.
- ✓ Discutir acerca da contribuição da língua inglesa para o desenvolvimento e estímulo da atual sociedade de consumo.
- ✓ Interpretar a relação da língua inglesa com a indústria cultural vigente a partir do fenômeno da globalização.

A METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando todas essas questões, elaboramos esta seção para o detalhamento do nosso percurso metodológico.

Em consonância com Minayo (2004), a “metodologia é uma parte complexa e deve requerer mais cuidado do pesquisador”. É mais que uma descrição, uma vez que “indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico (p.42-43). Assim sendo, fizemos o uso desta seção para demonstrar como foi realizado o processo metodológico utilizando a pesquisa bibliográfica para este estudo.

Ressaltamos que esta “pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, a pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2004, p.21-22).

De acordo com Sá-Silva et ali (2009, p. 6), “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias”. As fontes secundárias utilizadas foram livros, artigos, revistas e sites seguros. Após a seleção do material, lido cuidadosamente, analisamos e interpretamos os dados. Assim sendo, cada capítulo dialoga com vários autores, no entanto há capítulos, como o primeiro, por exemplo, que teve Karnal (2007) como autor principal. O segundo capítulo apresenta Ayerbes (1998) como autor-chave. Já no terceiro, houve a

necessidade de interação com vários autores, tais como Giddens (2009), Castells (2000), Leffa (2001) etc., no intuito de melhor explorarmos as diversas vertentes ligadas à discussão. Para não nos tornarmos repetitivos, na seção “organização deste trabalho”, detalhamos todos os capítulos subsequentes.

Ao mesmo tempo, utilizamos o “estado da arte”, também chamado “estado do conhecimento”, pois se trata de uma pesquisa bibliográfica, com fontes de pesquisa confiáveis. E, “sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito” (FERREIRA, 2002, p. 259), realizamos o levantamento bibliográfico no campo das ciências sociais, de modo que nos possibilitasse uma melhor problematização da relação do homem com a sociedade, levando em consideração os seus aspectos culturais, as relações de poder existentes, bem como a dimensão simbólica inerente ao processo. Além do campo teórico e metodológico das ciências sociais, este estudo encontra-se ancorado na Linguística Aplicada, tendo em vista que as discussões aqui abordadas não denotam apenas uma questão linguística, mas, sobretudo, as diversas vertentes que se colocam como possibilidades de reflexão. A LA proporciona elementos teóricos e metodológicos caros à nossa discussão, por trazer no seu âmago uma postura crítica e compromissada com as questões sociais e relativas à prática da linguagem (MOITA LOPES, 2008), ao enquadrar o fazer pesquisa em alternativas viáveis para a vida social como partes intrínsecas dos novos modos de teorizar.

Ainda no que tange aos procedimentos metodológicos, apropriamo-nos de um levantamento bibliográfico sobre a temática, com o seguinte *corpus*: obras de autores de áreas já mencionadas, tais como Crystal (2003), Karnal (2007), Marx (1988), Weber (1904), Locke (2001), Madison; Hamilton; Jay – Federalistas (1993), Montesquieu (2005), Hobsbawn (1975;1987), Ayerbe (1998), Fajnzylber (1984), Bianco (1987), Offe (1984), Tulchin (1990), Cardoso; Helwege (1993), Singer (1976), para a discussão que envolve os aspectos geopolíticos da língua; estudiosos como Giddens (2009), Castells (2000), Friedrich e Matsuda (2010), Kumaravadivelu (2006), Milton Santos (2000), Steger (2003), Santos (2002;2009), Leffa (2001), Ortiz (2004;2006), Forattini (1997), Rajagopalan (2005), Siqueira (2005;2015), Phillipson (1992), Moita Lopes (2008), Rodrigues (2017), Dias (1999), Grigoletto (1917), Lacoste (2005), para os debates em torno do fenômeno da globalização e da hegemonia da língua inglesa.

Sobre temas relacionados à cultura, juventude(s), indústria cultural, sociedade de consumo, foram considerados estudiosos tais como Cuche (1999), Canedo (2009), Laraia

(2001), Elias (1978;1994), Tylor (1871), Oliveira (2014), Boas (2004;2010), Pereira (2011), Kroeber (1917), Geertz (2001;2008), Benedict (1973), Abramo (1994;2005), Catanie Gilioli (2008), Groppo (2000;2017), Pais (1993;2003), Durkheim (2000), Trancoso; Oliveira (2016), Mannheim (1978;1982), Forachi (1972), Silva (2010), Dayrell (2001; 1999), Barbosa (2004), Santos (2011), Retondar (2008), Adorno e Horkheimer (1990), Freitas (2003), Polon (2016), Chambers (1996), Bourdieu (1983).

Desse modo, seguindo os princípios teórico-metodológicos propostos para este estudo, discutimos e analisamos os dados por meio de uma leitura minuciosa dos textos, sinalizando os pontos de convergência e divergência entre as ideias.

Quanto à sua organização, este trabalho de dissertação encontra-se disposto em 6 capítulos, além das considerações finais e referências.

No capítulo 1, “Aspectos geopolíticos da língua inglesa”, abordamos alguns traços históricos da colonização e formação dos Estados Unidos da América, compreendendo o percurso da desterritorialização da língua. Para a discussão, utilizamos Karnal (2007) como autor-chave.

No capítulo 2, “Estados Unidos da América e o desenvolvimento capitalista no pós-guerra”, analisamos os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento do sistema capitalista no período pós-guerra, evidenciando o papel dos Estados Unidos da América nesse processo. A discussão está estruturada a partir de Ayerbe (1998).

No capítulo 3, “Globalização e a representatividade da língua inglesa”, fizemos o exercício de compreensão acerca da expressividade da língua inglesa nesse contexto global, apresentando o conceito sob a perspectiva de diversos teóricos, tais como Friedrich e Matsuda (2010), Kumaravadivelu (2006), Rajagopalan (2005), Phillipson (1992), Leffa (2001), Moita Lopes (2008), Milton Santos (2000), Castells (2000), Boaventura (2000; 2009), entre outros.

No capítulo 4, “Dimensão antropológica do conceito de cultura”, tentamos entender a problemática à luz de antropólogos, como Boas (2004; 2010), Tylor (1871), Geertz (2001; 2008), Benedict (1973), entre outros. Nesse sentido, pontuamos em que medida os pensamentos dos autores relacionam-se e se divergem.

No capítulo 5, “Cultura, juventude(s) e consumo: traços da sociedade contemporânea”, trabalhamos com o conceito de juventude(s), as principais correntes de pensamento e as teorias pós-críticas. Também abordamos o conceito de indústria cultural e sociedade de consumo sob a ótica da racionalização ocidental. Para tais

discussões, ancoramo-nos em autores como Adorno e Horkheimer (1990), Groppo (2000; 2017), Abramo (1994), Pais (2003; 1993), entre outros.

No capítulo 6, “Questões de pesquisa e discussão dos dados”, fizemos uma retomada das perguntas que nortearam esta pesquisa, no intuito de respondê-las mediante as diversas vertentes apresentadas ao longo do texto. Estudiosos como Catani e Gilioli (2008) e Dayrell (2001) foram os autores-chave da discussão.

Por fim, na parte final deste trabalho, tratamos das nossas conclusões, além das referências bibliográficas.

Diante do exposto, esperamos que este estudo contribua e fomente o debate na academia acerca dos aspectos político-econômicos que envolvem a propagação do inglês em escala global, o apelo científico-acadêmico pelo seu aprendizado, bem como uma melhor compreensão no que diz respeito à sua relação enquanto ferramenta e produto da indústria cultural.

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA LÍNGUA INGLESA

No presente capítulo, apresentamos um breve histórico acerca da formação dos Estados Unidos da América. Nele, realizamos uma discussão sobre os diversos acontecimentos que contribuíram para a consolidação dos EUA enquanto nação, potência econômica, política e cultural. Nesse sentido, também evidenciamos aspectos importantes desse processo, como o colonialismo, neocolonialismo e imperialismo britânico. Para a discussão, utilizamos Karnal (2007) como autor-chave.

1.1 Traços Históricos:

A existência de uma língua franca, comum entre outros diversos falantes cujo idioma materno pode variar, não é um fenômeno específico do século XXI. Como nos apresenta Friedrich e Matsuda (2010), esse episódio pode ser observado desde 1678, quando se estabeleceu o termo “língua franca” como sendo um idioma misturado ou jargão usado na região portuária do Mediterrâneo. Esses vocábulos consistiam num italiano desprovido de suas flexões. Dessa forma, pode-se perceber que, desde aqueles tempos, o termo “língua franca” esteve associado às perspectivas econômicas da época. Naquele período, como numa grande feira de negócios, surgiam pessoas das mais variadas localidades no intuito de comercializarem, trocarem e divulgarem os seus produtos. Esse comércio do Mediterrâneo é tido como um dos fios condutores da transição entre o Feudalismo e a Revolução Industrial. É importante ressaltar que havia, naquela época, uma língua franca mercadológica (que não era o inglês) que unia todos em torno de interesses comerciais. Aqui se percebe que, sempre, houve um envolvimento geopolítico e, nunca, a língua por ela mesma.

O *status* de idioma universal ocupado pela língua inglesa não nasceu de forma inesperada. Mas, ao contrário, "trata-se de uma construção histórica gradual, fundada na força militar, econômica, política e imperial de nações como a Inglaterra e, posteriormente, os EUA" (VASCONCELOS, 2017, p. 43). Nesse sentido, Crystal (2003) aponta-nos dois fatores que foram preponderantes para que o inglês ocupasse o *status* atual. O primeiro está relacionado à expansão do poder colonial britânico, que alcançou o seu apogeu por volta do final do século XIX. O segundo fato é a ascensão dos Estados Unidos da América como a mais poderosa economia mundial do século XX. "É este segundo fator que continua a explicar a posição mundial da língua inglesa hoje" (CRYSTAL, 2003, p. 59).

Ao longo da história, diversos acontecimentos contribuíram para a proliferação da língua inglesa. Muitos, em função do processo, estão relacionados com as particularidades do império britânico na perspectiva da colonização. Assim, para uma melhor compreensão desses aspectos, faz-se necessário analisarmos alguns tópicos mais relevantes da situação da própria Inglaterra no contexto histórico dos séculos XV, XVI, XVII.

No século XV, a Inglaterra estava imersa em um dos maiores conflitos já registrados em sua história: a Guerra dos Cem Anos⁴ (1337-1453), seguida da Guerra das Duas Rosas⁵ (1455-1485). Essas guerras influenciaram diretamente nas atividades produtivas e comerciais daquele país, pois a grande maioria dos comerciantes estava direta ou indiretamente envolvida. Contudo, alguns autores, como Karnal (2007), ressaltam a importância desses conflitos no que diz respeito à unidade e ao fortalecimento dos ingleses no desejo e busca de um poder centralizador e pacificador. Nesse contexto, a dinastia Tudor⁶ (1485-1603) surge como a primeira monarquia absolutista da Inglaterra; “um país cansado de guerras ofereceu-se à ação dos Tudor sem grandes resistências (KARNAL, 2007, p. 26)”. Isso implica que existiam grandes interessados no fortalecimento da dinastia absolutista dos Tudor: os burgueses. Muitas das guerras que ocorreram no território inglês afetaram a economia, sendo os burgueses a classe mais prejudicada.

Esse momento também foi marcado pela profunda intermitência religiosa na Inglaterra impulsionada pelas particularidades dos reis e governantes desse período; fato que não acontecia em outros países da Europa, cuja linearidade religiosa tinha traços marcantes. Como vemos a seguir:

Por meio século, os ingleses conviveram com súbitas mudanças de orientação nas diretrizes religiosas do país. Ao contrário de uma Espanha que se unificava em torno do catolicismo, expulsando judeus e muçulmanos e perseguindo as vozes discordantes, a Inglaterra conheceu a relatividade religiosa. No século XVII, quando se iniciou a dinastia Stuart, a ilha estava fragmentada em inúmeras denominações

⁴Um dos maiores conflitos já registrados na história, entre duas das principais potências da Europa: França e Inglaterra. Uma série de confrontos por território que perduraram por cerca de 100 anos. Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-guerra-dos-cem-anos/>.

⁵ Guerra civil pela disputa do trono inglês, entre a família real de Lancaster e a de York. Ambas tinham em seu brasão o símbolo de uma rosa vermelha e branca, respectivamente. Fonte: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrarosas/>.

⁶Formada por 5 monarcas da mesma família que reinaram por mais de 100 anos, entre 1485 e 1603: Henrique VII, Henrique VIII, Eduardo VI, Joana I Grey, Mary I e Elizabeth I. Fonte: <https://www.canallondres.tv/dinastia-tudor-100-anos-no-poder/>.

protestantes, vários focos de resistência católicos e a Igreja Anglicana oficial. (KARNAL, 2007, p. 34-35)

É importante ressaltar que existem algumas particularidades no que diz respeito aos colonos ingleses, que se diferem dos espanhóis e portugueses. O relativismo religioso presente na história da Inglaterra favoreceu uma visão de mundo mais diversificada nas ações ligadas às novas terras. Dessa forma, o Estado e a Igreja não acompanharam nem influenciaram os colonos ingleses de início (KARNAL, 2007).

As expedições inglesas para a exploração da América iniciaram-se no final do século XVI. Antes desse início, a Inglaterra encontrava nos saques das embarcações espanholas e portuguesas um meio mais fácil de conquistarem riquezas sem o esforço da colonização. Essas atividades também se configuraram como uma ferramenta de protesto contra a validade do Tratado de Tordesilhas, em que Portugal e Espanha repartiam o "novo mundo" entre si. Assim, o desejo dos ingleses de desbravarem novas terras surgiu mediante a percepção da grande quantidade de metais preciosos que saqueavam, sobretudo, das embarcações espanholas advindas da América (KARNAL, 2007). Ainda nas palavras de Karnal (2007),

Das terras espanholas começavam a chegar notícias crescentes de muita riqueza, como o ouro e a prata retirados do México e do Peru. A América cada vez mais passa a ser vista como um lugar de muitos recursos e de possibilidades econômicas. Comerciantes e aventureiros, a Coroa inglesa e pessoas comuns nas ilhas britânicas agitam-se com essas notícias. A idéia da exploração vai se tornando uma necessidade aos súditos dos Tudor. Cada ataque que o corsário inglês Francis Drake fazia aos ricos galeões espanhóis no Atlântico estimulava essa idéia. Pérolas das Filipinas ornaram as jóias da rainha Elizabeth. Ouro saqueado de Lima ou do Rio de Janeiro por piratas ingleses incendeiam a imaginação britânica. (KARNAL, 2007, p. 39-40)

Foi com a permissão da rainha Elizabeth I que se iniciou a colonização inglesa das terras americanas. De acordo com Karnal (2007), o primeiro contato com essas terras, na perspectiva da colonização, foi de grande impacto tanto para os colonizadores quanto para os indígenas que habitavam aquela região. Realidades marcadas pela fome, doenças e constantes ataques dos indígenas aos ingleses acabaram minando as primeiras tentativas de colonização por parte da Inglaterra. Depois de investidas frustradas, somente no século XVII, sob a dinastia de Stuart, a Inglaterra foi novamente impulsionada a desbravar as terras americanas motivada pelo avanço do comércio. No entanto, diferente das primeiras expedições realizadas por nobres de maneira individual,

a rainha entregou essa missão às companhias, entre as quais se destacaram a de Londres e a Plymouth. Para o autor,

As companhias foram organizadas por comerciantes e apresentavam todas as características de empresas capitalistas. Aqui, ao contrário da América ibérica, define-se uma colonização de empresa, não de Estado. A Companhia de Plymouth receberia as terras e o monopólio do comércio entre a região da Flórida e o rio Potomac, restando à Companhia de Londres as terras entre os atuais cabo Fear e Nova York. Separando as duas concessões havia uma região neutra, para evitar conflitos de jurisdição. Nessa área, os holandeses aproveitaram para fundar colônias, das quais a mais famosa daria origem à cidade de Nova York. (KARNAL, 2007, p. 42)

Mesmo com todo o destaque e importância no processo de colonização, essas duas companhias não duraram muito tempo. Em 1624, a Companhia de Londres perde a licença de modo que, anos depois, em 1635, a Companhia de Plymouth teria o mesmo destino. Karnal (2007) nos diz que o fracasso das Companhias não afetou diretamente o processo de colonização, pois este já teria ganhado força, ao passo que seria difícil frear o impulso colonizador dos ingleses. O panorama da colonização do território do atual Estados Unidos entre os anos de 1603 e 1733, cujo número de colônias chegava a treze, pode ser observado no QUADRO 1 a seguir:

QUADRO 1 - As treze colônias originais

Nome	Fundada por	Ano
Virgínia	Companhia de Londres	1607
New Hampshire	Companhia de Londres	1623
Massachusetts (Plymouth)	John Mason e outros separatistas puritanos	1620-1630
Maryland	Lord Baltimore	1634
Connecticut	Emigrantes de Mass	1635
Rhode Island	Roger Williams	1636
Carolina do Norte	Emigrantes da Virgínia	1653
Nova York	Holanda	1613
Nova Jersey	Barkeley Carteret	1664
Carolina do Sul	Nobres ingleses	1670
Pensilvânia	William Penn	1681
Delaware	Suécia	1638
Geórgia	George Oglethorpe	1733

(Fonte: KARNAL, 2007, p. 44).

No século XVII, também percebemos um grande fortalecimento do capitalismo, que, rapidamente, avançou para o campo e, assim, afetou diretamente a dinâmica de vida dos camponeses. Para Karnal (2007), o desenvolvimento da propriedade privada foi preponderante para a exclusão desses trabalhadores e marcou, dessa forma, para muitos, o fim da vida no campo. Nesse contexto, cresce o número de habitantes e, conseqüentemente, da pobreza nas cidades inglesas. Assim, é justamente dessa realidade que muitos partem para a América em busca de melhores condições de sobrevivência, levando consigo toda sua bagagem cultural, a exemplo do idioma: o inglês.

Dessa forma, Marx (1988) afirma que os trabalhadores do campo só se convertem em vendedores de si à medida que lhes expropriam todos os seus meios de produção, bem como todas as garantias de sobrevivência existentes naquelas velhas instituições pautadas no trabalho da terra. As grandes massas humanas são despojadas violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários. Nesse contexto, a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural surge como a base de todo esse processo. “O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 1867, p. 968).

Pode-se perceber que a perspectiva colonizadora dos ingleses diferencia-se em muitos aspectos de Portugal e Espanha (KARNAL, 2007), uma vez que é importante considerar que a Inglaterra, naquele momento (por volta de 1624), já enfrentava sérios problemas com o aumento populacional. É justamente nessa realidade que as próprias Companhias colonizadoras empenharam-se em "esvaziar" o país descartando tudo aquilo que, para os ingleses, não era mais desejável e importante do ponto de vista econômico e social. Entre os descartados, estavam órfãos, mendigos, ladrões e mulheres. Desses, “poucos podiam pagar o alto preço de uma passagem para a América. Esse fator, combinado à necessidade de mão de obra, fez surgir uma nova forma de servidão nas colônias: a servidão temporária (*indentured servant*)” (KARNAL, 2007, p. 45). Entretanto, além da exploração do trabalho, à medida que esses ingleses “descartados” do seu país de origem chegavam a terras americanas, também as povoavam com seus valores, cultura e peculiaridades. Dessa forma, a língua inglesa começou a se disseminar entre as colônias. A perseguição religiosa na Inglaterra foi

outro fator preponderante que fez com que muitos grupos religiosos procurassem refúgio na América.

De acordo com Crystal (2003), a busca por prosperidade e o desejo da tão sonhada liberdade religiosa levaram os primeiros imigrantes ingleses a cruzarem o atlântico, instalando-se naquela que se tornaria a principal potência mundial, os Estados Unidos da América. Sendo assim, o primeiro grupo de puritanos, formado por 35 membros da Igreja Separatista Inglesa, chegou a bordo do *Mayflower*⁷, acompanhado de outros 67 exploradores.

Nesse contexto, muitos desses grupos religiosos perseguidos, a exemplo dos protestantes calvinistas, auto afirmavam-se como um povo eleito. Assim, Karnal (2007) afirma-nos que esses colonos, apoiados na Bíblia, comparavam a trajetória de perseguição sofrida na Inglaterra com a do povo hebreu do antigo testamento, cuja história foi marcada pela travessia do deserto; fato este o qual os puritanos relacionavam com sua travessia do oceano. É importante ressaltar que, assim como a história do povo hebreu, eles também estavam à procura da "terra prometida".

IMAGEM 1 – Imagens da chegada dos peregrinos puritanos à América do norte.



(Fonte: KARNAL, 2007, p. 45)

Toda essa realidade e ideia de povo eleito são um dos traços marcantes da formação cultural dos Estados Unidos. Em Weber (1904), também está presente essa

⁷Na história colonial americana, o *Mayflower* foi o navio que transportou os peregrinos da Inglaterra para Plymouth, Massachusetts, onde estabeleceram a primeira colônia permanente da Nova Inglaterra em 1620. Fonte: <https://www.britannica.com/topic/Mayflower-ship>

ideia da predestinação por meio da vocação religiosa para os negócios. O autor entende que a vocação religiosa, expressa na figura de Benjamin Franklin, é uma característica ideal do que viria a ser o capitalismo moderno que os Estados Unidos bem representariam. Segundo o autor, os preceitos trazidos por Franklin como empresário expressam a junção do espírito empresarial capitalista utilitário com os valores da fé.

Dessa forma, Weber (1904) pontua que a ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à "vocação" de ganhar dinheiro; "ela é um modo de se comportar com os bens exteriores que é tão adequada àquela estrutura, que está ligada tão de perto às condições de vitória na luta econômica pela existência" (WEBER, 1904 p. 64). O sociólogo ressalta a influência da religião no desenvolvimento do capitalismo, ao analisar e perceber valores e comportamentos comuns entre os capitalistas e trabalhadores relacionados à religião. Nesse sentido, a disciplina, a valorização do trabalho em si mesmo, a poupança são valores da ética protestante que influenciaram as grandes nações capitalistas, a exemplo dos Estados Unidos da América. O autor concebe o protestantismo como a primeira religião moderna pautada na racionalidade. Para Weber (1904), o objetivo dos protestantes, de certa forma, seria disseminar uma ideia de predestinação pautada na ética do trabalho e na prosperidade econômica. Assim, o capitalismo surge como uma consequência dessa ética religiosa. Vejamos:

[...] que o motivo fundamental da economia moderna como um todo e o "racionalismo econômico". E com todo o direito, se entendermos por essa expressão o aumento da produtividade do trabalho que, pela estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista científicos, eliminou sua dependência dos limites "fisiológicos" da pessoa humana impostos pela natureza. Ora, esse processo de racionalização no plano da técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos "ideais de vida" da moderna sociedade burguesa: o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade e também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do "espírito capitalista", uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida. Basta ler, por exemplo, a descrição feita por Benjamin Franklin dos próprios esforços a serviço dos melhoramentos comunais da Filadélfia para apreender essa verdade palmar. (WEBER, 1904, p. 67)

Ainda no século XVII e XVIII, impulsionadas pelos mais diversos fatores, ocorreram outras guerras nos continentes europeus e americanos, entre as quais se destacaram:

- ✓ Guerra da Liga de Augsburgo (1688-1697).

- ✓ Guerra da Rainha Ana ou da Sucessão Espanhola (1703-1713).
- ✓ Guerra da “Orelha de Jenkins” (1739 e 1742).
- ✓ Guerra da Sucessão Austríaca ou Guerra do Rei Jorge (1740-1768).
- ✓ Guerra Franco-Índia (1754).
- ✓ Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Karnal (2007) afirma que essas guerras marcaram o início do processo de independência das treze colônias do domínio da Inglaterra. A Guerra do Rei Jorge, destaca o autor, foi importante no que diz respeito ao despertar dos interesses da França e Inglaterra (principais envolvidas) pelo vale de Ohio.

Dois anos antes de começar na Europa a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), começavam na América os conflitos nomeados de Guerra Franco-Índia. O início do choque ligava-se exatamente às pretensões dos colonos de se expandirem sobre as áreas indígenas do Ohio. (KARNAL, 2007, p. 73)

Após a Guerra dos Sete Anos contra a França, a Inglaterra tornou-se a potência mundial e passou a criar uma série de leis mercantilistas que favoreciam o domínio político e econômico sobre as colônias. Entre estas, destacaram-se:

- ✓ Lei do Açúcar (1764), que procurava, entre outras coisas, minar a tradição dos colonos da América.
- ✓ Lei da Moeda (1764), cujo intuito era restringir a autonomia das colônias.
- ✓ Lei de Hospedagem (1764), que obrigava os colonos a abrigarem os soldados vindos da Inglaterra com todo o suporte necessário.
- ✓ Lei do Selo (1765), que estabelecia que todos os contratos, jornais e documentos públicos fossem taxados.

Todas essas situações fizeram com que se intensificasse o desejo dos colonos pela libertação do domínio e controle inglês. Contudo, no que diz respeito à independência das colônias, mesmo com o grande número de Guerras que visavam esse objetivo, o fator preponderante foi o movimento filosófico e a contribuição de muitos autores do iluminismo (KARNAL, 2007).

Nesse contexto, é importante destacar a figura de filósofos como John Locke, inglês, nascido no século XVII, conhecido como um dos pensadores contratualistas. Sua filosofia entendia a constituição do Estado a partir de uma espécie de contrato entre os

cidadãos, no intuito de se respaldarem os direitos que, para o filósofo, são naturais do homem: liberdade, felicidade e prosperidade.

Para Locke (2001), esses surgiram com o fim de se exercer em significativas influências na política inglesa e, rapidamente, propagaram-se também pelas colônias. De acordo com o filósofo, o estado de natureza é contrastado com a "sociedade civil", da qual difere pela falta de um juiz comum com autoridade. O autor ressalta a inconveniência do estado de natureza, em que todo homem tem poder executivo na lei da natureza em suas próprias mãos, de modo que pode ser levado a uma punição extrema sobre os outros e, com isso, provocar a desordem. Dessa forma, “o estabelecimento de um governo, mas não de um governo absoluto, é a solução adequada” (LOCKE, 2001, p.7), haja vista que o governante absoluto poderia seguir em estado de natureza contra os que estabeleceram a sociedade civil.

De acordo com Karnal (2007), muitos dos colonos influenciados pela teoria do filósofo inglês questionavam o cumprimento do contrato por parte do Estado. Alegavam a não garantia de direitos básicos, como, por exemplo, a preservação da vida, recordando o Massacre ocorrido em Boston (1770)⁸. No entanto, é importante ressaltar que algumas colônias inglesas (sobretudo as do sul) foram mais resistentes ao movimento de independência, temendo a internalização desses ideais por parte da camada pobre e entre os negros que estruturavam a economia. Nessa altura, em 2 de julho de 1776, o Congresso da Filadélfia decidiu pela separação. Mesmo imersos nesse panorama de guerras, a grande maioria das colônias comemoraram o feito, ao mesmo tempo em que também se prepararam para resistirem aos ataques e represálias dos ingleses. Assim, “a guerra foi uma sucessão de batalhas que ora favoreciam os britânicos, ora os colonos” (KARNAL, 2007, p. 89), sendo definitiva para o período subsequente.

IMAGEM 2 – Episódio do Massacre de Boston.

⁸Na tentativa de impor a lei do selo, em 5 de março de 1770, soldados britânicos dispararam tiros contra a multidão e mataram vários americanos. Esse acontecimento ficou conhecido como Massacre de Boston. Fonte: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Guerra-de-Independ%C3%Aancia-dos-Estados-Unidos/480590>.



(Fonte: KARNAL, 2007, p. 78)

1.2 Formação dos Estados Unidos da América

Após alguns anos de sua independência, os Estados Unidos precisavam definir o modelo político a ser adotado, tendo como principal desafio a falta de homogeneidade da nação decorrente dos aspectos da colonização, também efeitos da guerra contra a Inglaterra. De acordo com Karnal (2007), a ideia de país ou, pelo menos, a de ser "membro de um país" ainda tinha que ser construída. Não obstante, muitos fatores surgiram como obstáculos a essa construção, a exemplo da organização política interna, dos primeiros passos de elaboração da Constituição, bem como da bandeira que representaria o novo país. Assim, a frase em latim "*e pluribus unum*", que significa "de muitos, um", também inspirou o processo de formação política dos EUA, sinalizando a perspectiva formativa inicial daquela Federação. A conscientização e interiorização dos novos valores republicanos de independência por parte dos americanos também surgiram como grandes barreiras à construção da nova identidade, aponta o autor. Vejamos:

Essa frase em latim significa: "de muitos, um". Ela foi escolhida como lema do novo país e consta em muitos símbolos oficiais dos Estados Unidos. Representa o surgimento de um país unificado, nascido de muitas colônias. Essa unidade, porém, não era tão fácil de ser sustentada. A unidade contra os ingleses não significou em tempo algum um sentimento nacional de fato. (KARNAL, 2007, p. 92)

Para os Federalistas (1993), entre os maiores obstáculos que a nova Constituição teria de enfrentar, pode-se destacar o interesse óbvio de determinada classe de homens em todos os Estados da Federação, que resistiram a todas as mudanças temendo a diminuição do seu poder. Entre as reuniões íntimas daqueles que eram contra a nova Constituição, diziam que a extensão dos treze Estados era excessiva para qualquer sistema geral, de modo a ter que lançar mão de confederações separadas de distintas porções do todo. Esses ideais foram gradualmente propagados até atingir um número suficiente de adeptos que defenderam essa afirmação abertamente (MADISON; HAMILTON; JAY, 1993).

Nesse âmbito, ainda são perceptíveis no processo de formação da Constituição Americana ideais inspirados em alguns filósofos, como Locke (2001) e Montesquieu (2005). Os poderes, por exemplo, dividem-se em Executivo, Legislativo e Judiciário; exatamente o que propõe um dos pensadores citados (LOCKE, 2001). Contudo, a teoria lockeana da separação dos poderes não gera um equilíbrio entre estes, como acontece na teoria de Montesquieu. Assim, John Locke (2001) defende a supremacia do poder legislativo em detrimento dos outros poderes, muito em virtude da sua predileção no que diz respeito à organização da sociedade civil. É importante considerar que os Estados Unidos permaneciam fieis à visão revolucionária inicial, isto é, de um lugar independente, democrático e autossuficiente, sobretudo, economicamente. Muitos cidadãos norte-americanos acreditavam que o ideal de uma república perfeita, finalmente, seria realizado. Entretanto, de acordo com os Federalistas (1993), não importa quando e como seja instituído o governo, o povo deve lhe ceder alguns de seus direitos naturais, no intuito de dotá-lo dos poderes indispensáveis.

Dentro dessa perspectiva, Karnal (2007) diz que, após os conflitos de 1812, quando os Estados Unidos viveram uma relativa paz, proporcionou-se ao país uma rápida expansão e desenvolvimento econômico. O autor aponta a concentração de investimentos em um único produto ou serviço como ferramenta preponderante de ganhos no ramo da economia. Assim, em virtude de algumas inovações no campo da tecnologia, muitos desses produtos começaram a ser produzidos de maneira mais eficaz; fato que contribuiu para o aumento e eficácia dos lucros.

Dessa forma, não se pode desconsiderar a importância do surgimento das estradas de ferro nas décadas de 1840 e 1850 como um importante fator de favorecimento econômico. Essas surgem de modo a revolucionarem a eficiência da

locomoção das pessoas e mercadorias. Para os norte-americanos, os trens e ferrovias possuíam toda uma simbologia de liberdade, possibilidades; “a ideia de que tudo era possível e de que os homens haviam finalmente alcançado o progresso” (KARNAL, 2007, p. 108). Ainda para o autor,

Os trens representavam um grande avanço e mudaram a concepção de velocidade e distância da maioria das pessoas. Além disso, até mesmo o seu modo de funcionamento parecia representar algo: pesados, barulhentos como uma fábrica, cheios de engrenagem e maquinarias, carregavam em si mesmos os sinais visíveis da indústria e da tecnologia. (KARNAL, 2007, p. 108)

No período que compreende os anos entre 1848 e 1875, houve uma inquestionável dominação europeia ao redor do mundo. No entanto, o mundo da economia e do poder capitalista incluía, pelo menos, um Estado não europeu, isto é, uma federação, os Estados Unidos da América. Segundo Hobsbawn (1975), naquele momento, os EUA ainda não tinham grandes participações nas questões mundiais, e, por essa razão, os europeus davam-lhe uma atenção intermediária, exceto quando se tratava de interesses nas regiões em que os Estados Unidos estavam diretamente ligados e interessados, como os continentes americanos e o Oceano Pacífico. Como vemos a seguir:

Somente no continente norte-americano uma importante presença europeia permaneceu até 1875, a vasta, mas subdesenvolvida e grandemente vazia dependência britânica do Canadá, separado dos Estados Unidos por uma longa fronteira aberta, uma linha reta das margens do lago Ontário até o Oceano Pacífico. As áreas em disputa de cada lado desta linha eram ajustadas pacificamente – se bem que através de complicada barganha diplomática –, na maioria das vezes em favor dos Estados Unidos no decorrer do século. (HOBSBAWN, 1975, p. 150)

Toda dinâmica de expansão territorial dos Estados Unidos não causava grandes transtornos à comunidade europeia (HOBSBAWN, 1975). Assim, grande parte do sudoeste do continente que compreende os estados da Califórnia, Arizona, Utah e partes do Colorado e Novo México foi “cedida” pelo México depois de violentos conflitos entre os anos de 1848 e 1853. Pouco depois, no ano de 1867, a Rússia vendeu o Alaska.

Desse modo, percebe-se que muitos dos antigos territórios do oeste transformaram-se em Estados da União à medida que estes se tornaram atrativos economicamente para a Federação: “[...] a Califórnia em 1850, Oregon em 1859,

Nevada em 1864, enquanto que no centro do país Minesota, Kansas, Wisconsin e Nebraska adquiriram estatuto de estado entre 1858 e 1867” (HOBSBAWN, 1975, p.150). Contudo, mesmo os estadunidenses tendo a questão econômica como principal interesse de expansão territorial, levantando essa bandeira da busca da lucratividade, eles também expandiam e disseminavam sua cultura, bem como a sua língua.

Sobre a perspectiva da dominação norte-americana, Hobsbawn (1975) ressalta o controle indireto, muito em virtude de não haver nenhuma outra potência estrangeira como concorrente ou desafiante. Dessa forma, a grande maioria dos territórios dominados era composta de governos relativamente fracos, se comparados aos EUA, e parcialmente independentes, cuja consciência favorecia o domínio estadunidense; em outras palavras, este "sabia que precisavam ficar do lado do gigante do Norte” (HOBSBAWN, 1975, p. 150).

Somente no final do século, durante a moda internacional do imperialismo, iriam os Estados Unidos quebrar por pouco tempo esta tradição estabelecida. "Pobre México", iria observar o presidente Porfirio Diaz (1828-1915), "tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos", e mesmo os estados latino-americanos que se achavam mais perto do Todo-Poderoso verificaram de forma cada vez mais consciente que, neste mundo, era sobre Washington que eles deveriam manter o olho alerta. (HOBSBAWN, 1975, p. 150)

De acordo com Hobsbawn (1975), grande parte do mundo começou a ficar atenta aos EUA, especialmente a Europa, pois, nesse mesmo período, que compreendia os anos de 1848 a 1875, passou a ser grande o número de imigrantes europeus para lá motivados, justamente, pela grande extensão territorial e progresso econômico, cultural e social. Assim, grande parte dos americanos passou a reconhecer a Federação como a terra dos superlativos. Nesse contexto, o autor ressalta o rápido crescimento populacional de cidades como a de Chicago, justificando as rápidas expansões territoriais, além do crescimento da imigração. “Chicago, que tinha uns modestos 30 mil habitantes em 1850, e veio a se tornar o sexto maior centro urbano do mundo com mais de 1 milhão de habitantes em apenas 40 anos” (HOBSBAWN, 1975, p. 151).

A imagem dos Estados Unidos para aqueles imigrantes passou a ser uma alternativa revolucionária e política às monarquias, cuja aristocracia e sujeição eram traços característicos (HOBSBAWN, 1975). Para muitos daqueles, a América era tida como um "novo mundo", ou seja, era a oportunidade real de viverem em uma sociedade aberta, igualitária e democrática. A visão da América como esse lugar no qual a pobreza

não tivesse vez foi crescendo, bem como a esperança de muitos progredirem econômica e individualmente. Com efeito, “O Novo Mundo confrontava crescentemente a Europa, não como a nova sociedade, mas como a sociedade dos novos ricos (HOBSBAWN, 1975, p. 151)”. Nessas circunstâncias, o sonho revolucionário dos Estados Unidos ganhava cada vez mais força, isto é, uma imagem utópica da república como terra de igualdade democrática e de oportunidades ilimitadas. Todas essas questões, no geral, proporcionaram à federação um dinamismo econômico que refletiu também na tecnologia.

É importante considerar que, por volta da década de 1860, a grande maioria dos americanos vivia em áreas rurais, sendo que apenas 16% da população residia em cidades cujo número de habitantes ultrapassava os 8 mil. Para Hobsbawn (1975), foi justamente essa utopia rural do solo livre que mobilizou mais poder político. Esse fato, afirma o autor, foi preponderante para a criação e formação do famoso Partido Republicano. Nesse mesmo período (1848-1875), foram muitos os acontecimentos cuja relevância e profundidade marcaram a história americana, a exemplo da Guerra Civil. Como podemos observar:

A mitologia em si mesma testemunha a importância desta época com os dois temas mais profundos e eternos da história americana localizados na cultura popular: a Guerra Civil e o Oeste. Ambos estão intimamente interligados, já que foi a abertura do Oeste (ou mais exatamente suas partes sul e central) que precipitou o conflito entre os estados da República, entre os que representavam os colonos livres e o despontado capitalismo do Norte, e os da sociedade escravista do Sul. (HOBSBAWN 1975, p. 152)

A Guerra Civil nos Estados Unidos durou cerca de cinco anos. Foi a maior guerra da qual um país "desenvolvido" havia participado até aquele momento. Dessa forma, os estados do Norte, mesmo inferiores no que diz respeito ao desempenho militar, venceram devido ao grande número de homens e sua capacidade tecnológica. Eles possuíam cerca de "70% da população total nos Estados Unidos, mais de 80% dos homens em idade militar e mais de 90% da produção industrial" (HOBSBAWN, 1975, p. 156). Nessa perspectiva, pode-se considerar que a vitória do Norte também foi o triunfo do capitalismo americano e dos Estados Unidos modernos em toda a sua dimensão. A escravidão oriunda dos estados do sul, de fato, foi abolida; no entanto, isso não significaria o fim do racismo, entre outros. Em 1877, houve a retirada das tropas do Norte das terras no Sul, que, naquelas circunstâncias, já eram solidamente Democratas.

Segundo Hobsbawn (1987), muitos dos grandes capitalistas estadunidenses possuíam uma grande capacidade criativa. Essa característica foi de extrema relevância para o rápido crescimento industrial daquela Federação. Muitos daqueles grandes capitalistas das indústrias americanas fizeram fortuna não às custas da ilegalidade econômica, falcaturas ou outras ações duvidosas; muito pelo contrário, a grande maioria fez-se economicamente muito em virtude do reconhecimento da sociedade a qual os tinha como benfeitores. Entretanto, no que diz respeito aos *rouberbarons*⁹, não se pode afirmar o mesmo; embora muitos daqueles “milionários da terra” tivessem contribuído bastante para o desenvolvimento da economia capitalista moderna que ascendia nos Estados Unidos. De acordo com o autor,

[...] seria falta de sensibilidade negar que um número de magnatas deste período realizou contribuições positivas, algumas vezes importantes, para o desenvolvimento da economia industrial moderna ou (o que não é exatamente a mesma coisa) para as operações de um sistema de empresas capitalistas. (HOBSBAWN, 1987, p. 157)

No entanto, pelo menos, três características diferem os *rouberbarons* americanos de outras economias capitalistas crescentes naquele mesmo período. A primeira delas está relacionada às trocas comerciais. Nota-se que muitas destas, naquele período, eram realizadas com extrema rudeza, sem qualquer mecanismo de controle; fato que favorecia, muitas vezes, a corrupção local e nacional. Os Estados Unidos enfrentavam naquelas circunstâncias certa precariedade em termos de governo nos moldes europeus; essa realidade favorecia as ações corruptas dos poderosos da terra; “[...] de fato, a expressão *robberbarons* deveria ter sua ênfase na segunda palavra e não na primeira, pois como num reino medieval fraco, os homens não olhavam para a lei, mas para a sua própria força” (HOBSBAWN, 1987, p. 157).

A segunda característica marcante está ligada à grande capacidade de empreendedorismo daqueles magnatas, tendo como objetivo central o acúmulo de riquezas. É importante considerar que estes não se comprometiam com nenhuma forma específica de fazer dinheiro. Foi justamente por essa razão que muitos daqueles homens passaram a investir nas estradas de ferro. Para Hobsbawn (1987), esses foram os meios pelos quais muitos *robberbarons* conseguiram triplicar a sua fortuna apropriando-se, muitas vezes, de ações fraudulentas.

⁹Termo pejorativo utilizado para indicar os poderosos industriais americanos do século XIX, que fizeram fortunas monopolizando grandes indústrias, envolvendo-se em práticas comerciais antiéticas, explorando trabalhadores, entre outros. Fonte: <https://www.britannica.com/topic/robber-baron>.

A terceira relaciona-se com o fato de esses homens não possuírem competidores em riqueza e posição social. A origem dos *robberbarons*, afirma Hobsbawm (1987), é um outro aspecto a ser ressaltado, ao passo que somente 42% desses homens emergiram das classes médias ou baixas. Entretanto, não se pode desconsiderar a existência dos milionários por descendência de, pelo menos, uma geração de famílias que acumulavam riquezas. Nesse contexto, o banqueiro J. P. Morgan (1873-1913) torna-se peça importante na economia estadunidense, de modo que se tornará um grande intermediador em trazer o capital inglês para os Estados Unidos da América. Assim, os EUA foram se tornando cada vez mais atrativos para aqueles cujo objetivo girava em torno do acúmulo financeiro; “(...) homens que estavam imbuídos acima de tudo pelo imperativo capitalista da acumulação (HOBSBAWN,1975, p. 159)”. Os *robberbarons*, de certa forma, alcançaram o patamar de representantes da América em virtude de a ascensão de muitos dos homens importantes para a economia da federação ser oriunda desse grupo.

Todavia, o período de 1900 a 1920 foi marcado por inúmeros desafios ao capitalismo monopolista, bem como diversas tensões sociais, intelectuais e econômicas nos Estados Unidos (KARNAL, 2007). Naquele momento, as elites políticas e econômicas conseguiram incorporar algumas das exigências principais dos movimentos apropriando-se do ambiente da Primeira Guerra para "acertar as contas" com os mais radicais. Todas essas realidades de conflitos sociais e raciais, problemas econômicos, o ambiente repressivo de 1918-1920 foram preponderantes para o fim da era progressista e inauguraram, dessa forma, um dos períodos mais conservadores da história do país. Nessa nova fase, as corporações recuperaram a direção da economia com ajuda dos governos que, naquelas circunstâncias, tinham abandonado as reformas, marginalizado os movimentos sociais e instituído novas restrições contra os trabalhadores, mulheres, negros e imigrantes.

Contudo, de acordo com Karnal (2007), a economia robusta acendeu a esperança da população de compartilhar dos novos padrões de consumo, lazer e cultura de massa. A severidade econômica e a aparente incapacidade do governo de resolvê-la provocaram diversos questionamentos acerca do sistema; isso se refletiu no surgimento de renovados movimentos e no desenvolvimento de uma cultura de protesto social.

Em 1929, a Bolsa de Valores nos Estados Unidos caiu consideravelmente, o que deu origem à pior crise econômica na história do capitalismo mundial (KARNAL, 2007). Os efeitos dessa crise no país estenderam-se pelos anos seguintes. Até 1932, 5

mil bancos americanos haviam falido, a produção industrial sofre queda de 46%, o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu um terço. As indústrias e comerciantes reduziram preços, produção e também empregos. Nesse mesmo período, mais de 15 milhões de americanos, algo em torno de 25% da população economicamente ativa, ficaram desempregados. Tanto no campo quanto na cidade, os americanos nunca haviam enfrentado tanta pobreza, choque social e desespero como nos anos de 1930, conhecidos por muitos estadunidenses como "tempos duros".

A vida econômica e social das famílias durante a Depressão mudou completamente (KARNAL, 2007). As tensões na vida familiar começaram a surgir; não podendo conseguir emprego, muitos homens abandonaram suas famílias. De acordo com o autor, as mulheres sofreram não somente pelas condições econômicas ruins, mas também sendo vítimas de estereótipos sexuais relacionados ao seu papel social. Nas fábricas, muitas perderam o trabalho para os homens, aos quais foi dada prioridade nas poucas vagas que ainda existiam. Os negros também sofreram os impactos desse período, muitos foram expulsos de suas terras no Sul do país; nas terras nortistas, a taxa de desemprego entre os negros chegava aos 50%. Em 1932, mais de dois milhões de negros estavam recebendo alguma assistência social do Estado.

O momento da Depressão econômica confundiu completamente a liderança política dos Estados Unidos. Nesse panorama, o candidato do Partido Democrata à presidência, Franklin Delano Roosevelt, venceu as eleições de 1932 com a promessa de restaurar a confiança da sociedade na economia do país. O presidente eleito reconheceu que seria necessária uma intervenção estatal para tentar salvar o sistema econômico e aliviar os conflitos sociais. Foi então que, em 1933 e 1934, Roosevelt lançou o primeiro *New Deal*, que comportava uma série de reformas para promover a recuperação industrial e agrícola, regular o sistema financeiro, promover mais assistência social e obras públicas.

De acordo com Karnal (2007), o principal órgão público criado pelas reformas, a Administração da Recuperação Nacional, foi projetado para controlar a economia por meio de uma série de acordos entre empresários, trabalhadores e o governo, estabelecendo limites para os preços, salários e competição. Programas de planejamento regional, obras públicas e subsídios à construção civil tentaram animar a economia, ao passo que diversos esquemas de previdência e empregos públicos foram implementados na esperança de redução das taxas de desemprego. Entretanto, todo o empenho de Roosevelt logo se enfraqueceu; os novos órgãos públicos mostraram-se ineficientes, a

economia piorou, de modo que grandes questionamentos começaram a ser levantados pela esquerda e por organizações populistas. Como resposta política, em 1935, o então presidente faz o lançamento do segundo *New Deal*, com programas ampliados de assistência social emergencial, impostos sobre fortunas privadas e sistema de relações industriais que incentivou a sindicalização e previdência social aos desempregados, crianças, deficientes e aposentados.

Se comparado aos estados de bem-estar social dos países sociais-democratas da Europa, o *New Deal* de Roosevelt foi modesto (KARNAL, 2007). O pacote de medidas proposto não recuperou a economia e também não redistribuiu renda. No entanto, trouxe, em alguma medida, segurança econômica para muitos americanos, moldando as relações entre cidadãos e o Estado, mediante uma garantia mínima de qualidade de vida e proteção social.

Entre os anos de 1934 e 1941, Roosevelt assinou vários acordos comerciais com países latino-americanos, e os investimentos nos Estados Unidos nesse período triplicaram (KARNAL, 2007). Roosevelt também intensificou as relações formais com os militares desses países, montou diversos esquemas de ajuda financeira na área de desenvolvimento social e cultural com o objetivo de conseguir o apoio dos países latino-americanos no caso de guerra. De acordo com o autor, os numerosos laços históricos com a Inglaterra e a França e as constantes ameaças do Japão aos interesses econômicos do país no Pacífico foram preponderantes no que diz respeito à preparação dos Estados Unidos para uma possível guerra mundial. Nesse contexto, o *New Deal* tinha proporcionado certa estabilidade social no país; no entanto, não foram alcançados resultados significativos na economia. De acordo com Karnal (2007), a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial favoreceria uma total mobilização das políticas domésticas, emprego pleno e novas perspectivas sociais e políticas no que tange à definição de liberdade do nazismo e militarismo japonês, bem como ao sonho americano da economia equilibrada.

Os EUA lutaram nas duas frentes, da Europa e do Pacífico, perderam 322 mil homens e receberam outros 800 mil feridos. Contudo, a guerra pôs fim à Depressão econômica e ao desemprego e dobrou o PIB do país em quatro anos. A vida de muitos trabalhadores, mulheres, imigrantes e negros, também, foi transformada. O pleno emprego, somado às mudanças sociais, criaram espaços políticos nos quais minorias e mulheres puderam avançar em suas lutas pela igualdade e cidadania (KARNAL, 2007). Assim, os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como líder militar e

econômico do mundo. A economia estadunidense passou a ser controlada pelas grandes corporações, que, de certa forma, moldaram um consenso político nos anos 1950 e garantiram melhores salários para muitos trabalhadores.

Desse modo, como pode ser observado, ao logo deste capítulo, perpassamos a história da colonização dos Estados Unidos, entendendo o processo de colonialismo, neocolonialismo e as ações imperialistas que resultaram no desbravamento das terras americanas, a participação dos EUA na Segunda Guerra, entre outros acontecimentos. Desse modo, no próximo capítulo, entenderemos um pouco mais desse período do pós-guerra, explicando os diversos fatores que contribuíram para a rápida expansão do capitalismo, cujo principal expoente são os Estados Unidos da América.

CAPÍTULO 2- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO PÓS-GUERRA

Neste capítulo, analisamos os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, evidenciando o papel dos Estados Unidos da América nesse processo. Sendo assim, salientamos o crescimento do setor industrial, as transformações das atividades produtivas, o progresso técnico, as transformações políticas, a “nova educação”, entre outros. Nesse âmbito, também apontamos alguns desafios à implantação do sistema causados, entre outras coisas, pelas sequelas da Guerra. A discussão está estruturada a partir de Ayerbe (1998), como autor central.

2.1 Expansão do setor industrial

De acordo com Ayerbe (1998), o grande *boom* do capitalismo do pós-guerra deve-se principalmente à expansão do ritmo de crescimento do setor industrial, que, de uma taxa média anual de 2,8% entre 1900 e 1950, passa a 6,1% no período de 1950-1975. Por sua vez, Fajnzylber (1984) aponta que, nesse período de rápida expansão, o setor industrial não apenas transforma-se internamente, ao mesmo tempo, arrasta e modifica o resto das atividades produtivas:

[...] absorve mão-de-obra do setor agrícola, devolvendo-lhe insumos e equipamentos para sua modernização; gera o surgimento de atividades produtoras de serviços requeridos para a produção, comercialização e financiamento dos bens industriais, os quais ao mesmo tempo retroalimentam a expansão industrial; urbaniza e modifica a infraestrutura de transportes e comunicações; e exerce influência, direta e indiretamente, na orientação e crescimento do setor público. (FAJNZYLBBER, 1984, p. 13)

Vários fatores explicam o dinamismo do padrão de desenvolvimento do pós-guerra. Em relação à estrutura interna do setor industrial, há uma forte liderança do setor metal-mecânica (bens de produção e bens de consumo duráveis, sobretudo, automóveis); da indústria química (substituição dos produtos naturais por sintéticos e consolidação do petróleo como principal combustível); “passam a representar 53% da produção industrial em 1970, contra 21% em 1901 e 38% em 1937” (FAJNZYLBBER, 1984, p.22).

A busca de um aumento crescente da produtividade contribuiu para disseminar a lógica industrial e o progresso técnico para setores como agricultura, saúde e educação (AYERBE, 1998). Nesse sentido, o autor afirma que liderança do padrão de consumo de bens duráveis nos Estados Unidos, principalmente eletrodomésticos e automóveis, a generalização do financiamento ao consumo durável e não durável e os avanços tecnológicos, com destaque para a informática, permitem a expansão das atividades de serviços vinculadas às áreas financeiras, comerciais, de publicidade, educação, saúde, serviços sociais etc.

Ainda de acordo com Ayerbe (1998), a disponibilidade de mão de obra qualificada, inicialmente, advinda do desemprego nos países devastados pela Guerra e, posteriormente, por causa da migração da agricultura para a indústria bem como pela descentralização de atividades produtivas em direção aos países emergentes contribuíram para a rápida expansão do capitalismo e, com isso, permitiram a recuperação dos países da Europa Ocidental e do Japão com base num padrão industrial e tecnológico de forte inspiração norte-americana; “entre 1950 e 1976, a renda por habitante na Alemanha Ocidental em relação aos Estados Unidos se eleva de 33% para 75%.No Japão, entre 1963 e 1976, passa de um para dois terços” (AYERBE, 1998. p. 71).

Segundo Fajnzylber (1984),

A essa fonte primária, que, além disso, exercia para sociedades que emergiam da destruição da guerra, o atrativo de um esquema de consumo de massas integralmente articulado, se somava o acervo tecnológico gerado no decorrer da década de 1930 e no transcorrer da guerra ... que estava presente nas diferentes economias avançadas e, particularmente, em países como o Japão e a República Federal da Alemanha, que tinham enfrentado militarmente o resto das potências industrializadas. (FAJNZYLBBER, 1984, p.21)

Entretanto, apesar dos resultados favoráveis, a implantação desse conjunto de mudanças enfrenta muitas dificuldades, em virtude das sequelas da guerra nos planos econômico, social e político. Para Ayerbe (1998), o desemprego em massa, o desabastecimento, a paralisia da indústria, o crescimento dos partidos comunistas, especialmente na Itália e França, e a presença da União Soviética na Europa Oriental tornam o processo ainda bastante complicado.

No caso do Japão, os Estados Unidos passaram a exercer o controle direto durante sete anos (1945-1952), realizando mudanças econômicas e políticas destinadas

a configurar o país no perfil das democracias capitalistas ocidentais (AYERBE, 1998). Segundo o autor, houve uma depuração nos setores considerados como principais responsáveis pela guerra, a exemplo do militarismo e dos grandes monopólios capitalistas, o que resultou em um número expressivo de execuções militares (700), de prisões (2.000) e de destituição dos cargos por colaboração (200 mil). No que diz respeito aos monopólios econômicos,

reverte-se a situação ao estágio anterior à guerra, quando se estimulou a fusão, por iniciativa do governo imperial, iniciando-se um processo de desconcentração que se estende até 1948, quando os Estados Unidos reavaliaram a intervenção na economia japonesa em razão de interesses estratégicos no Sudeste Asiático decorrentes da guerra fria, passando a considerar os zaibatsu como aliados. (AYERBE, 1998, p. 72)

Também se destacou, entre as reformas promovidas pelos Estados Unidos, a "nova educação", que proibia o ensino de religião, moral e política, meio principal de veiculação ideológica da tradição imperial. A reforma agrária foi outra medida adotada pelos EUA. Nesse sentido, no final de 1948, dois terços dos camponeses japoneses eram proprietários, e as três quartas partes das terras pertencentes anteriormente a proprietários acomodados tinham passado para as mãos dos colonos (BIANCO, 1987 apud AYERBE, 1998).

Nesse âmbito, o que favorecerá uma convivência mais duradoura entre o novo padrão de desenvolvimento e a estabilidade política e social será a instituição de um conjunto de políticas públicas que redefinem a atuação do Estado na economia, intitulado Estado de Bem-Estar social ou *Welfare State*. Para Offe (1984), o *Welfare State* foi implementado como concepção básica do Estado e da prática estatal em quase todos os países ocidentais, sem levar em consideração o partido no poder e com apenas alterações menores e diferenças de tempo (apud AYERBE, 1998). De acordo com o autor,

A maioria dos observadores concorda que seu efeito foi (a) um *boom* econômico amplo e sem precedentes, que favoreceu todas as economias capitalistas avançadas e (b) a transformação do padrão de conflito industrial e de classe numa forma que se afasta cada vez mais do radicalismo político, e até mesmo revolucionário, e que conduz a um conflito de classe economicista, centrado na distribuição e crescentemente institucionalizado. (OFFE, 1984 Apud AYERBE, 1998, p. 73)

É importante ressaltar que o Estado de Bem-Estar social é estruturalmente funcional às necessidades de expansão do capital (AYERBE, 1998). Nesse contexto, os compromissos com o pleno emprego e o crescimento econômico, que tornam unidos os setores econômicos e o poder público nas medidas de conserto socioeconômico, implicam um aumento significativo dos gastos do Estado. Dessa forma, além das políticas sociais nas áreas de saúde, educação e previdência, o setor empresarial também se beneficia de subsídios para a expansão produtiva e, como fornecedor do Estado, em áreas estratégicas, como indústria de armamentos, espacial, pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura. Nesse sentido, além da dimensão de bem-estar, fortalece-se a dimensão empresarial do Estado. Como vemos a seguir:

Nos Estados Unidos, a participação do gasto público no PIB (Produto Interno Bruto) passa de 7,4% em 1903 para 18,4% em 1939, 21,3% em 1949 para 27,3% em 1965. Na Alemanha, entre 1958 e 1963, o aumento foi de 93%, passando de 13,7 milhões de marcos para 26,5 milhões, com destaque para educação e ciência (138%), serviços sociais (89%) e transporte e comunicações (155%). Na Inglaterra, no mesmo período, o crescimento foi de 68%, passando de 926 milhões de libras esterlinas para 1.556 milhões, com destaque para educação e ciência (66%) e transportes e comunicações (108%). (AYERBE, 1998, p. 74)

Por conseguinte, as respostas dos países latino-americanos foram variadas, num quadro em que as pressões dos Estados Unidos, em favor do alinhamento incondicional aos ditames da guerra fria, delimitam um campo de ação com poucas alternativas (AYERBE, 1998). Sendo assim, o autor afirma que, a exemplo do que aconteceu na Europa com grandes investimentos de capitais norte-americanos que contribuíram para uma reconstrução acelerada, os países latino-americanos acreditam que também podem se beneficiar desse tipo de ajuda. Contudo, os recursos que os Estados Unidos dispunham para a assistência de outros povos eram limitados. Conforme vemos a seguir:

Os EUA são a primeira nação em desenvolvimento industrial e técnicas científicas. Os recursos materiais de que dispomos para a assistência de outros povos são limitados. Mas os nossos imponderáveis recursos em conhecimentos técnicos crescem constantemente e são ilimitados. Deveríamos ajudar os povos livres do mundo a produzirem mais, por seu próprio esforço... Com a cooperação das empresas, o capital privado, a agricultura e o trabalho

deste país, este programa pode elevar substancialmente seu nível de vida. (DE LEON, 1986a, v.3, p. 73, *apud* AYERBE, 1998, 75)

Entretanto, mesmo com recursos limitados, a formalização da política de ajuda ao desenvolvimento por parte dos Estados Unidos acontece em janeiro de 1949 na inauguração das sessões do Congresso (AYERBE, 1998). Na ocasião, o presidente Trumam destaca os quatro aspectos que consideram prioritários na sua política externa, a saber:

[...] o apoio às Nações Unidas, a reconstrução da economia mundial, a luta contra o comunismo e a ajuda aos países em desenvolvimento. O ponto IV, nome que ficou como referência ao último aspecto, confirma o ponto de vista externado por Marshall. (AYERBE, 1998, p. 77)

2.2 Expressividade dos EUA na reconstrução da economia mundial

No quadro abaixo, podemos observar a ação dos Estados Unidos no que diz respeito ao último aspecto da política externa mencionado, isto é, a ajuda aos países em desenvolvimento.

**QUADRO 2 - Ajuda total dos Estados Unidos à América Latina 1952-1975
(em milhões de dólares constantes para 1989)**

Ano	Militar	Não militar	Total
1952	231.503	129.963	361.466
1953	452.154	179.934	631.088
1954	106.224	211.442	317.666
1955	120.714	429.288	550.002
1956	149.495	983.082	1.132.577
1957	257.195	1.154.243	1.411.438
1958	193.249	694.507	887.756
1959	252.400	685.910	938.310
1960	282.437	623.781	906.218
1961	466.517	1.604.880	2.071.397
1962	603.844	3.221.310	3.816.154
1963	359.076	3.053.770	3.412.846
1964	401.158	3.596.356	3.997.514
1965	352.446	2.625.777	2.978.223
1966	463.233	2.832.830	3.296.063
1967	308.153	2.052.937	2.361.090
1968	256.481	1.888.519	2.614.469
1969	139.921	1.216.872	1.356.793
1970	73.737	1.622.415	1.696.152
1971	228.886	1.186.806	1.415.692
1972	261.713	1.193.705	1.445.418
1973	222.373	907.528	1.129.901
1974	340.098	960.444	1.100.542
1975	340.736	873.478	1.214.217

Fonte: TULCHIN, 1990 *apud* AYERBE, 1998, p. 120.

Ainda sobre a ajuda aos países em desenvolvimento e, conseqüentemente, o apoio à reconstrução da economia mundial, percebemos, no quadro a seguir, o crescimento do PIB, distribuição de renda e subemprego em alguns países da América Latina.

QUADRO 3 - Crescimento do produto, distribuição de renda e subemprego informal urbano em países selecionados da América Latina (1950-1981).

	(1) Evolução do PIB (%)		(2) Distribuição da renda	(3) Subemprego informal urbano	
	1960-1973	1950-1981		1950	1980
Argentina	4,0	2,9	(Urbana) Início anos 50: 0,37 1961: 0,41 1974: 0,42 1980: 0,46	15,2	21,4
Brasil	7,5	6,8	(Nacional) 1960: 0,57 1970: 0,63 1980: 0,62	10,7	16,5
Chile	3,4	3,6	(Santiago) Início anos 50: 0,44 1960: 0,46 1968: 0,50 1971: 0,47 1981: 0,52	22,1	21,7
Colômbia	5,6	5,0	(Nacional) Início anos 50: 0,51 1964: 0,54 1971: 0,52 1978: 0,47	15,3	22,3
México	7,0	6,6	(Nacional) Início anos 50: 0,59 1963: 0,61 1967: 0,59 1977: 0,55	12,9	22,0

Fonte: CARDOSO; HELWEGE, 1993 apud AYERBE, 1998, p. 121.

No caso do Brasil, vejamos os setores com maior participação do capital estrangeiro:

QUADRO 4 - Brasil: participação do capital estrangeiro por setores industriais

Setores	Participação
Alimentos e bebidas	35%
Papel e celulose	30%
Farmacêutica	86%
Química	48%
Siderurgia	17%
Máquinas	59%
Autopeças	62%
Veículos a motor	100%
Mineração	20%
Alumínio	48%
Vidro	90%
Cimento	15%
Pneus (borracha)	100%
Indústria	31%

Fonte: SINGER, 1976, apud AYERBE, 1998, p. 138.

Os Estados Unidos perceberam que, apesar do crescimento econômico, a população em aumento tornava difícil conseguir um desenvolvimento significativo. Nessa perspectiva, os funcionários norte-americanos acharam grande resistência de parte das elites governantes e econômicas para avançar nas áreas de reforma agrária, impostos e formação de programas de bem-estar social. O autor ressalta a desconfiança entre os latino-americanos para esse novo grande projeto dos Estados Unidos, sobretudo, no que diz respeito a uma aliança para o progresso (AYERBE, 1998). Entretanto, de acordo com Ayerbe (1998), mesmo com todos esses embates, a industrialização latino-americana acompanha o padrão predominante nos países capitalistas avançados na fase de expansão das duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, com ênfase no setor de bens de consumo duráveis, de metal, mecânica, indústria química e utilização de petróleo. Dessa forma, percebemos que o crescimento

do capitalismo no pós-guerra deu-se principalmente por meio do grande desenvolvimento do setor industrial. Nesse sentido, é fundamental considerarmos o grande papel dos Estados Unidos da América nesse processo. Na verdade, os EUA foram decisivos no que tange à rápida expansão do capitalismo, contribuindo diretamente para a recuperação dos países da Europa Ocidental, América Latina e Japão.

Ao longo deste capítulo, pudemos compreender um pouco da formação dos Estados Unidos da América enquanto potência econômica, bem como a sua importância no capitalismo mundial. Após essa breve contextualização histórica, no próximo capítulo, faremos uma discussão acerca da globalização, evidenciando o papel dos Estados Unidos e da língua inglesa na legitimação desse fenômeno.

CAPÍTULO 3 – GLOBALIZAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE DA LÍNGUA INGLESA

No decorrer deste capítulo, apresentamos um estudo acerca do fenômeno da globalização evidenciando o papel dos Estados Unidos da América nesse processo. Também realizamos um exercício de compreensão acerca das transformações institucionais advindas com o fenômeno, sinalizando o papel e os reflexos da língua inglesa no âmbito tecnológico, informacional, comercial e científico. Ancoramos a discussão em alguns autores da sociologia e da linguística aplicada, tais como Friedrich e Matsuda (2010), Kumaravadivelu (2006), Rajagopalan (2005), Phillipson (1992), Leffa (2001), Moita Lopes (2008), Milton Santos (2000), Castells (2000), Boaventura (2000;2009).

3.1 O inglês como língua oficial do fenômeno global

No final do século XX, argumentava-se que se estaria no limiar de um novo tempo. Nesse contexto, uma variedade de termos começou a surgir como nomenclatura para essa transição. Muitos desses nomes referiam-se positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social, como “sociedade da informação” ou “sociedade de consumo”. Contudo, Giddens (2009) diz que, mais que um estado de coisas precedente, “está chegando a um encerramento ‘pós-modernidade’, ‘pós-modernismo’, ‘sociedade pós-industrial’ e assim por diante” (GIDDENS, 2009, p. 8).

Muitos dos debates que envolvem essas questões estão associados principalmente às transformações institucionais cuja particularidade apontam o deslocamento de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro ligado à informação. Nessa perspectiva, a língua surge como um fator importante ao passo que começará a nortear tais mudanças favorecendo a propagação numa escala global; isto é, “estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas” (GIDDENS, 2009, p. 9). Nesse contexto, Giddens (2009) afirma que os modos de vida produzidos pela modernidade são completamente distintos de todos os tipos tradicionais de ordem social, sobretudo, em sua extensionalidade e intensionalidade. Do ponto de vista extensional, ressalta o autor, estes serviram para estabelecer diversas maneiras de interconexão social em todo o globo; ao passo que, nos aspectos intensionais, surgiram de modo a alterar algumas características pessoais cotidianas da existência humana.

O ritmo de mudança intensa característico da modernidade é, justamente, uma das discontinuidades que diferenciam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais (GIDDENS, 2009). Nesse âmbito, o autor considera os aspectos dinâmicos de outras civilizações tradicionais; no entanto, a rapidez das mudanças na perspectiva da modernidade é extrema. As transformações advindas com a interconexão entre o globo bem como as particularidades das instituições modernas são outras formas de discontinuidades que, de certa forma, diferenciam estas das tradicionais. De acordo com Giddens (2009),

Algumas formas sociais modernas simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes — tais como o sistema político do estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado. Outras têm apenas uma continuidade especiosa com ordens sociais pré-existentes. Um exemplo é a cidade. Os modernos assentamentos urbanos frequentemente incorporam os locais das cidades tradicionais, e isto faz parecer que meramente expandiram-se a partir delas. Na verdade, o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores. (GIDDENS, 2009, p. 12)

Dentro dessa perspectiva, torna-se fundamental ressaltarmos a criação da *internet*. Castells (2000) afirma que o seu desenvolvimento, nas três últimas décadas do século XX, foi resultado da união entre estratégias militares, cooperação científica e iniciativas de inovação tecnológica. Aqui é importante pontuar que a *internet* foi criada por uma das mais renomadas instituições de pesquisa do mundo: a Agência de Projetos e Pesquisa Avançada (ARPA) do departamento de defesa dos Estados Unidos; sendo que muitos dos empreendimentos da ARPA mudaram os rumos da tecnologia mundial e, dessa forma, iniciaram a era da comunicação em grande escala.

A ideia inicial com a criação da *internet* e da informação em grande escala, afirma-nos Castells (2000), foi criar um sistema de comunicação invulnerável aos ataques nucleares. Mais tarde, a tecnologia digital também passou a permitir o empacotamento de diversos tipos de mensagem, como áudio, imagem, entre outros. O autor ressalta a universalidade da linguagem digital e a lógica das redes do sistema de comunicação como bases das condições tecnológicas para uma comunicação global horizontal. Assim sendo, podemos observar que a *internet*, sem dúvida, apresentou-nos um novo modelo de estabelecimento das relações comerciais juntamente a todas as perspectivas de mercado atual. Nesse sentido, percebemos que a maioria das

negociações e relações entre países são realizadas na língua inglesa por ser esta, como nos apontam Friedrich e Matsuda (2010), a língua dominante do comércio internacional.

Nesse contexto, a ascensão da telefonia móvel por volta do ano de 1997, liderada por grandes marcas, como a Nokia e Ericsson, ganha destaque nesse processo. Esses avanços, afirma-nos Castells (2000), proporcionaram uma maior capacidade de transmissão, que, somada à tecnologia de comunicação, favoreceu a utilização da *internet* ou de outras tecnologias para transmitir voz e dados; esse fato revolucionou a indústria da telecomunicação. É importante considerar que as descobertas das novas tecnologias da informação concentraram-se nos Estados Unidos da América. Sobre esse fato, o autor ressalta a relação deste com o atual contexto social dos EUA, que, em 1970, enfrentavam uma forte crise econômica. Nessas circunstâncias, o avanço tecnológico foi motivado e tido como um grande aliado no processo de reestruturação do sistema capitalista em escala global.

Desse modo, de acordo com Friedrich e Matsuda (2010), o inglês também é considerado como a linguagem da tecnologia, pois, para esta, esse fato contribuiu bastante para o seu estabelecimento e consolidação em todo o mundo. Contudo, Kumaravadivelu (2006) diz que esse título de língua da tecnologia deu-se muito devido ao fato de ser o idioma pelo qual se constituiu o conceito de comunicação no contexto atual de globalização. Como vemos a seguir:

Em um desenvolvimento sem precedentes na história humana, a internet tornou-se uma fonte singular que imediatamente conecta milhões de indivíduos com outros, com associações particulares e com instituições educacionais e agências governamentais, tornando as interações à distância e em tempo real possíveis. E a língua da globalização – claro, o inglês – está no centro da [era] contemporânea. (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 131)

Para Giddens (2009, p.55), o fenômeno da globalização “consiste numa surpreendente intensificação das relações sociais mundiais através das quais acontecimentos locais podem ser regulados a milhares de quilômetros de distância”. Essa intensificação acontece mediante o estabelecimento de um mesmo código linguístico. O autor também acredita que o desenvolvimento das relações sociais globalizadas favoreceu a diminuição de alguns aspectos do sentimento nacionalista ligados aos estados-nação. No entanto, ao mesmo tempo, esse pode estar relacionado à intensificação de sentimentos nacionalistas mais localizados. Dessa forma, segundo Giddens (2009), ao mesmo tempo em que as relações sociais tornaram-se esticadas,

como parte do mesmo processo, percebe-se o fortalecimento de pressões para certa autonomia local que reforce a identidade cultural e regional. No entanto, também existem autores, como Milton Santos (2000), por exemplo, que analisam esse fato por um viés mais crítico; considerando a globalização como um movimento perverso e excludente.

Segundo Santos (2000), a globalização surge como uma fábrica de perversidade ao passo que o desemprego torna-se cada vez mais crescente; fato que contribui consideravelmente para o aumento da pobreza e a queda da qualidade de vida por parte das classes médias. A incoerência é outro aspecto negativo da globalização; ainda para Santos (2000), a permanência da mortalidade infantil, mesmo em meio aos grandes avanços tecnológicos e progressos médicos, é um forte exemplo dessa incoerência. Dessa forma, a perversidade, aqui tida como sistêmica, que está nas bases dessa evolução, é considerada pelo autor como negativa na medida em que estimula comportamentos competitivos. Todas essas difíceis realidades, de certa forma, estão relacionadas direta ou indiretamente ao processo de globalização. Na visão de Santos (2000), poderia se pensar na construção de um mundo diferente considerando uma globalização mais humana. O autor pontua algumas bases materiais da atualidade, a exemplo da unicidade da técnica, da convergência dos momentos e do conhecimento do planeta. Estes, ainda de acordo com o autor, seriam as bases técnicas em cujo capital apoia-se para a construção de uma globalização perversa e excludente.

A globalização surge como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2000). No entanto, para compreendê-la, tornam-se relevantes, pelo menos, dois aspectos: o estado das técnicas e o estado da política. Os avanços das técnicas surgiram no fim do século XX mediante o avanço da ciência. Nessa direção, o autor pontua que

Há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. (SANTOS, 2000. p. 13)

Segundo Santos (2000), aos atores mais poderosos dessa nova globalização, reservam-se os melhores pedaços do território global a ponto de deixarem os restos para os outros. Ele ainda afirma que a grande perversidade na produção da globalização atual não está somente na polarização da riqueza e da pobreza, na segmentação dos mercados,

na destruição da natureza, mas na construção de um espaço simbólico de dominação muito em virtude da tirania do dinheiro e da informação.

Assim, ao considerar a emergência dessa dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, percebemos que ambas estão completamente relacionadas, sendo elas a base do sistema ideológico que, de certa forma, legitima o comportamento característico desta época. Para o autor, elas buscam conformar um novo *ethos* das relações sociais e interpessoais, isto é, o processo de globalização perverso e excludente que influencia diretamente no comportamento e no caráter do "novo cidadão". O geógrafo acredita que toda dinâmica de competitividade impulsionada pela produção e consumo surge como novos totalitarismos que são facilmente aceitos devido à confusão moral e espiritual instalada nesse processo.

Nesse contexto "totalitário", tudo que se transmite à maioria das pessoas ao redor do mundo é, na visão do autor, uma mídia informativa totalmente manipulada em virtude de objetivos específicos. Aqui muitos desses conteúdos invadem as empresas, o lar das famílias, como algo hegemônico e ideológico. Santos (2000), ainda, ressalta a retórica como uma ferramenta de encantamento do mundo cujos objetivos estão relacionados à instrução e também ao convencimento da sociedade a interesses bem direcionados. Para o autor,

Estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara do convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio. (SANTOS, 2000, p. 20)

Nesse panorama, as mídias nacionais também são profundamente influenciadas pelo processo de globalização. Santos (2000) não enxerga essa realidade como algo benéfico, muito pelo contrário, aponta a falsificação dos eventos, das notícias, como aspectos característicos desse processo. Assim, as informações são transmitidas mediante interpretações diversas do fato propriamente acontecido; aqui muitas dessas interpretações são carregadas de valores, visões, preconceitos e interesses particulares dos meios de comunicação. Dessa forma, é justamente por essa razão que Santos nos

afirma que a globalização também é o mundo das fábulas, uma vez que é a perspectiva do mundo como querem nos fazer vê-lo.

Outra fábula apontada pelo geógrafo está relacionada ao espaço e ao tempo, isto é, os prodígios que a velocidade trouxe ao mundo global. Assim, Castells (2000) corrobora as ideias de Santos (2000) ao afirmar que as informações encontram-se ao alcance de um número limitado de pessoas de modo que muitas não utilizam "o mesmo relógio"; o que interfere diretamente na economia e na capacidade de consumo dos indivíduos. O processo de globalização bem como a perspectiva de espaço-tempo fizeram com que o globo se norteasse pelo viés do mercado global. Dessa forma, coisas, relações sociais, dinheiro, gosto, entretenimento foram influenciados pelo processo. Por isso, de acordo com o referido autor, torna-se nítida a influência da globalização sobre os continentes bem como nas línguas, raças e religiões.

Entretanto, se não fosse a existência das fábulas, este mundo não existiria tal como é, afirma-nos Santos (2000). São justamente essas fábulas que caracterizam a violência simbólica do dinheiro e da informação. Dessa forma, ele nos afirma que tal movimento acarretou sérias mudanças na economia mundial e nas culturas globais, o que, em sua maioria, “privilegia a abertura de mercados nacionais, a flexibilização de políticas protecionistas, a intercomunicação em tempo real e a suposta prosperidade das diversas nações do planeta” (SANTOS, 2000, p. 18). Autores como Steger (2003), por exemplo, possuem uma visão mais branda acerca dessas questões. Este a compreende como “uma série multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, alargam e intensificam interdependências e trocas sociais no nível mundial” (STEGER, 2003, p. 13).

Por sua vez, Boaventura de Souza Santos (2002) concebe a globalização como um fenômeno que, de maneira extraordinária, transformou as relações transfronteiriças. Assim, a amplitude e profundidade dessas interações transnacionais fizeram com que estas conhecessem uma intensificação dramática desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras à disseminação, em uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou deslocamento em massa de pessoas, sejam como turistas ou como trabalhadores, migrantes, refugiados. Aqui, o autor não reduz o fenômeno da globalização somente a dimensões econômicas, mas também considera e ressalta suas dimensões sociais, políticas e culturais.

Os aspectos culturais também assumiram um papel importante no processo de globalização. Segundo Santos (2009), os meios de comunicação eletrônicos, especialmente a televisão, têm fomentado grande parte dos debates. Isso porque os valores, os artefatos culturais, os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, em sua maioria, norte-americanos, como o cinema, a publicidade, a televisão, *internet*, entre outros. O autor também nos afirma que a globalização surge como um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; ao passo que, mesmo no interior do campo hegemônico, existem divisões mais ou menos significativas. Contudo, por sobre todas as divisões internas, o campo hegemônico ainda atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros. Esse consenso é o fator que não só confere à globalização suas características dominantes, como também as legitima como únicas possíveis ou adequadas ao fenômeno.

No que se refere às relações sociopolíticas, tem-se defendido que, embora o sistema mundial moderno tenha sido sempre estruturado por um sistema de classes, percebemos que uma classe capitalista transnacional emerge tendo o globo como campo de reprodução social. Assim, as empresas multinacionais são a principal forma institucional dessa classe transnacional. A amplitude das transformações que essas empresas provocam na economia mundial está diretamente relacionada à sua produção, que ultrapassa mais de um terço do produto industrial mundial (SANTOS, 2002).

Nessas circunstâncias, é nítido que o inglês assume um papel fundamental no fenômeno de globalização. Leffa (2001) explica que a língua inglesa é comprovadamente o idioma oficial dessas trocas sociais e das interações intra e intercontinentais em tempo real. Segundo o autor,

Há uma série de fatos que contribuem para isso, entre os quais podemos destacar os seguintes: (1) o inglês é falado por mais de um bilhão e meio de pessoas; (2) o inglês é a língua usada em mais de 70% das publicações científicas; (3) o inglês é a língua das organizações internacionais. A razão mais forte, no entanto, é o fato que o inglês não tem fronteiras geográficas. O inglês, por outro lado, é não só declaradamente a língua oficial de 62 países, mas é também a língua estrangeira mais falada no mundo: para cada falante nativo há dois faltantes não-nativos que a usam para comunicação. (LEFFA, 2001, p.364).

Nesse sentido, é válido pensar não só no grande número de países que possuem o inglês como língua oficial, mas também na sua propagação enquanto língua estrangeira mais falada entre não nativos. Desse modo, “O inglês é provavelmente a única língua estrangeira que possui mais falantes não nativos do que nativos” (LEFFA, 2001, p. 364). Nesse sentido, a questão passa a ser não somente econômica e política, como nos remete o termo “língua franca”, mas também cultural e social.

3.2 Língua inglesa e os seus reflexos na ciência

É importante a compreensão da dimensão e surgimento do termo “língua franca”, que se encontra, como foi visto, ligado à economia. Por medidas socioeconômicas, alguns países têm favorecido com regimes administrativos especiais algumas regiões de seus territórios estabelecendo, dessa maneira, o que se pode chamar de “zona franca”. O intuito dessa iniciativa é atrair investidores de modo a gerar empregos e favorecer economicamente a região. No Brasil, adotou-se essa disposição no ano de 1968, em Manaus, quando, em uma dessas zonas, concentraram-se diversas indústrias de montagem de eletrônicos, o que favoreceu economicamente uma grande parcela da população. Dessa forma, o termo “franca” implica algumas considerações, como: “entrada franca”, “sinal verde”, “acesso irrestrito”, “ausência de limites” e tantas outras. Assim, o termo “língua franca”¹⁰ não difere do campo de tais considerações ao passo que exprime a ideia de uma língua que sirva para povos de idiomas diversos com o objetivo de facilitar e viabilizar a comunicação, sobretudo, no campo das ciências.

Contudo, é importante ressaltar que, nem sempre, o inglês ostentou esse *status* científico. Segundo Ortiz (2004), é recente e deriva da evolução cultural do ocidente, uma vez que outros idiomas também já ocuparam o *status* de “língua franca”. O latim, por exemplo, já ocupou essa posição; o francês, em virtude do iluminismo setecentista, também sustentou esse título. No entanto, logo após a I Guerra Mundial, o inglês passou a conquistar espaço e se consolidou no cenário mundial como uma hegemonia linguística, a exemplo dos dias atuais. Nesse contexto, o autor ressalta que um aspecto importante relacionado aos embates contidos no processo de aceitação da língua inglesa como franca dentro do campo das ciências sociais deve-se à dificuldade de traduzir seu

¹⁰Em consonância com Jenkins (2006), inglês como língua franca é uma língua de contato *entreculturais* que não compartilham a mesma língua materna. Para a autora, o inglês serve como língua franca entre os falantes não nativos de inglês.

variado repertório expressivo diferente das ciências naturais. Assim, tal dificuldade está ligada, sobretudo, a uma questão de natureza do saber construído.

Todo o sucesso e rapidez do estabelecimento da língua inglesa como “primeira” do mundo e, conseqüentemente, do campo científico também estão relacionados a vários outros aspectos. Podemos citar alguns como sendo determinantes: o sucesso das sociedades anglófonas na disputa pelas riquezas do mundo e o êxito idiomático como resultado dessas conquistas, colonizações e imposições comerciais do império Britânico ao longo de dois séculos. Alguns outros fatores também foram preponderantes na aceleração desse processo, tais como a liderança mundial representada pelo poder militar e tecnológico dos Estados Unidos da América e, claro, a expansão da tecnologia.

De acordo com Leffa (2001), cerca de 7% da população possui o inglês como língua materna. No entanto, outra parcela de pouco mais de 22% a tem como um segundo idioma. Nos Estados Unidos, diferente do que muitos pensam, o inglês foi estabelecido como língua oficial há pouco tempo; essa oficialização surgiu como ferramenta de amenização de pressões demográficas que estavam flexíveis à inclusão de outros idiomas, como, por exemplo, o espanhol. Dessa maneira, segundo a *Truchot-1990*, cerca de 70% da população mundial (quatro bilhões) vive na ignorância dessa língua. Contudo, advogamos que a hegemonia do inglês não se avalia quantitativamente; isto é, o fato de uma pessoa conhecer ou não o idioma não pode ser considerado como indício de erudição ou intelectualidade.

Nesse âmbito, o imperialismo científico ganhou força entre os países tidos como desenvolvidos sobre aqueles considerados emergentes. Forattini (1997) pontua algumas características desse fenômeno, como, por exemplo: o primeiro mundo (países do ocidente) é considerado como os portadores do “saber” e, por essa razão, tem a obrigação somente de ensinar favorecendo a “exogenia”, isto é, uma supervalorização da formação “além fronteiras” da população desses países subdesenvolvidos. Outro aspecto característico desse processo está relacionado ao fato de os pesquisadores considerarem os países de terceiro mundo somente como fonte de dados (*raw material*).

Entretanto, sabemos que grande parte da literatura produzida e publicada relacionada à dispersão da língua inglesa pelo mundo é recente. Toda essa bibliografia desenvolveu-se, sobretudo, nas décadas de 70 e 80, quando se publicou uma série de livros a respeito desse fenômeno do desenvolvimento do idioma em escala internacional. Contudo, muitas dessas bibliografias apresentam o inglês moldado em padrões consagrados, como o britânico e o norte-americano; tal fato fez com que

diversos autores, tais como Rajagopalan (2005) e Siqueira (2015), questionassem a padronização do idioma, ressaltando suas variações nas diversas culturas.

De acordo com Ortiz (2004), há entre os países de língua inglesa uma disputa em torno da existência ou não de um único padrão (ou, no máximo, dois) capaz de ordenar a hierarquia das falas. Esse fenômeno é percebido desde a formação do Estado-nação, do qual o monopólio da língua foi um dos traços definitivos no processo de integração nacional. No entanto, é importante pontuar que as tensões não ficaram somente no passado, como também são algo extremamente recorrente diante do surgimento e propagação de diversos idiomas no contexto de uma mesma área geográfica. O movimento *English Only*, nos Estados Unidos, por exemplo, representa essas tensões numa perspectiva mais atual, ao passo que defende o monolinguismo no intuito de desqualificar e limitar a demanda dos imigrantes que defendem uma educação bilíngue.

Nesse contexto, Ortiz (2004) ainda ressalta que o inglês é a língua dos meios de comunicação, da racionalidade, a razão primeira e não uma expressão da supremacia norte-americana. Sendo assim, a prática do inglês nos mais variados meios implica o fortalecimento do padrão da língua no mercado de bens linguísticos. A autoridade do inglês é reforçada e legitimada quando as pessoas empregam-no em suas tarefas cotidianas. Um exemplo bastante claro pode ser percebido na vertente musical, quando se vê que músicas são bastante ouvidas sem haver, na maioria das vezes, a compreensão delas. Dessa forma, a legitimidade do inglês é tamanha que prescinde do entendimento dos que o desconhecem. Por outro lado, em se tratando da população científica mundial, atualmente, como já foi mencionado anteriormente, percebe-se uma tendência em aceitar o inglês como “língua franca da ciência”. Assim, essa aceitação seria um meio de se abolirem as barreiras da comunicação nesse campo numa perspectiva global de conhecimento; isto é, legitimar uma língua como “oficial da ciência” seria um meio eficaz de se obter visibilidade dos resultados alcançados e, assim, favorecer certo “Ibope científico”.

Outra questão importante a ser considerada está relacionada ao grande crescimento dos artigos publicados em inglês em diversas áreas científicas. Em matemática, por exemplo, o *Bulletin signalétique*¹¹ aponta que, entre 1940 e 1980, houve

¹¹*Bulletin signalétique* foi iniciado por Julien Cain, administrador da Biblioteca Nacional (BN) e diretor das Bibliotecas da França, o *Bulletin des Bibliothèques* de France foi criado em 1956. A revista é o resultado da fusão de duas publicações profissionais: o *Bulletin de documentation bibliographique* (então publicado desde 1934) e o *Boletim Informativo da Direction de sBibliothèques de France* (então publicado desde 1952). Fonte: <https://bbf.enssib.fr/histoire-du-bbf>

um crescimento no número de textos produzidos em inglês de 49,5% para 71%; enquanto o francês caiu de 31,2% para 6,1%; o alemão, de 13,2% para apenas 1,6%.

Nas revistas norte-americanas, esses números ainda são mais alarmantes. A *Physics Abstracts*¹² indica que, entre as décadas de 50 e 80, as publicações em inglês aumentaram de 70,3% para 80,6%, o que tornou a produção em outras línguas quase que insignificantes. Dentro das áreas de conhecimento, entre os anos de 1965 e 1988, as publicações em inglês na área de biologia giravam em torno de 75%; em engenharia, passaram de 82% para 86%; em medicina, houve o aumento de 51% para 75%; em matemática, o número chega aos 82%.

Esse aumento, com o passar dos anos, acentua-se em todas as áreas do conhecimento. Há também revistas inteiramente em inglês ou publicações significativas no idioma em revistas nacionais. No *Brazilian Journal of Genetics*¹³, 100% dos textos são em língua inglesa; Na *Computation and Applied Mathematics*¹⁴, também no Brasil, 100% dos textos são em inglês. Em todos os casos, reforça-se e se condiciona o inglês como “língua franca da ciência”.

Como pode ser visto, a representatividade da língua inglesa tem seus reflexos na ciência no sentido de influenciar nas publicações de estudos das diversas áreas do conhecimento. Nessa direção, Phillipson (1992) já enfatizava que a dominação da língua inglesa está relacionada, entre outros fatores, ao utilitarismo anglocêntrico, isto é, às possibilidades e ao alcance que o idioma tem a oferecer em detrimento dos outros.

3.3 Inglês como língua desterritorializada

Como vimos, o papel do inglês no mundo contemporâneo é explicado pela importância que o império britânico teve nos séculos XIX e XX e pela predominância econômica dos Estados Unidos no pós-guerra, que geraram um tipo de neocolonialismo ou imperialismo (MOITA LOPES, 2008). De acordo com o autor, esse momento histórico-econômico é preponderante para a tomada de novas direções no que se convencionou chamar de globalização.

¹²*AIP Publishing* é uma subsidiária integral sem fins lucrativos do *American Institute of Physics* (AIP) Fonte: <https://physicstoday.scitation.org/journal/pto>.

¹³*Genetics and Molecular Biology* (anteriormente, denominada Revista Brasileira de Genética/Revista Brasileira de Genética - ISSN 0100-8455) é publicada pela Sociedade Brasileira de Genética. Fonte: <https://www.gmb.org.br/>.

¹⁴*Computational & Applied Mathematics* começou a ser publicado em 1981. Tido como a principal publicação científica da Sociedade Brasileira de Matemática Computacional e Aplicada (SBMAC), o objetivo do periódico é a publicação de pesquisas originais em Matemática Aplicada e Computacional, com interfaces em diversas áreas do conhecimento. Fonte: <https://www.springer.com/journal/40314>.

Nesse sentido, embora a difusão do inglês pelo mundo tenha se dado mais fortemente em alguns países do que em outros, ela aconteceu por meio de diversas formas de dominação (RODRIGUES, 2017). No Brasil, a difusão da língua inglesa ocorre a partir da chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808. Em virtude da abertura dos portos para o comércio estrangeiro, o inglês passou a ter grande funcionalidade para a intermediação desses processos. Vejamos:

Há registros de que a partir da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que determinou a “abertura dos portos às nações amigas”, mais de 30 estabelecimentos comerciais ingleses foram criados no Brasil. As mercadorias *made in England* penetravam pelo interior do país substituindo as mercadorias portuguesas. (DIAS, 1999, p. 37)

Ainda de acordo com Dias (1999), em 1821, cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife destacavam-se com o maior número de registros comerciais ligados a firmas inglesas. Assim, a difusão do inglês a partir das grandes cidades litorâneas do Brasil influenciou todo o país. Nesse contexto, a difusão do inglês deu-se não apenas em virtude do poder colonial britânico e da posição econômica dos Estados Unidos, mas também como resultado da sua flexibilidade linguística (GRIGOLETTO, 1997; DIAS, 1999).

Para Rajagopalan (2005), a língua inglesa que circula no mundo, que serve como meio de comunicação entre os diferentes povos do mundo de hoje, não pode ser confundida com a língua inglesa falada nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Austrália ou onde quer que seja. A língua inglesa, a qual vai se expandindo no mundo inteiro, é um fenômeno linguístico *sui generis*, pois, segundo as estimativas, nada menos que dois terços dos usuários desse fenômeno linguístico são aqueles que, segundo os critérios antigos, seriam considerados não nativos (RAJAGOPALAN, 2005). Dessa forma, de acordo com Rodrigues (2017), o propósito de aprender inglês no mundo contemporâneo não está necessariamente na expectativa de se comunicar com falantes nativos, mas de se comunicar com o mundo.

A partir dessas discussões, é possível entender o inglês como uma língua mundial. Para Rajagopalan (2005), o *World English* refere-se a um sistema linguístico híbrido, desprovido de falantes nativos, mas não necessariamente de ideologia, capaz de servir a todos os seus falantes, colocando-os em pé de igualdade no jogo político mundial. Esse pensamento é ratificado por Ortiz (2006) ao afirmar que:

[...] prefiro dizer que o inglês é uma língua mundial e não global, pois preservo, na afirmação, a diferença entre a diversidade da esfera cultural diante da unicidade dos domínios econômico e tecnológico. Sua mundialidade se dá no interior de um universo transglóssico habitado por outros idiomas. (ORTIZ, 2006, p. 40)

Ao comentar o efeito de sentido produzido pelo *World English* (Inglês Mundial), Rodrigues (2017) ressalta as mudanças tanto nos modos de significação do sujeito na construção de identidade híbrida, como em todas as esferas da sociedade, nos planos político, econômico, educacional, entre outros. Segundo a estudiosa, não existe categoria imune a esse fenômeno na contemporaneidade.

De acordo com Rajagopalan (2005), o *World English* é uma realidade. Entretanto, erguer a sua bandeira é uma questão política. Para o autor, esse conceito desperta as reações mais imprevisíveis, mesmo daqueles que se mostram preocupados com a dimensão político-ideológica da expansão do inglês. Dessa forma, ao apresentar o conceito de *World English*, Rajagopalan (2005) não afirma que todas as variantes do inglês estão em pé de igualdade; isso seria desconsiderar a conotação política que envolve o fenômeno. A tese do hibridismo, do *World English*, contesta o direito da metrópole de continuar ditando as regras (RAJAGOPALAN, 2005). Por esse motivo, existe a forte oposição à tese do hibridismo que se inicia justamente na própria metrópole, que sente ameaçado o seu direito de se manter "proprietária" e guardiã da língua.

Lacoste (2005), ao fazer uma análise geopolítica do inglês, ressalta que a influência dessa língua deu-se a partir de diversos fatores. Na Europa, por exemplo, destacam-se: a abertura de fábricas americanas; a necessidade do inglês em companhias aéreas e nos serviços de turismo; o desenvolvimento tecnológico científico, entre outros. O fator cultural é outro ponto que contribui fortemente para a difusão e solidificação do inglês na esfera comercial e industrial (RODRIGUES, 2017). Diante de uma atual sociedade de consumo, a cultura norte-americana exerce grande influência no mundo, sobretudo no ocidente. Os Estados Unidos difundem a sua cultura por meio da música, do cinema, da mídia, *internet* e, rapidamente, contagiam o globo, principalmente os jovens.

A partir de tais considerações, no próximo capítulo, discutiremos o conceito de cultura sob a ótica de diversos autores das ciências sociais. A discussão nos

proporcionará um deslocamento da visão superficial que, muitas vezes, é propagada sobre o tema.

CAPÍTULO 4– DIMENSÃO ANTROPOLÓGICA DO CONCEITO DE CULTURA

Ao longo deste capítulo, realizamos um exercício de compreensão acerca do conceito de cultura sob as lentes das ciências sociais. Observamos as razões pelas quais o homem é tido como um ser cultural, as discussões ligadas à cultura, assim como as diversas correntes que surgiram no intuito de explicação do conceito. A discussão está fundamentada em autores como Cuche (1999), Laraia (2001), entre outros clássicos da antropologia.

4.1 O homem como ser cultural

O homem é essencialmente um ser cultural. Nesse sentido, a noção de cultura é necessária ao passo que nos proporciona pensar a simetria da humanidade, na diversidade, para além dos termos biológicos, uma vez que ela parece fornecer respostas mais convincentes no que diz respeito à diferença entre os povos. Como vemos a seguir, na visão de Cuche (1999):

O homem é essencialmente um ser de cultura. O longo processo de hominização, começado há mais ou menos quinze milhões de anos, consistiu fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural. Ao longo desta evolução, que resulta no *Homo sapiens sapiens*, o primeiro homem, houve uma formidável regressão dos instintos substituindo progressivamente pela cultura, isto é, por esta adaptação imaginada e controlada pelo homem que se revela muito mais funcional que a adaptação genética por ser muito mais flexível, mais fácil e rapidamente transmissível. (CUCHE, 1999, p.11)

De acordo com Cuche (1999), a cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também que este meio adapte-se ao próprio homem, às suas necessidades e a seus projetos. A partir dessas considerações, podemos afirmar que a cultura surge como uma grande ferramenta de transformação da natureza e do próprio homem em todas as suas dimensões: social, política, cultural. Por meio da noção de cultura, diversas tentativas naturalizantes de explicação do comportamento humano foram colocadas em xeque. É fato que todas as populações humanas possuem a mesma carga genética; entretanto, elas se diferenciam por suas escolhas culturais, bem como pela capacidade criativa de solucionarem os problemas que lhes são colocados.

Para as ciências sociais, nada é puramente natural no homem. Mesmo as funções humanas atribuídas às necessidades fisiológicas, como fome, sono, entre outros, são informadas pela cultura. É importante ressaltar que as ciências sociais, apesar do desejo de autonomia epistemológica, nunca foram completamente independentes no que tange aos contextos intelectuais e linguísticos em que elaboram seus esquemas teóricos e conceituais (CUCHE, 1999). Isso explica a razão pela qual o exame do conceito científico de cultura implica a apropriação de estudos de sua evolução histórica. Vejamos:

Por esta razão, se quisermos compreender o sentido atual do conceito de cultura e seu uso nas ciências sociais, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito científico que dela depende, logo, localizar sua origem e sua evolução semântica. Não se trata de se entregar aqui a uma análise linguística, mas de evidenciar os laços que existem entre a história da palavra "cultura" e a história das ideias. A evolução de uma palavra deve-se, de fato, a inúmeros fatores que não são todos de ordem linguística. Sua herança semântica cria uma certa dependência em relação ao passado nos seus usos contemporâneos. (CUCHE, 1999, p. 18).

4.1 Evolução do conceito de cultura: principais correntes teóricas

Cuche (1999) considera os séculos XVIII e XIX como os períodos de principal consolidação do termo "cultura" entre os meios intelectuais e artísticos. A partir desse momento, o conceito passa a conformar sentidos diversos em países como França e Alemanha. No pensamento iluminista francês, percebemos que o conceito de cultura é empregado para caracterizar o estado do espírito cultivado pela instrução, isto é, estado do indivíduo que tem cultura. Para os franceses, "a cultura é soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história" (CUCHE, 1999, p.21).

Na França, o conceito também sempre esteve associado às ideias de progresso, evolução, educação e razão. Nesse sentido, cultura e civilização sempre andavam de mãos dadas, sendo que a primeira evocava os progressos individuais e a segunda, ligada aos progressos de ordem coletiva (CANEDO, 2009). Por sua vez, na Alemanha do século XVIII, o sentido de *Kultur* guardava diversas semelhanças com o pensamento francês. A ideia de cultura como civilização era comumente utilizada pelos príncipes da aristocracia alemã, que se preocupavam em imitar as maneiras civilizadas da corte francesa.

Cuche (1999) advoga que

Kultur no sentido figurado aparece na língua alemã no século XVIII e parece ser a transposição exata da palavra francesa. O prestígio da língua francesa - o uso do francês é então a marca distintiva das classes superiores na Alemanha - e a influência do pensamento Iluminista são muito grandes na época e explicam este empréstimo linguístico. (CUCHE, 1999, p. 24)

Laraia, por sua vez, afirma que,

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. (LARAIA, 2001 p.14)

A evolução do significado de cultura no debate entre esses dois países marcou a formação das duas concepções de cultura que estão na base de estudos das ciências sociais (CANEDO, 2009). Sendo assim, a perspectiva francesa de cultura como característica do gênero humano deu origem ao conceito universalista. No entanto, a concepção alemã de cultura relacionada ao conjunto de características artísticas, intelectuais e morais resulta no conceito particularista de cultura. Para Norbert Elias, palavras como "civilização" em francês ou inglês, ou no alemão *Kultur*, são inteiramente claras no emprego interno das sociedades às quais pertencem. Entretanto, a maneira pela qual parte do mundo relaciona-se com esses conceitos pode, de certa forma, divergir. Para Elias (1994),

o conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de travar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações, mas também a atitudes ou "comportamento" de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa. No conceito alemão de *Kultur*, em contraste, a referência a "comportamento", o valor que a pessoa tem em virtude de sua mera existência e conduta, sem absolutamente qualquer realização, é muito secundário. O sentido especificamente alemão do conceito de *Kultur* encontra sua expressão mais clara em seu derivado, o adjetivo *kulturell* que descreve o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa. Esta palavra, o conceito inerente a *kulturell*, porém, não pode ser traduzido exatamente para o francês e o inglês. (ELIAS, 1994, p. 24)

Segundo Elias (1994), *Kultiviert* (cultivado) aproxima-se muito do conceito ocidental de civilização (ELIAS, 1994). De certa forma, o conceito representa a forma mais alta de ser civilizado. O autor ainda pontua que até mesmo famílias que nada realizaram de *Kulturell* podem ser *Kultiviert*. Pois, a exemplo da palavra "civilizado", *Kultiviert* relaciona-se à forma de conduta ou comportamento da pessoa. Essa ainda descreve características sociais desses indivíduos, tais como suas habitações, maneiras, fala, roupas. Ao contrário, *Kulturell*, não está diretamente ligado às pessoas, mas a realizações humanas peculiares. Existe ainda outra diferença entre os dois conceitos:

Há outra diferença entre os dois conceitos estreitamente vinculada a isto. "Civilização" descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente "para a frente". O conceito alemão de *kultur*, no emprego corrente, implica uma relação diferente com movimento. Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a "flores do campo", a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *Kultur* delimita. (ELIAS, 1994, p. 24-25)

O conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos, isto é, coloca em evidência o que é comum a todos os seres humanos (ELIAS, 1994). Esse ainda manifesta a autoconfiança de povos cujas identidades nacionais foram plenamente estabelecidas; povos que, segundo o autor, expandiram-se fora de suas fronteiras e colonizaram muitas outras terras. Por sua vez, contrária a essa perspectiva, o conceito alemão de *Kultur* ressalta as diferenças nacionais e as particularidade identitárias dos grupos; fato pelo qual "o conceito adquiriu em campos como a pesquisa etnológica e antropológica uma significação muito além da área linguística alemã e da situação em que se originou o conceito"(ELIAS, 1994, p.25). Isso se dá muito em virtude da tardia unificação política e consolidação, de cujas fronteiras, durante séculos ou mesmo até o presente, territórios desprendem-se ou ameaçam se separar. Vejamos ainda que,

Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma, que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: "Qual é, realmente, nossa identidade?" A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase às diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico. As perguntas "o que é realmente francês? O que é

realmente inglês?" há muito deixaram de ser assunto de discussão para franceses e ingleses. Durante séculos, porém, a questão "o que é realmente alemão?" reclamou sempre resposta. Uma resposta a esta pergunta - uma entre várias outras- reside em um aspecto peculiar do conceito de *Kultur*. (ELIAS, 1994, p. 25)

Contudo, ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocabulário inglês *Culture*, que, considerando o seu amplo sentido etnográfico, inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade de hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. De acordo com Laraia (2001), com essa definição, Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além "de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos" (LARAIA, 2001, p.14).

Dessa forma, Tylor (1871) sinaliza que a cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, o que permite um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução. É importante ressaltar que o antropólogo britânico sempre buscava suporte nas ciências naturais. Como pode ser visto,

Nossos investigadores modernos nas ciências de natureza inorgânica tendem a reconhecer, dentro e fora de seu campo especial de trabalho, a unidade da natureza, a permanência de suas leis, a definida sequência de causa e efeito através da qual depende cada fato. Apoiam firmemente a doutrina pitagoriana da ordem no cosmo universal. Afirmam, como Aristóteles, que a natureza não é constituída de episódios incoerentes, como uma má tragédia. Concordam com Leibniz no que ele chamou "meu axioma, que a natureza nunca age por saltos", tanto como em seu "grande princípio, comumente pouco utilizado, de que nada acontece sem suficiente razão". Nem mesmo no estudo das estruturas e hábitos das plantas e animais, ou na investigação das funções básicas do homem, são ideias desconhecidas. Mas quando falamos dos altos processos de sentimento e da ação humana, do pensamento e linguagem, conhecimento e arte, uma mudança aparece nos tons predominantes de opinião. O mundo como um todo está fracamente preparado para aceitar o estudo geral da vida humana como um ramo da ciência natural.... Para muitas mentes educadas parece alguma coisa presunçosa e repulsiva o ponto de vista de que a história da humanidade é parte e parcela da história da natureza, que nossos pensamentos, desejos e ações estão de acordo com leis equivalentes àquelas que governam os ventos e as ondas, a combinação dos ácidos e das bases e o crescimento das plantas e animais. (TYLOR, 1871, p. 2)

Ainda na metade do século XIX, Tylor se depara com a ideia da natureza sagrada do homem. Para o autor, as considerações metafísicas e teológicas surgem como grandes obstáculos para tais investigações. Vejamos:

Natureza humana surge das considerações metafísicas e teológicas. A noção popular do livre-arbítrio humano envolve não somente a liberdade de agir de acordo com motivações, mas também o poder de quebrar a continuidade e de agir sem causa - uma combinação que pode ser grossamente ilustrada pela analogia de uma balança, algumas vezes agindo de modo usual, mas também possuindo faculdade de agir por ela própria a favor ou contra os pesos. Este ponto de vista de uma ação anômica dos desejos, que é incompatível com o argumento científico, subsiste como opinião manifesta ou latente na mente humana, e afeta fortemente a sua visão teórica da história.... Felizmente não é necessário adicionar mais nada à lista de dissertações sobre a intervenção sobrenatural e causação natural, sobre liberdade, predestinação e responsabilidade. Podemos rapidamente escapar das regiões da filosofia transcendental e da teologia, para iniciar uma esperançosa jornada sobre um terreno mais prático. Ninguém negará que, como cada homem conhece pelas evidências de sua própria consciência, causas naturais e definidas determinam as ações humanas. (TYLOR, 1871, p. 2)

De acordo com Laraia (2001), mais do que preocupado com a diversidade cultural, Tylor preocupa-se com a igualdade existente na humanidade. A diversidade é explicada por ele como resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução. Desse modo, uma das tarefas da antropologia seria, de certa forma, estabelecer uma escalada de civilização, colocando as nações europeias de um lado e, em outro, as tribos selvagens. Para entender Tylor, faz-se necessário compreender a época em que viveu e, conseqüentemente, os seus influenciadores intelectuais. Sendo assim, o seu livro foi produzido nos anos em que a Europa sofria o impacto da teoria evolucionista de Charles Darwin, de modo que a nascente antropologia foi dominada pela perspectiva do evolucionismo.

Para Tylor, o estudo das culturas singulares não poderia ser realizado sem a comparação entre elas, pois estavam ligadas umas às outras em um movimento de progresso cultural (CUCHE, 1999). Pelo método comparativo, o antropólogo tinha como objetivo estabelecer escalas de estágios da evolução da cultura. Tylor se esforçava para demonstrar a continuidade entre a cultura primitiva e a cultura mais avançada, tida como civilizada. Nesse sentido, a principal diferença entre primitivos e civilizados não está relacionada à sua natureza, mas ao grau de avanço no caminho da cultura.

Em seus estudos, Tylor (1871) combateu com veemência a teoria da degenerescência dos primitivos, inspirada por teólogos que não imaginavam a possibilidade de Deus ter criado seres tão selvagens, não reconhecendo a humanidade desses indivíduos. Para o autor, todos os humanos são dotados de cultura, e a contribuição de cada povo para o progresso era digna de reconhecimento. Para Cuche (1999), o evolucionismo de Tylor não desconsiderava o sentido da relatividade cultural. Pois ele não estava totalmente convencido de que houvesse um paralelismo absoluto na evolução cultural das diferentes sociedades. Por essa razão, ele considerava em certos casos a hipótese difusionista, conforme vemos a seguir:

Uma simples similitude entre traços culturais de duas culturas diferentes não era suficiente, segundo ele, para provar que elas estivessem situadas no mesmo nível da escala de desenvolvimento cultural: poderia ter havido uma difusão de uma em direção à outra. De uma maneira geral, fiel a seu desejo de objetividade científica, ele se mostrava prudente em suas interpretações. (CUCHE, 1999, p. 39)

A principal reação contra o evolucionismo, até então denominado de método comparativo, inicia-se com Franz Boas (1858-1949), nascido na cidade de Westfália (Alemanha) e, inicialmente, um estudante de física e geografia. Entretanto, uma expedição geográfica que o colocou em contato com os esquimós mudou a direção da sua vida e formação, transformando-o em antropólogo (LARAIA, 2001). Durante a sua estadia, Boas convivia com os esquimós em muitas das suas atividades diárias, considerando-se muitas vezes como parte daquela família.

Como foi observado, a teoria evolucionista buscava descobrir leis uniformes da evolução, partindo da primícia de uma igualdade geral da natureza humana. Nesse âmbito, todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios. Esse fato comum implicaria a ocorrência de elementos semelhantes em diferentes épocas e lugares do mundo; sendo o método comparativo o meio pelo qual se explicaria não só o caminho de evolução da humanidade, como também o estágio no tempo em que cada povo encontra-se. A sociedade em que viviam, para esses autores evolucionistas, era o ápice do processo de evolução. Nesse sentido, a principal crítica de Boas não era tanto contra a teoria da evolução, mas com relação ao seu método.

Para Oliveira (2014), o embate de Boas com o evolucionismo visava à reavaliação dos pressupostos teóricos e metodológicos que norteavam a pesquisa

antropológica, contrapondo-se à noção de uma evolução histórica abrangente e universal direcionada por leis imutáveis. De acordo com Cuhe (1999), se Tylor é o inventor do conceito científico de cultura, Boas será o primeiro antropólogo a fazer a pesquisa *in locus* para a observação direta e prolongada das culturas primitivas, sendo assim o inventor da etnografia.

Mesmo tendo Boas se apropriado do conceito de cultura de Tylor, ele tinha como objetivo o estudo “das culturas” e não “da cultura”. Boas não acredita no comparatismo da maioria dos autores evolucionistas. Ele afirma que havia pouca esperança de descobrir leis universais de funcionamento das sociedades e das culturas humanas e ainda menos chance de encontrar leis gerais da evolução das culturas. Pelas mesmas razões, Boas também duvidava das teses difusionistas. O método difusionista, ao contrário do evolucionismo, do qual também eram críticos, colocava a explicação da questão da diversidade humana na ideia e difusão.

É importante ressaltar que Boas também é tido como o fundador do particularismo histórico, também conhecido como Escola Cultural Americana, que defende a ideia de que cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou. Sendo assim, as investigações históricas são importantes no que tange à descoberta da origem dos traços culturais, bem como à interpretação da maneira pela qual tomam lugar num dado conjunto sociocultural. Com esse pensamento, o antropólogo procurava “incutir o valor relativo de todas as formas de cultura e de assim servir como uma restrição a uma avaliação exagerada do nosso período, que tendemos a considerar como a meta final da evolução humana” (BOAS, 2004, p. 57).

De acordo com Oliveira (2014), a crítica de Boas era em toda a sua extensão relativista. Para o autor, sua defesa ao relativismo cultural acentuava a autonomia da cultura na sua radical singularidade. Esse fato foi preponderante para as bases do seu conceito relativista de cultura, não mais definido no singular, mas no plural: “culturas”; destacando a particularidade histórica de cada cultura, considerando sua formação e transformação um processo “que ocorre no tempo e de forma dinâmica e diacrônica, não segundo uma concepção uniforme da dimensão temporal como na teoria evolucionista” (OLIVEIRA, 2014, p. 9).

Desse modo, Boas (2004; 2010) acredita que, no lugar de uma simples linha de evolução, aparece uma multiplicidade de linhas (convergentes e divergentes) difíceis de serem unidas num sistema. Para o antropólogo, ao invés de uniformidade, a palavra

chave seria diversidade. Pereira (2011) comenta que, a partir do conceito de relativismo cultural, Boas mostra a evolução como fenômeno que pode decorrer do estado mais simples para o mais complexo dentro de uma cultura e que esta tem o seu valor e a sua riqueza dentro do seu próprio sistema cultural. Fora daquele sistema, ela perde o sentido. Vejamos o exemplo:

Assim sendo, a noção de bem e de mau, de certo e de errado e outras categorias de valores são relativos a cada cultura. Isso vale para todas as práticas e costumes de um povo, inclusive para a sua educação, como veremos abaixo. Assim sendo, a educação está relacionada à herança cultural e não biológica. (PEREIRA, 2011, p. 110)

A principal contribuição de Boas para o conceito de cultura está relacionada com a nova abordagem trazida por ele (PEREIRA, 2011). Em suma, Boas não se apropriou de uma teoria em particular, muito menos criou uma escola de antropologia. Suas pesquisas apontam o enfoque dado ao estudo da(s) cultura(s), nos detalhes, na diversidade.

Inspirado pelo pensamento de Boas, Kroeber (1876-1960), antropólogo americano, procurou mostrar como a cultura atua sobre o homem. Para o autor, foi graças à cultura que a humanidade distanciou-se do mundo animal, ou seja, o homem tornou-se um ser considerado além de suas limitações orgânicas.

Nas palavras de Kroeber (1917),

Tem sido modo de pensamento característico de nossa civilização ocidental uma formulação de antíteses complementares, um equilíbrio de contrários que se excluem. Um desses pares de idéias com que o nosso mundo vem lidando há cerca de dois mil anos se exprime nas palavras corpo e alma. Outro par que já teve a sua utilidade, diria de que a ciência está agora muitas vezes se esforçando por descartar-se, pelo menos em certos aspectos, é a distinção entre o físico e o mental. Há uma terceira discriminação que é entre o vital e o social, ou em outras palavras, entre o orgânico e o cultural. O reconhecimento implícito da diferença entre qualidades e processos orgânicos e qualidades e processos sociais vem de longa data. Contudo, a distinção formal é recente. De fato, pode dizer-se que o pleno alcance da importância da antítese está apenas raiando sobre o mundo. Para cada ocasião em que alguma mente humana separa nitidamente as forças orgânicas e sociais, há dezenas de outras vezes em que não se cogita a diferença entre elas, ou em que ocorre uma real confusão de duas idéias. (KROEBER, 1917, p. 41)

Ao comentar o posicionamento de Kroeber (1917), Laraia (2001) nos afirma que a sua preocupação estaria em sanar a confusão entre orgânico e cultural. É inegável que o homem depende do seu equipamento biológico. Para se manter vivo, independente do sistema cultural a que pertença, faz-se necessário cumprir uma série de funções vitais. Entretanto, "embora estas funções sejam comuns a toda humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra" (LARAIA, 2001). Por exemplo, atividades como a alimentação, mesmo comum a todo ser humano, configuram-se de maneira distinta nas diversas culturas, ao passo que o considerado "comum" em uma comunidade pode gerar estranheza em outros grupos. Nesse contexto, entendemos que o homem é um ser predominantemente cultural, pois os seus comportamentos não são biologicamente determinados. Laraia (2001) ainda pontua algumas outras importantes contribuições de Kroeber para o conceito de cultura, quais sejam:

1. A cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações.
2. O homem age de acordo com os seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo por que passou. (Voltaremos a este ponto mais adiante.)
3. A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica o seu equipamento superorgânico.
4. Em decorrência da afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu hábitat.
5. Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas.
6. Como já era do conhecimento da humanidade, desde o Iluminismo, é este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional.
7. A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.
8. Os gênios são indivíduos altamente inteligentes que têm a oportunidade de utilizar o conhecimento existente ao seu dispor, construído pelos participantes vivos e mortos de seu sistema cultural, e criar um novo objeto ou uma nova técnica. Nesta classificação podem ser incluídos os indivíduos que fizeram as primeiras invenções, tais como o primeiro homem que produziu o fogo através do atrito da madeira seca; ou o primeiro homem que fabricou a primeira máquina capaz de ampliar a força muscular, o arco e a flecha etc. São eles gênios da mesma grandeza de Santos Dumont e Einstein. Sem as suas primeiras invenções ou descobertas, hoje consideradas modestas, não teriam ocorrido as demais. E pior do que isto, talvez nem mesmo a espécie humana teria chegado ao que é hoje. (LARAIA, 2001, p. 26-27).

Para Geertz (2008), o conceito de cultura é essencialmente semiótico. Assim como o sociólogo Max Weber, Geertz acredita que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu; a cultura são essas teias, e a sua análise, uma ciência interpretativa à procura de significado. Portanto, o autor propõe uma antropologia interpretativa para a compreensão do fenômeno cultural, contrapondo-se à ideia de funcionalismo de Malinowski e à de estrutura de Claude Lévi Strauss. Em uma entrevista de Victor Tsu, publicada originalmente na Folha de São Paulo em 18 de fevereiro de 2001, Geertz é categórico em sua afirmação:

Devo dizer que não sou da mesma categoria que Claude, mas não acho essa questão particularmente importante. Não me importa se ele a chama de ciência ou não, eu mesmo acredito que seja, mas isso depende do que significa "ciência". Lévi-Strauss certamente está certo ao dizer que a antropologia cultural não segue o mesmo modelo que as ciências naturais, mas eu acredito que seja empírica, sistemática, tente desenvolver argumentos que possam ser ao menos confrontados com provas. Ela vai atrás de um objetivo mais ou menos específico... Por isso não vejo motivo para não chamá-la de ciência, mas concordo que não como a física ou a química etc. Porém não vejo por que compará-la à física. Eu mesmo não acho que a questão de como chamá-la seja tão importante. (GEERTZ, 2001, online).

Ainda sobre a antropologia interpretativa e o papel do antropólogo, Geertz nos afirma que

a antropologia não pode mais ser uma ciência completamente geral, que estuda tudo, que diz estudar o "Homem". Ela tem que perceber qual é, em um lugar como a Índia, ou a Indonésia, ou o Marrocos, ou o Brasil, o seu papel particular em interpretar o que ocorre, isso ao lado de outras disciplinas, como economia, política, história, literatura. Tudo isso deve ser levado em consideração, e a antropologia deve encontrar seu lugar e sua contribuição em meio a esses outros campos. (GEERTZ, 2001, online).

Ainda nessa direção,

Uma das metáforas preferidas para definir o que faz a antropologia interpretativa é a da leitura das sociedades como textos ou como análogas a textos. A interpretação se dá em todos os momentos do estudo, da leitura do "texto" cheio de significados que é a sociedade à escritura do texto/ensaio do antropólogo, interpretado por sua vez por aqueles que não passaram pelas experiências do autor do texto escrito. (GEERTZ, 2001, online)

Como percebemos, são muitas as vertentes pelas quais podemos vislumbrar o conceito de cultura e, conseqüentemente, determinados grupos. Nesse sentido, Ruth Benedict ressalta que as lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que outras utilizam. A autora pontua os truques de focalização e perspectiva que, segundo a antropóloga, conferem a cada povo uma visão nacional da vida; “em questão de óculos, não esperamos que aqueles que os usam conheçam a fórmula das lentes, daí tampouco podemos esperar que as nações analisem suas próprias perspectivas do mundo” (BENEDICT, 1973, p. 18). Nessa perspectiva, podemos afirmar que nenhum ser humano consegue enxergar o mundo desprovido de uma lente, sem qualquer influência. Eles veem a realidade que os cerca de maneira modificada por uma gama de costumes, hábitos, maneiras de pensar, que, no geral, determinam concepções de certo ou errado, estranho ou familiar, entre outros.

Sob essa ótica, se considerarmos o atual fenômeno da globalização, quais são as lentes pelas quais grande parte do mundo concebe o conceito de cultura? Quais as influências desse fenômeno na cultura dos países emergentes? Qual público tornou-se o principal alvo desse processo? Essa será a discussão central do próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 5—CULTURA, JUVENTUDE(S) E CONSUMO: TRAÇOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, fizemos um exercício de compreensão acerca do conceito de juventude(s), a partir das diversas vertentes que envolvem a dimensão do objeto. Discutimos também as questões de socialização no seio das culturas juvenis, os contrastes econômicos e sociais. No que diz respeito ao conjunto de atribuições conferidos a essa condição, também abordamos os conceitos de indústria cultural e sociedade de consumo a partir de teóricos como Catani e Gilioli (2008), Groppo (2017) e Barbosa (2004).

5.1 Juventude ou juventude(s)?

O tema da juventude tem tomado corpo no Brasil de forma bastante intensa nos últimos anos, ampliando e diversificando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos (ABRAMO; LEON, 2005). Nesse sentido, podemos afirmar que há uma diversidade de autores nesse campo, com diferentes visões e perspectivas a respeito desse assunto. Essa multiplicidade de abordagens resulta em diferentes concepções no que tange ao próprio objeto em questão.

Dessa forma, a visão mais imediata está relacionada às questões biológicas do indivíduo. Outras teorias definem "juventude" a partir de um recorde etário, entre 15 e 24 anos, no caso da Organização Mundial de Saúde (OMS); outra aceção concebe a juventude apenas como uma fase de transição da infância à vida adulta. Entretanto, autores como Abramo (1994), Catani; Gilioli (2008) e Groppo (2000; 2017) compreendem o conceito por um viés mais sociológico, isto é, como categorias socialmente construídas e passíveis de mudança.

Tratar de juventude envolve múltiplos aspectos a serem analisados. Desde o marco da Sociologia da Juventude de 1920, as pesquisas acadêmicas já têm quase um século de tradição consolidada sobre o assunto. Nesse contexto, existem muitas abordagens possíveis acerca dessa etapa social da vida (CATANI; GILIOLI, 2008). De acordo com os autores, é necessário dizer que não há apenas uma juventude e uma cultura juvenil, mas várias, que diferem segundo condições sociais e históricas específicas.

Groppo (2000) compreende juventude como categoria social, representação sociocultural cunhada pelos próprios indivíduos considerados jovens dentro de uma

comunidade para dar significados a determinados comportamentos atribuídos a essa palavra. Assim, é importante ressaltar que o termo “cultura juvenil” surgiu na década de 50 para se referir justamente a esse universo de comportamento desse público específico. No entanto, como nos apresenta Abramo (1994), foi somente na década de 60 que o conceito alcançou o seu desenvolvimento a partir das manifestações juvenis que ocorreram na época. Pais (2003), por sua vez, ao definir cultura juvenil, ressalta o sistema de valores atribuídos à juventude, muitos deles, importados de culturas estrangeiras.

A juventude é, na sociologia, tida como categoria social pelo fato de fazer parte de uma estrutura social, de formar um grupo, uma coletividade de sujeitos, assemelhados pelo *status* etário intermediário. Também é uma categoria social, por fazer parte do imaginário social, como símbolo. Ela é, ainda, uma representação social, um conjunto de atribuições que podem ser positivas ou negativas, criadas por uma coletividade e associadas à condição juvenil (GROPPO, 2017).

De acordo com Groppo (2017), juventude também é uma categoria histórica. Segundo o autor, a juventude, concretamente, como representação social e como grupo etário, não é reconhecida e formada em todas as sociedades. Quando existentes, ela opera de diferentes modos, conforme a sociedade em que vigora e, até mesmo, o grupo específico ou classe social. Nesse sentido, juventude é uma categoria histórica porque é sujeita a transformações e metamorfoses, a ponto de desaparecer quando dada sociedade reconfigura-se, como na passagem das sociedades antigas às medievais, no mundo europeu. Trancoso e Oliveira (2016) corroboram esse pensamento ao afirmarem que o conceito de juventude está vinculado também a uma ideia de tempo e de devir, relacionado a uma idade cronológica ou a um momento específico da vida, não rigorosamente mensurado, mas historicamente localizado dentro do ciclo de vida da pessoa, obedecendo a algumas prerrogativas culturais ou, ainda, com relação ao tempo.

Dessa forma, segundo a perspectiva de Groppo (2017), a idade, por si só, não define a condição juvenil. O sociólogo da juventude refuta a criação de marcadores objetivos universais, propostos pela modernidade, com o objetivo de facilitar o trabalho das instituições que lidam com a categoria. Vejamos:

A modernidade desejou criar marcadores objetivos, fundamentados em um suposto curso natural da vida, de caráter universal, que estabelecia claramente as fronteiras entre as categorias etárias. Deste modo, ela criou uma sociedade que fez a “cronologização do curso da

vida”. Tais marcadores estabeleciam os limites etários do público a ser atendido pelas instituições destinadas a lidar com a categoria etária: família, creche, orfanato, escola, quartel, universidade, abrigo, asilos etc. no que teria sido a “institucionalização do curso da vida”. Ambos os processos, cronologização e institucionalização do curso da vida, especialmente em relação à juventude, parecem ter entrado em colapso, ao menos desde o final do século passado, regredindo mesmo nos locais e grupos sociais em que pareciam ter se efetivado como práticas sociais. (GROPPO, 2017, p.195).

Entretanto, mesmo com o colapso desses processos, os seus marcadores e anseios continuam fortes no imaginário social, como parte das representações coletivas que pretendem orientar as atitudes dos sujeitos. Assim, Groppo (2017) ainda ressalta crise semelhante em outro atributo que, no passado, foi marcante da condição juvenil: a juventude seria o tempo de preparação para assumir certas “funções sociais”, o que permitiria ao indivíduo mudar de *status*, da posição social intermediária juvenil à posição privilegiada da maturidade. Esses marcariam o ingresso na vida adulta dados os eventos mais ou menos simultâneos: o fim da escolaridade, a entrada no mundo do trabalho, o casamento, a vinda dos filhos e a formação de uma lar próprio. Contudo, para o autor, esses marcadores subsistem, atualmente, mais como padrões de referência do que como práticas concretas possíveis ou desejadas para a grande parte dos que vivem a condição juvenil.

Sendo assim, Groppo (2017) alerta para os perigos de determinar de modo puramente biológico a condição juvenil. O mesmo risco continua quando, ao lado dos aspectos biológicos, considera-se o fator psicológico de maneira isolada, distante do mundo social ou se afirma que a atuação social dos jovens tem como determinantes únicos os fatores biopsicológicos, naturais, imanentes à condição juvenil. Nesse cenário, a sociologia considera que toda categoria etária, como é a juventude, nasce da interpretação e ressignificação sociocultural das transformações biopsicológicas do curso da vida (GROPPO, 2017). Entretanto, é importante considerar que essa relação não finda aí, posto que a interpretação sociocultural de dada faixa etária também vai influenciar por vezes, fortemente, esse curso da vida.

Nesse âmbito, o autor destaca uma infundável discussão sobre a relação entre natureza e cultura, sobre quem tem a influência mais poderosa. De modo geral, pode-se dizer que parte muito relevante das transformações biológicas e do amadurecimento não depende do reconhecimento social ou da consciência dos sujeitos para que elas

aconteçam. Mas é preciso que a sociedade dê condições para que o corpo do sujeito atravessasse essas fases (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016; GROppo, 2017).

Gropo (2017) considera que, nessa relação entre sociedade e natureza, pode-se dizer que é nos extremos que mora o perigo. Conhecemos o primeiro, o reducionismo biológico e biopsicológico, que retifica a condição juvenil, desconsiderando sociedades, grupos, eras da história em que ela não era reconhecida ou tinha significações muito distintas da que vivemos, a qual, por vezes, pensamos ser algo universal. Contudo, há, também, o risco do reducionismo sociológico, que abstrai aquelas necessidades iminentes à vida, concebendo uma natureza humana elástica quase que ao infinito, à mercê das práticas sociais e dos discursos simbólicos. Assim, mais recentemente, o autor ressalta as interpretações pós-estruturalistas, que, quando aplicadas para se pensar a juventude e outras categorias etárias, correm esse risco.

Na primeira metade do século XX, pode-se perceber a hegemonia da sociologia estrutural-funcionalista da juventude, considerando os grupos juvenis como tendo a função de socialização secundária. O estrutural funcionalismo preocupa-se com a integração do indivíduo em uma estrutura social que não é posta em causa por essa corrente teórica (GROppo, 2017). Se a sociologia estrutural-funcionalista desenvolve a perspectiva que poderíamos chamar de “tradicional” sobre a juventude, com enfoque na integração social, a segunda metade do século XX desenvolveria, de modo mais característico, teorias “críticas”. Estas não contestam a ideia básica da sociologia funcionalista, isto é, a juventude como socialização secundária. Mas contestam os sentidos tradicionais dessa vinculação dos indivíduos à estrutura social.

Nesse contexto, a partir dessas considerações, desenvolve-se, como em Mannheim (1982) e Forachi (1972), a ideia de que a juventude tem uma relação experimental com os valores e a realidade social. Dessa forma, buscam-se explicar os movimentos radicais e contraculturais dos anos 1960. Pais (1993) intitula essa vertente de corrente geracional. Outra corrente das teorias críticas é a “classista”, que melhor reconhece a relação complexa entre a categoria juventude e outras categorias sociais em uma dada sociedade, ou a relação complexa entre a estrutura das categorias etárias e as demais estruturas e realidades sociais, tais como as estruturas das classes sociais, as relações de gênero, as relações étnico-raciais, a condição urbano-rural, a filiação religiosa, a diversidade regional etc. O marcante dessa corrente “classista”, como percebido no próprio nome, é a relação entre categorias etárias e estrutura de classes sociais (GROppo, 2017; PAIS, 1993).

Se as teorias críticas da juventude, ou correntes geracional e classista, ainda colocam-se dentro de um referencial moderno, de acordo com Groppo (2017), as próximas teorias, desenvolvidas desde o final do século XX e início do século XXI, encaminham a sociologia da juventude para um âmbito considerado como pós-moderno, cada vez mais relativizando e até negando a proposição original da sociologia funcionalista, isto é, a juventude como transição à vida adulta, por meio da socialização secundária. Autores como Silva (2010 apud GROPPPO, 2017) intitulam essas teorias de “pós-críticas”. Estas, primeiro, reconhecem o papel mais ativo dos sujeitos e grupos na constituição das juventudes. Em segundo lugar, elas fazem a leitura dos processos de flexibilização e desinstitucionalização da vida social como privatização e descronologização do curso da vida, de modo que relativizam e até negam o caráter transitório da condição juvenil (GROPPPO, 2017).

Para Groppo (2017), pode-se afirmar, também, que houve uma dissociação relativa entre a juventude como categoria etária e a juventude como representação social. Valores associados à juventude passam a ser desejados, vividos e usados como critérios éticos e estéticos para indivíduos em diversas faixas etárias, não mais apenas aquelas associadas à juventude. Dessa forma, indivíduos dentro da faixa etária tradicionalmente tida como juventude podem cultivar modos de ser e viver, relacionados também, tradicionalmente, a outras faixas etárias, como a infância, caracterizada por uma suposta ausência de responsabilidade e incapacidade de autonomia decisória; e na maturidade, vive-se parcialmente supostos atributos da vida adulta, como maternidade, paternidade, casamento e trabalho.

5.2 Definindo sociedade de consumo e indústria cultural

Muitos autores das ciências sociais, tais como Dayrell (2001) e Catani e Gilioli (2008), dedicam-se ao estudo de algumas atribuições específicas atreladas à(s) juventude(s), como, por exemplo, a prática do consumo sob a ótica da indústria cultural. Mas, afinal de contas, o que é uma sociedade de consumo?

O termo é um dos inúmeros rótulos utilizados por intelectuais, acadêmicos, jornalistas e profissionais de marketing para se referir à sociedade contemporânea e toda a dinâmica capitalista que está diretamente atrelada ao assunto (BARBOSA, 2004). Diferentemente de termos como sociedade pós-moderna, pós-industrial e pós-iluministas, que marcam o fim ou a passagem de uma determinada época, sociedade de

consumo, à semelhança de outras expressões, como sociedade da informação, do conhecimento, do espetáculo, entre outras, remete-nos a uma determinada dimensão específica, que, para Barbosa (2004), é definidora das sociedades contemporâneas.

Contudo, no que diz respeito ao termo sociedade de consumo, a dimensão singularizada do termo “consumo” aponta-nos uma nova perspectiva conceitual. De acordo com Barbosa (2004), o consumo, seja para fins de satisfação de necessidades básicas ou mesmo supérfluas, no geral, é impulsionado apenas pelo desejo ou prazer de comprar. Nesse contexto, segundo a autora, surgem alguns questionamentos: se todas as sociedades humanas consomem para poderem se reproduzir física e socialmente, se todas manipulam artefatos e objetos da cultura material para fins simbólicos e diferenciação, atribuição de status, pertencimento individual, o que significa consumo no rótulo de sociedade de consumo? Ele sinaliza para algum tipo de consumo particular ou para um tipo de sociedade específica com arranjos institucionais, princípios classificatórios e valores particulares?

A resposta para esses questionamentos são: as duas coisas simultaneamente, levando em consideração a abordagem teórica utilizada (BARBOSA, 2004). Para alguns autores, como Baudrillard (2008), por exemplo, a sociedade de consumo é aquela que pode ser definida por um tipo específico de consumo, o consumo de signo ou *commodity sing*. Para outros, como Adorno e Horkheimer (1990), a sociedade de consumo está para além do *commodity sing* e englobaria características sociológicas, como consumo de massas e para as massas, alta taxa de consumo e de descarte de mercadorias per capita, presença da moda, sociedade de mercado, sentimento permanente de insaciabilidade e o consumidor como um de seus principais personagens sociais (BARBOSA, 2004; SANTOS, 2011). Vejamos:

Baudrillard, assim como os demais pensadores franceses dos anos 1960 e 1970, debruça-se sobre um fenômeno novo do pós-guerra: a emergência da sociedade de consumo francesa e de uma nova cultura alicerçada sobre signos, resultado dos meios de comunicação de massa e do avanço da técnica, que se torna um fator estruturante desse novo sistema. Nesse sentido, as obras desses pensadores são indagações diante do aparecimento de um novo sistema de valores, num mundo capitalista avançado. É assim que eles rompem com as teorias até então vigentes. (SANTOS, 2011, p. 126)

Entretanto, uma definição do que é sociedade do consumo não é simples. Desse modo, Retondar (2008) afirma-nos que a sociedade de consumo caracteriza-se, antes de

tudo, pelo desejo socialmente expandido da aquisição "do supérfluo", do excedente e do luxo. Assim, a estrutura pela marca da insaciabilidade, da constante insatisfação, cuja necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota, num *continuum* onde o final do ato consumista é o próprio consumo. O autor afirma que,

O espraiamento dessa lógica – que se dá a partir das mudanças estruturais desenvolvidas no século XVIII na Europa ocidental, especialmente com a Revolução Industrial – acelera-se a partir da segunda metade do século XX, quando o universo do consumo passou a ganhar centralidade tanto como motor do desenvolvimento econômico quanto através da expansão do consumismo como elemento de mediação de novas relações e processos que se estabelecem no plano cultural das sociedades modernas. (RETONDAR, 2008, p. 138)

Nessa perspectiva,

O consumo deixa de ser uma variável dependente de estruturas e processos a ele externos e passa se constituir enquanto campo autônomo, caracterizando-se como importante objeto do conhecimento no âmbito das ciências sociais contemporâneas, especialmente no campo dos estudos sobre a cultura. (RETONDAR, 2008, p. 138)

Por sua vez, no intuito de designar esse âmbito de racionalização ocidental, Adorno e Horkheimer (1990) preferiram utilizar a expressão “indústria cultural”. Para os autores, o que essa atividade capitalista deseja é uma produção em série de bens culturais para satisfazer de forma ilusória necessidades geradas pela estrutura de trabalho e também para a manutenção da carência por novos produtos. Esse processo estabelece um sistema em que as pessoas são permanentemente enganadas em relação ao que, de fato, necessitam (ADORNO; HORKHEIMER, 1990; FREITAS, 2003). Assim, os produtos fornecidos pelos meios de comunicação de massa passam a ideia de legitimação das necessidades que eles satisfazem, isto é, de que essas são efetivamente reais, necessárias e próprias dos seres humanos. Entretanto, na maioria das vezes, as necessidades são geradas pelo próprio sistema em suas variadas dimensões.

Desse modo, é comum vermos o termo “sociedade de consumo” associado a outros conceitos, como sociedade de consumidores, cultura de consumo, cultura de consumidores e consumismo, que são, na maioria das vezes, usados como sinônimos

uns dos outros (BARBOSA, 2004). Contudo, embora esses termos designem dimensões da realidade muito próximas, do ponto de vista analítico, é possível e desejável que se diferencie sociedade de consumo e de consumidores de cultura do consumo e de consumidores por duas razões. De acordo com a autora, primeiro, quando utilizamos cultura do consumo e/ou sociedade de consumo, estamos enfatizando esferas da vida social e arranjos institucionais que não se encontram, na prática, uniformemente combinados entre si, podem ser encontrados desvinculados uns dos outros. Segundo Barbosa (2004),

Algumas sociedades podem ser sociedades de mercado, terem instituições que privilegiam o consumidor e os seus direitos, mas que, do ponto de vista cultural, o consumo não é utilizado como a principal forma de reprodução nem de diferenciação, e variáveis como sexo, idade, grupo étnico e *status* ainda desempenham um papel importante naquilo que é usado e consumido. Ou seja, a escolha da identidade e do estilo de vida não é um ato individual e arbitrário, como alguns autores o interpretam no contexto das sociedades ocidentais contemporâneas. (BARBOSA, 2004, p. 57)

A autora ainda ressalta a cultura indiana como um bom exemplo dessa disjunção entre sociedade e cultura de consumo. Nela,

(...) a religião desempenha um papel importante nos tipos de alimentos que podem ser consumidos, nos critérios de poluição que estruturam as diferentes práticas de preparação e ingestão dos mesmos e na escolha dos cônjuges, uma tarefa deixada a cargo dos pais na ausência de uma ideologia de amor romântico, que o relacione diretamente a casamento e vida em comum. (BARBOSA, 2004, p. 58)

A segunda razão pela qual devemos ter clara a distinção entre sociedade e cultura é porque, para muitos autores, a exemplo de Frederic Jameson, Zygmunt Bauman, Jean Baudrillard, a cultura do consumo ou dos consumidores é a cultura das sociedades pós-modernas, e o conjunto de questões desse âmbito é bastante específico. De acordo com Barbosa (2004), essas especificidades incluem a relação íntima e quase causal entre consumo, estilo de vida, reprodução social e identidade, a autonomia da esfera cultural, a estetização e comoditização da realidade, o signo como mercadoria e um conjunto de atributos negativos atribuídos ao consumo, tais como: perda de autenticidade das relações sociais, materialismo e superficialidade, entre outros.

Barbosa (2004) ainda pontua que autores como Pierre Bourdieu investigam o consumo sob outras perspectivas, como as razões que levam as pessoas a consumirem, o

significado e importância do consumo, o papel da cultura material no desenvolvimento da subjetividade humana etc; como vemos a seguir:

(...) esses autores investigam o consumo sob perspectivas altamente relevantes, tais como: quais as razões que levam as pessoas a consumirem determinados tipos de bens, em determinadas circunstâncias e maneiras? Qual o significado e importância do consumo como um processo que media relações e práticas sociais, as relações das pessoas com a cultura material e o impacto desta na vida social? Qual o papel de cultura material no desenvolvimento da subjetividade humana? É possível a elaboração de uma teoria sobre consumo que dê conta de todas as modalidades? Em suma, esses autores investigam como o consumo se conecta com outras esferas da experiência humana e em que medida ele funciona como uma “janela” para o entendimento de múltiplos processos sociais e culturais. (BARBOSA, 2004, p. 60)

De acordo com a autora, esses dois tipos de abordagens diferenciam-se entre si em diversos aspectos. Sendo assim,

No caso dos autores que discutem a cultura do consumo como a cultura da sociedade pós-moderna ou do capitalismo tardio, a crítica social sobressai-se em relação à fundamentação empírica e sociológica. A sociedade parece emergir de um conjunto de suposições sobre a cultura contemporânea que são tomadas como dados e quase nunca desafiadas criticamente. (BARBOSA, 2004, p. 61)

Toda essa dificuldade conceitual de se definir e delimitar o que é uma sociedade de consumo junta-se ao próprio caráter alusivo da atividade de consumir, que a torna apenas social e culturalmente percebida na sua dimensão supérflua, ostentatória ou até mesmo de abundância (BARBOSA, 2004). Para a antropóloga, a consequência dessa associação automática e inconsciente entre consumo, ostentação e abundância foi e ainda é o permanente envolvimento da sociedade de consumo e do consumo com debates de cunho moral e moralizante sobre os seus respectivos efeitos nas sociedades contemporâneas.

Levando em consideração essa gama de efeitos que o consumo produz nas sociedades contemporâneas, no próximo capítulo, iremos aprofundar esse entendimento analisando as práticas sociais de um público específico, isto é, da(s) juventude(s). A partir das questões de pesquisa elaboradas para a construção deste trabalho, tentaremos compreender o protagonismo dos Estados Unidos da América, assim como a importância da língua inglesa nesse processo de “americanização” do globo.

CAPÍTULO 6 – QUESTÕES DE PESQUISA E DISCUSSÃO DOS DADOS

No presente capítulo, fizemos uma retomada das perguntas que nortearam esta pesquisa, no intuito de realizarmos a discussão dos dados. A partir dos autores citados no decorrer do texto, a exemplo de Catani e Gilioli (2008) e Dayrell (2001), e das diversas vertentes trabalhadas durante os capítulos teóricos, apontamos alguns posicionamentos em que corroboramos os estudiosos bem como aqueles dos quais divergimos. Iniciamos com a pergunta de número 1:

1- Quais são as representações de juventude(s) produzidas pelos meios de comunicação sob a ótica da indústria cultural e qual o papel da língua inglesa nesse processo?

É importante ressaltar que a percepção de juventude como categoria social é própria do século XX, em especial, em sua segunda metade. De acordo com Catani e Gilioli (2008), a urbanização fez dos jovens alvo de preocupação do Estado e de vários setores sociais, destacando-se temas como a educação, a delinquência e o trabalho. Nesse panorama, a juventude adquiriu importância na esfera do consumo e da indústria cultural, sendo o avanço técnico e a expansão dos meios de comunicação fatores preponderantes para o protagonismo juvenil no mercado da moda, da música, esporte, entre outros. Nessa direção, ainda no século XX, a sociologia concebeu juventude como momento da socialização secundária, destacando o caráter transitório da condição juvenil, posto que os jovens estariam destinados a ingressar na maturidade (GROPPO, 2017). Para o autor, a condição juvenil é aqui marcada como um *status* inferior, pois o sujeito ainda não goza de plena independência do grupo familiar ou comunitário de origem.

De acordo com Groppo (2017), as teorias tradicionais são consideradas como discursos sociológicos que, na primeira metade do século XX, colaboraram para a construção do conceito sociológico “clássico” de juventude. Entretanto, desde o início da sociologia da juventude, outras possibilidades já se configuravam no interior dessas teorias tradicionais acerca dessa categoria social, que apresentavam para uma diferente noção de socialização e uma diferente perspectiva do modo como ela se dava no interior

dos grupos juvenis. Essas possibilidades são bem frequentes na Escola de Chicago¹⁵ e no Interacionismo Simbólico¹⁶. Catani e Gilioli (2008), por sua vez, ressaltam que é possível perceber a categoria juventude por meio de dois registros. Assim,

Os sujeitos ou grupos sociais podem se autoidentificar como jovens ou portadores de uma cultura juvenil. Podem, também, ser identificados como tais por outros segmentos etários ou instituições (Estado, família, organizações), que os caracterizam – elegem um ou alguns traços como essência que caracteriza a juventude. Nesse sentido, pode-se dizer que, para a sociedade, o desafio é definir o jovem, enquanto para o jovem é definir-se diante de si próprio, de seus pares e perante a sociedade. Ambas as formas de identificação costumam aparecer juntas na prática, mas sua distinção é útil para delimitar os contornos que a juventude pode tomar em diferentes contextos sociais, políticos e históricos. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 12)

O primeiro problema ao se falar de juventude(s) e sua(s) cultura(s) é defini-la(s) (CATANI; GILIOLI, 2008). Assim, para discutir o que vem a ser juventude, faz-se necessário começar desmistificando-a como categoria apenas natural e biológica. Para esses estudiosos, juventude é, antes de tudo, uma construção social que pode variar de acordo com as diferentes culturas e mesmo no interior de cada uma delas. Vejamos algumas definições possíveis:

A) Faixa etária, com limites variando de 10 a 35 anos conforme o propósito de qualificação. Entre outros limites, há os que estabelecem os 10 anos para identificar, por exemplo, a condição de jovens pobres que têm poucas oportunidades de viver infância e adolescência, logo se inserindo no mundo do trabalho. Há o marco dos 14 anos em países como o Brasil, que representa a idade mínima legal para o trabalho. No outro extremo, chega-se àqueles jovens de classes sociais mais favorecidas, que podem estender sua juventude ao morar com os pais até uma idade mais avançada, demorando a ingressar no que se convencionou chamar de vida adulta. As caracterizações da juventude por faixa etária são bastante utilizadas em estatísticas, na elaboração de políticas públicas e para determinar, por exemplo, as idades permitidas para o trabalho, a censura na mídia e as responsabilidades civil, penal e eleitoral.

B) Determinação da maturidade/imaturidade dos indivíduos mediante, por exemplo, o uso de variáveis biológicas e psicológicas.

¹⁵Essa primeira linha teórica fundamenta muitas das posições que consideram a(s) juventude(s) como problema social que precisa ser compreendido e reprimido pelo Estado e pelos setores organizados da sociedade civil (CATANI; GILIOLI, 2008).

¹⁶ Para Silva (2012), a teoria do Interacionismo Simbólico traduz-se na microanálise das interações, ações e reações entre os indivíduos em dada realidade.

C) Definição de critérios socioeconômicos para estabelecer os limites da juventude – renda, escolarização, casamento, paternidade ou maternidade, ambiente rural ou urbano e independência econômica.

D) Estado de espírito, estilo de vida ou setor da cultura (valorizados positiva ou negativamente), terminologias relacionadas às expressões culturais e aos comportamentos juvenis. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 14)

Os diversos critérios podem se combinar e, além das diversas interpretações do que é juventude, levar a refletir se ela é uma categoria autônoma ou não em relação a outras (classe, gênero, etnia, religião etc.). A juventude, no singular, baseia-se na ideia de que o jovem seria sempre capaz de romper com erros das gerações anteriores e criar, dessa forma, uma sociedade melhor. Entretanto, Catani e Gilioli (2008) pontuam a noção de juventudes, no intuito de ressaltar as suas multiplicidades. Ainda do ponto de vista dos autores, é útil compreender a juventude no singular, uma vez que ela se uniformizou com a internacionalização da economia, a globalização do consumo, entre outros. Contudo, englobar diferentes vertentes, posicionamentos, expressões e condições juvenis numa perspectiva generalizante é perigoso. Bourdieu (1983) corrobora o pensamento de Catani e Gilioli (2008) ao afirmar que juventude é apenas uma palavra, ao passo que haveria ao menos duas juventudes: a burguesa e a das camadas mais populares, com diferenças significativas entre elas. O sociólogo sinaliza que jovens universitários, camponeses, operários têm pouco em comum, além da faixa etária. Sendo assim, torna-se necessário falar em juventudes e em culturas juvenis. Como pode ser visto:

Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido etc. (BOURDIEU, 1983, p. 112)

O aspecto econômico e o consumo são entendidos como uma das dimensões mais relevantes nas práticas culturais do ser humano, especialmente na maioria das sociedades atuais (CATANI; GILIOLI, 2008). Nesse sentido, o consumo juvenil, favorecido pelo crescimento urbano, desenvolvimento tecnológico e a ampliação do

acesso aos meios de comunicação, ganhou destaque nesse processo. Aqui é importante considerar que o consumo cultural, destinado à juventude, possui características bem peculiares, pois, nesse contexto, a condição juvenil é vista de forma positiva. Para Catani e Gilioli (2008), na esfera do consumo, há um estereótipo construído acerca da juventude como etapa áurea da vida, fase em que se pode desfrutar do tempo livre, do lazer, do vigor, esporte e de toda criatividade artística.

O discurso publicitário também relaciona a juventude ao ato de consumir. É importante ressaltar que, mesmo que o consumo cultural construa uma imagem positiva da juventude, as divergências sociais e econômicas, nem sempre, permitem que os próprios jovens vivenciem as inspirações de que são objetos (BOURDIEU, 1983; CATANI; GILIOLI, 2008). Nesse sentido, a indústria cultural influencia de maneira exorbitante para uma série de exclusões e diferenciações entre as múltiplas condições juvenis. A partir do pensamento de Bourdieu (1983), podemos considerar que os jovens pobres têm possibilidades bem reduzidas, se não inexistentes, de consumir em espaços como restaurantes, concertos, *shows*, *shoppings*, viagens turísticas internacionais (sendo necessário conhecimento de outra língua), entre outros. A eles, muitas vezes, as possibilidades de entretenimento resumem-se aos parques, praças públicas, comércio e bares destinados ao público de menor poder aquisitivo.

Nesse âmbito, em meados dos anos 80, sobretudo durante a redemocratização, o consumo e a indústria cultural foram duramente criticados por serem tidos como ferramentas destinadas à reprodução do sistema capitalista e alienação da juventude. Catani e Gilioli (2008) afirmam que o poder da indústria cultural era tamanho a ponto de neutralizar toda e qualquer produção de consciência social e crítica. Dessa forma, é notório que um dos principais expoentes desse processo são os Estados Unidos da América, que, favorecidos pelo fenômeno da globalização, propagam sua cultura ao redor do globo. Nessa dimensão, a juventude torna-se um dos principais alvos da indústria cultural (MANNHEIM, 1978), que, atraídos e influenciados pelo *glamour* de Hollywood facilmente encontrados nos filmes, nas diversas plataformas de *streaming*, esforçam-se para alcançarem, talvez, o inalcançável. Qual o jovem que nunca desejou se vestir ou se comportar como aquele(a) cantor(a) ou ator(a) de sua série ou grupo musical favorito? Quantos jovens não desejam estudar a língua inglesa no sonho de desbravarem a terra do Tio Sam? Quantos não desejariam que a sua escola fosse tão legal quanto aquelas que aparecem nos filmes *teens*? A indústria cultural, por vezes, é cruel. Ela desperta nos jovens “necessidades” abstratas, mas que, para eles, surgem

como essenciais, porque determinado anúncio publicitário, série, filmes dizem que os são.

Sendo assim, ratificamos o pensamento de Siqueira (2005) ao afirmar que, em tempos mais remotos, a Europa era o centro de referência do desejo do estrangeiro; nos dias atuais, são os Estados Unidos, com todo o seu poderio econômico, cultural e linguístico. Dessa forma, assim como o autor, também compreendemos que importamos modos, modelos pré-fabricados e formas de viver de culturas dos chamados países desenvolvidos sem a devida filtragem e o cuidado necessário com os efeitos que a adoção de tais hábitos, estilos e comportamentos pode acarretar às nossas vidas em todos os aspectos, sobretudo, para os jovens. Aqui, consideramos que uma das principais ferramentas de transporte é a utilização da língua inglesa enquanto produto cultural refletida nos variados âmbitos da indústria do entretenimento.

Nesse contexto, não corroboramos a ideia de Catani e Gilioli (2008) ao afirmarem que as vestimentas e determinados comportamentos atribuídos à juventude surgem como mecanismo de liberdade ou expressões culturais próprias, uma vez que consideramos que a grande maioria desses aspectos mencionados, em alguma medida, sofrem influência da indústria cultural e da atual sociedade de consumo, mesmo que de maneira inconsciente. Entendemos a dinâmica das culturas juvenis, mesmo aqueles movimentos que, de alguma forma, procuram lutar contra o sistema capitalista; também compreendemos a perspectiva de Bourdieu (1983) ao pontuar a problemática social e econômica que envolve o tema. Entretanto, mesmo aqueles jovens de menor poder aquisitivo, em sua maioria, esforçam-se para participarem da dinâmica do consumo e tentarem usufruir de bens que, teoricamente, seriam das camadas mais favorecidas. Aqui não nos referimos somente a bens materiais, como as roupas e sapatos de marca, celulares de última geração, mas também a ambientes de lazer, universidades, entre outros.

Desse modo, entendemos que há uma apropriação e domesticação dos estilos jovens por parte da indústria cultural. Nesse sentido, concordamos com o pensamento de Catani e Gilioli (2008) ao afirmarem que existe uma caricatura do jovem revolucionário dentro da indústria do entretenimento. Essa perspectiva é facilmente reproduzida nos filmes e séries estadunidenses ao retratarem o jovem rebelde, alheio às leis, às normas. Jovens que se deixam conduzir por uma vida de prazeres, perigos e aventuras. Esse é estereótipo da juventude que mais agrada a indústria cultural. O jovem rebelde (em todas as suas dimensões) é facilmente comercializado. Nos filmes e séries,

esses são os mais populares, dão-se bem em quase todas as ocasiões, são tidos como os que “sabem aproveitar a vida”, estilosos, *cool*. A indústria cultural, a sociedade de consumo apropriam-se dessa imagem para ditarem a moda, o estilo, influenciando esse público por meio do sistema global de comunicação. Nesse âmbito, ratificamos a perspectiva dos autores ao destacarem que essa caricatura, bem como os diversos comportamentos atribuídos à juventude, passaram a ser encarados como formulações sociais que tentam buscar alternativas aos discursos tradicionais, tais como política, religião e família.

De acordo com Catani e Gilioli (2008), as representações mais conhecidas sobre juventude são produzidas pelos meios de comunicação, que, como foi dito, tendem a elaborar caricaturas do que seria a cultura jovem (no singular). Nesse sentido, atestamos o pensamento dos autores ao afirmarem que os hábitos, as experiências e os modos de vida dos jovens das camadas sociais médias costumam ser eleitos como representantes de uma suposta essência da condição juvenil em geral. Entretanto, esse modelo assume dois pressupostos diferentes: constrói uma ideia de juventude constituída com base em padrões adultos ou trata a cultura juvenil como se fosse elemento alheio à sociedade adulta.

Existem ainda duas outras opções que se apresentam para os meios de comunicação: construir a imagem da juventude ligada à delinquência ou à moda (CATANI; GILIOLI, 2008). A primeira é quase sempre ligada aos jovens de menor poder aquisitivo. Enquanto a segunda urge como uma estratégia da indústria cultural de trazer os estilos juvenis para a esfera do consumo. Nesse âmbito, corroboramos Catani e Gilioli (2008) ao ressaltarem a importância das “tribos urbanas” nesse processo. Essas tribos, nascidas em sua maioria nos EUA e difundidas por todo o globo, caracterizam-se por grupos de jovens que se identificam por adotarem modismos comuns, sendo cada um desses grupos definido fundamentalmente por seu perfil específico de consumo de determinados bens.

Até aqui vimos algumas das principais representações sobre juventude(s) produzidas pela mídia. Para a maioria dos discursos publicitários, a condição juvenil está diretamente atrelada ao ato de consumir, à revolução, à rebeldia, alheia às leis, às normas, movida por prazeres, perigos e aventuras. Essa é a imagem apropriada e reproduzida pela indústria cultural, que, no geral, é altamente rentável à sociedade do consumo. Como vimos, esse padrão de juventude é o de Hollywood, do cinema, das

canções estadunidenses, que, facilmente, difundem-se pelo globo por meio de diversas ferramentas, incluindo a língua inglesa.

2- Qual a relação da língua inglesa, da cultura norte-americana e das tribos juvenis com o consumo destinado à(s) juventude(s)?

A superlotação das cidades é um fenômeno que tem sido desenvolvido de forma alarmante nas últimas décadas. A população urbana cresce de modo desordenado em quase todas as nações, mesmo que o problema seja mais dramático em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. É justamente nessa perspectiva que ressaltamos as “tribos urbanas”. O termo “tribo” pode sugerir, inclusive, que há certa “selvageria” nos comportamentos instintivos desses jovens, que os exotiza ainda mais (CATANI; GILIOLI, 2008). De acordo com os autores,

Há desde a caracterização dos *punks* e *skinheads* como antissociais e “desajustados” (desviantes da “normalidade”), passando pelas jovens consumidoras de alto padrão (*patricinhas*) até os *nerds*, associados a comportamentos infantilizados ou “adultizados” (“não juvenis”). (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 24)

Algumas dessas “tribos” são identificadas em reportagens de revista¹⁷e sites¹⁸brasileiros como *patricinhas*, *clubbers*, *hip-hoppers*, *alternativos*, *sarados*, *nerds*, executivos ou *cowgirls* e *break-girls*. Nesse sentido, é importante ressaltar que cada um desses grupos possui uma forma e características próprias de expressividade. As *patricinhas*, por exemplo, são caracterizadas pelo alto poder aquisitivo refletido em seu poder de consumo; os *clubbers* são ligados à estética, gostam de cores fluorescentes e são adeptos da música eletrônica; os *hip-hoppers* apropriam-se da arte, para o enfrentamento de diversos problemas sociais, caracterizados pelas suas vestimentas largas, bonés, entre outros acessórios; os *nerds* são tidos como excessivamente intelectuais e pouco sociáveis, caracterizados pelo gosto por tecnologias, *games* e ficção científica. De acordo com as reportagens mencionadas, também existem as tribos dos *hippies*, *roqueiros*, *metaleiros*, *grunges*, *góticos*, *steampunk*, *otakus*, *bikers*, *emos*,

¹⁷Cirenza, F., Carone, S. Vai procurar sua turma – jovens do Brasil. Marie Claire (Rio de Janeiro, Globo), n. 141, dez. 2003 apud Catani; Gilioli (2008).

¹⁸<https://www.bol.uol.com.br/listas/2017/06/07/tribos-urbanas-ontem-e-hoje-conheca-35-grupos-que-fazem-historia-na-sociedade.htm?mode=list>.

hipsters, geeks, yuppies, playboys, dorks, mods, teddy boys, cosplayers, indies, straighedge, preppies.

Nesse contexto, afirmamos o pensamento de Catani e Gilioli (2008), bem como o de Bourdieu (1983), ao pontuarem que uma distinção das tribos pode ser estabelecida por fronteiras entre as classes sociais, expressas pelo consumo: *patricinhas, mauricinhos, executivos* e grupos semelhantes procuram construir um estilo que ressalta a sua condição de segmento socialmente privilegiado. Entretanto, na contramão dessa realidade, existem as *camilinhas*, que corresponderiam a *patricinhas* “empobrecidas”. Diversas tribos enfatizam sua condição de pertencimento à classe trabalhadora, menos favorecidas ou moradores da periferia: *punks, skinheads, rappers, rastafáris, funkeiros*. Alguns desses grupos possuem afinidades com ideologias políticas, enquanto os demais estão relacionados aos valores da negritude.

Outra tribo que ganha bastante representatividade entre os jovens são os esportistas (*surfistas, skatistas, sarados*), conhecidos também pelo culto ao corpo. Esse público específico possui características bem peculiares no que diz respeito ao consumo. De acordo com Catani e Gilioli (2008), o esporte é um dos elementos do consumo mais associados ao que se supõe ser a essência da condição juvenil. Na atualidade, é crescente o número de academias, clubes, até mesmo formações acadêmicas destinadas a esses mecanismos. Para os autores,

O vigor físico, a luta pela vitória e as torcidas constituíram-se em parâmetros que aproximam a juventude ao esporte. Além disso, as práticas esportivas foram concebidas como possível meio de contenção de comportamentos violentos, indisciplina, agitação e rebeldia. Nos Estados Unidos, os esportes organizados foram introduzidos nas universidades com esta finalidade. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 28)

Assim, o futebol, no Brasil, é o esporte que mais está em evidência. O campo de futebol é quase sempre o local onde muitos desses jovens são reconhecidos pelos seus talentos e habilidades. Desse modo, não é de se espantar que esse seja o esporte mais praticado entre o público juvenil, até mesmo pelo baixo custo necessário para praticá-lo. O futebol movimenta uma larga cadeia de consumo de produtos, e, nesse âmbito, reconhecemos a problemática da diferença de classes pontuada por Bourdieu (1983) e Catani e Gilioli (2008); entendemos que alguns irão praticar o esporte em escolinhas renomadas, munidos de todo o aparato necessário, enquanto outros estarão praticando o

mesmo esporte descalços na rua de suas casas. Contudo, em algum momento, acreditamos que o futebol une a juventude, seja na torcida por um mesmo time, na preferência pelo esporte ou até mesmo no sonho de um dia se tornar um jogador profissional.

A partir da década de 1970, percebe-se a formação de amplo contingente de consumidores entre os jovens de baixa renda, com a expansão e desenvolvimento de serviços voltados principalmente para as esferas da diversão e do consumo de roupas (CATANI; GILIOLI, 2008). Nesse sentido, ratificamos o pensamento de Adorno e Horkheimer (1990) ao afirmarem que a diversidade de bens de entretenimento da cultura de massa, no tempo de lazer dos jovens, foi preponderante para a mudança dos padrões de comportamento, o que transformou efetivamente os modos de vida das novas gerações. A esfera do consumo cultural desse público específico passou a ser altamente influenciada pelos meios de comunicação. Se, naquela época, a televisão era uma das principais ferramentas de transporte, hoje, a internet tornou-se o principal veículo.

A expansão econômica e as transformações culturais advindas com a globalização, bem como o dinamismo das sociedades modernas, foram reforçados e legitimados nas atuais sociedades de consumo. Aqui, corroboramos o pensamento de Mannheim (1978) ao afirmar que o jovem começou a ganhar importância, ao passo que tornou um dos principais alvos da indústria cultural. Saveriano (2013) atesta o mesmo pensamento ao dizer que a juventude torna-se o mais desejável bem de consumo, isto é, a juventude, em si, tornou-se uma mercadoria que fomenta a comercialização de inúmeros produtos e serviços a ela agregados. De acordo com a autora, na condição de consumidor, o jovem constitui-se um alvo privilegiado da indústria do consumo.

Desse modo, entendemos que *Hollywood* teve papel fundamental no processo de difusão dos padrões culturais e de consumo estadunidenses. Nesse âmbito de consumo cultural juvenil, reforçamos a ideia de Catani e Gilioli (2008) ao pontuarem o cultivo e o consumo da música como importantes elementos da(s) cultura(s) jovem(ns) nas sociedades modernas. Para os autores, a facilidade de acesso a mecanismos de reprodução audiovisual, as plataformas digitais, *shows* musicais, a *internet* etc. vêm a ser um reflexo do impacto que esse ramo da cultura exerce sobre as gerações mais novas. Assim, é importante ressaltar que as músicas da cultura estadunidense ganham destaque entre a juventude. As grandes divas norte-americanas, por meio da sua música e estilo, influenciam os/as jovens em diversas dimensões: seja na forma de vestir, falar

ou se comportar. De acordo com Catani e Gilioli (2008), a música é um dos elementos que compõem o que seria a essência da condição juvenil, segundo as representações que a sociedade constrói sobre essa etapa da vida. Dayrell (2001) corrobora esse pensamento ao afirmar que

A música acompanha os jovens em grande parte das situações no decorrer da vida cotidiana: música como fundo, música como linguagem comunicativa que dialoga com outros tipos de linguagem, música como estilo expressivo e artístico; são múltiplas as dimensões e os significados que convivem no âmbito da vida interior e das relações sociais dos jovens, sendo mais vivida do que apenas escutada. (DAYRELL, 2001, p. 21)

Ao comentar esse fato, Dayrell (2001) ressalta a “lição” sobre sociologia da arte e da música, do sociólogo e musicólogo Theodor Adorno, evidenciando como a música tende a criar um espírito e formas de comunidade, exercendo grande poder de agregação. Desse modo, reforçamos a perspectiva do autor, ao sinalizar a música como um grande agente de socialização para os jovens, à medida que produz modelos de interação entre indivíduos e sociedade. O sociólogo ainda pontua que a relação entre a música e as agregações juvenis não pode ser entendida como uma relação natural, mas como uma construção histórica datada a partir da década de 50, com o *jazz*, pelas tribos juvenis tidas como marginais. Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, surgiam os *beats*; um movimento juvenil também considerado como marginal e que se expressava por meio do *jazz*. Para Dayrell (2001), é significativa a compreensão da música e das relações sociais que são estabelecidas em seu entorno, respondendo, muitas vezes, aos anseios juvenis de encontrar um sentido para a vida, preenchendo o que não se domina. "Para muitos, na arte é possível encontrar salvação" (DAYRELL, 2001, p. 22).

Nesse sentido, a partir do *rock'nroll*, torna-se mais evidente a relação entre a indústria cultural e a juventude, no contexto das culturas juvenis. Dayrell (2001) afirma que, a partir do pós-guerra, a cultura de massas passou a investir na criação de um mercado próprio, estimulando um estilo bastante peculiar de vestimenta, com produtos privilegiados de consumo, desde chicletes e refrigerantes até meios de locomoção, como as motocicletas. Esse estímulo perpassou a história e ainda pode ser observado nos dias atuais. Tendo o cinema como uma das principais ferramentas, o *rock'nroll* expressa um novo padrão de comportamento e valores entre a juventude. Vejamos:

O cinema contribuiu para veicular a nova estética, mas é o *rock'n' roll* que veio expressar o novo padrão de comportamento e novos valores, centrados, dentre outros, na liberdade, na autonomia e no prazer imediato. É o símbolo dessa cultura juvenil emergente, com uma música delimitada etariamente, que se expande para todo o mundo como a "linguagem internacional da juventude". (DAYRELL, 2001, p. 22)

Ainda nessa direção, Dayrell (2001) pontua que, nesse contexto,

ocorre a transferência de um estilo musical para a vida dos jovens, que passam a se identificar com a sonoridade, as letras, o modo de se vestir e de se comportar, fazendo com que, muitas vezes, uma geração possa reconhecer-se na produção musical de um determinado período. (DAYRELL, 2001, p. 22-23)

Por sua vez, Polon (2016) ressalta o *rock n' roll* como um dos maiores símbolos da musicalidade norte-americana incorporada no Brasil. Nas palavras do autor,

Certamente que o maior símbolo da musicalidade norte-americana incorporada no Brasil foi o *rock n' roll*, estilo que até os dias atuais é um dos preferidos, principalmente quando as letras incorporam traços de protesto. Ironicamente, bandas brasileiras que adotaram o Rock como seu estilo musical, cantaram revoltas contra a inserção do cultural norte-americano no Brasil, como é o caso da Legião Urbana, em sua manifestação contra os produtos enlatados e a imposição da cultura estrangeira. (POLON, 2016, p. 43)

Como foi citado, curiosamente, alguns artistas nacionais apropriaram-se do *Rock* para protestarem contra a inserção cultural norte-americana no Brasil, como é o caso do grupo Legião Urbana na canção "Geração Coca-Cola"¹⁹, como vemos a seguir:

Quando nascemos fomos programados
A receber o que vocês nos empurraram
Com os enlatados dos U.S.A., de nove às seis

Desde pequenos nós comemos lixo
Comercial e industrial
Mas agora chegou nossa vez
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola

¹⁹ Letra de Geração Coca-Cola/Compositores: Renato Junior Manfredini.

Depois de vinte anos na escola
 Não é difícil aprender
 Todas as manhas do seu jogo sujo
 Não é assim que tem que ser

Vamos fazer nosso dever de casa
 E aí então, vocês vão ver
 Suas crianças derrubando reis
 Fazer comédia no cinema com as suas leis

Paralelamente ao desenvolvimento da indústria fonográfica e da mídia, ratificamos o pensamento de Dayrell (2001) ao sinalizar que a música veio se tornando um dos principais códigos de diferenciação no que diz respeito às tribos juvenis. Chambers (1996 apud Dayrell, 2001) revela que esse fato não é recente, mas, desde os anos 50, vem ocorrendo uma sucessão de ritmos e sons que não são apenas um meio de diversão, lazer, entretenimento ou evasão da vida cotidiana. Para o autor, muitas dessas tribos constituem uma expressividade que subverte os códigos normativos e os significados dominantes na sociedade, como vemos a seguir:

Desde os *teddy boys*, os *mods*, os *skinheads*, os *punks*, os *rappers*, os *funkeiros* ou os *clubbers*, dentre outros diversos estilos, todos constituem uma expressão de culturas juvenis que, como veremos, concretiza-se em um estilo que reinterpreta e, muitas vezes, subverte os códigos normativos e os significados dominantes na sociedade. (CHAMBERS, 1996 apud DAYRELL, 2001, p. 23)

Nas décadas de 60, 70, ocorre uma maior diversificação das expressões juvenis. Outros estilos musicais, outras tribos, cada uma com sua maneira "própria" de expressividade. Essa pluralidade de ritmos e estilos também surgiu como ferramenta de transporte de práticas de culturas específicas, quase sempre, dos Estados Unidos da América, tendo em vista que a grande maioria dessas tribos e movimentos juvenis surgiram em terras americanas e, posteriormente, propagaram-se por todo o globo.

No que tange ao comércio, muitos dos produtos disponíveis possuem nomenclatura estrangeira ou, por vezes, mesclada ao português, por exemplo, creme dental *Close-up*, *Neutrox*, Sorvete *Kibon*, *Sucess*, Shampoo *Clear Men*, Batatas *Ruffles*, *Cup Noodles*, *Catchup*, entre outros. A exposição dos jovens aos elementos da cultura norte-americana, sobretudo, à língua inglesa, acontece de forma diária; um simples passeio pelo supermercado demonstra essa realidade. Os *fast foods*, *McDonald's* e comidas congeladas são elementos da cultura americana que também foram incorporados às práticas alimentícias; a comida rápida, industrializada, pouco nutritiva e calórica.

Polon (2016), ao analisar a opção das empresas por mesclar em suas embalagens palavras portuguesas e inglesas, afirma que é possível pensar na hipótese de que as coisas estrangeiras pareçam ao consumidor mais confiáveis que os produtos brasileiros, portadoras de *status*. Em contextos mais recentes, também percebe-se que as empresas brasileiras têm se apropriado de vocábulos da língua inglesa na divulgação de promoções dos seus produtos, tais como *Black Friday*, *Black Night*, *Tudo Off* etc. O *McDonald's* também é tido como um símbolo da sociedade de consumo. Esse, somado a outras grandes marcas, como *Coca-Cola*, *Disney*, estão presentes e são reconhecidos em diversos lugares do mundo, sendo também um marco no que diz respeito ao consumo destinado à(s) juventude(s). Vejamos algumas imagens:

IMAGEM 3 - Anúncios publicitários



Fotos: (Paulo Pampolin/Hype/) e (Jeff J Mitchell/Getty Images)
 Fonte: <https://exame.com/negocios>

Desse modo, ao longo deste capítulo, pudemos compreender algumas das diversas razões que colocam o jovem como um dos principais alvos da indústria cultural. Entendemos o conceito de juventude como categoria social, resultante de fenômenos como a urbanização, avanço técnico e expansão dos meios de comunicação. Observamos algumas das teorias tradicionais, as diversas categorias que estão atreladas ao conceito de juventude (classe, gênero, etnia, religião etc.), bem como o aspecto econômico. No decorrer da discussão, também sinalizamos o papel da mídia no que diz respeito às representações mais conhecidas sobre juventude. Ainda neste capítulo, ratificamos a relação entre a língua inglesa, a cultura norte-americana e as tribos juvenis no que tange ao consumo destinado a esse público específico. Assim, no próximo capítulo, apresentaremos as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi um exercício de compreensão do contexto que permitiu que a língua inglesa alcançasse *status* global, bem como a sua relação com a indústria cultural e o consumo destinado à(s) juventude(s). Contudo, é sabido que, nem sempre, o inglês ocupou esse lugar. Em muitos períodos da história, outros idiomas estabeleceram-se como língua franca, e esse fato esteve diretamente ligado a questões econômicas. Com o advento da globalização, identificamos a grande contribuição dos estadunidenses no que diz respeito ao aprimoramento da revolução tecnológica, que, de certa forma, é um dos traços desse processo. Assim, vimos alguns pontos que enaltecem o processo de globalização como algo benéfico, mas, simultaneamente, como um movimento excludente e perverso.

Entretanto, é justamente nesse contexto iniciado com a colonização, da importância do Império Britânico no século XIX, pela predominância econômica dos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial, momento que se estende até o final do século XX e perpassando a história, que a língua inglesa ganhou tamanha ascensão social e cultural. Ela surge como um meio de o falante adentrar-se em outros campos, acompanhar as intensas transformações socioculturais e, dessa forma, favorecer a interação desse indivíduo numa escala global.

Assim sendo, entendemos que uma língua não se torna global por causa de suas propriedades estruturais, pela extensão do vocabulário, pela bagagem literal e muito menos por ter sido associada a uma grande cultura ou religião. A razão maior pela qual uma língua torna-se global está relacionada, no geral, ao poder político, econômico e militar de um povo. Notamos a maneira como se estabeleceu enquanto a “língua do mercado”, “da ciência”, “da tecnologia” e do “entretenimento”. Dessa forma, o fato de ser um estudante ou falante do idioma está carregado de simbologias em suas entrelinhas que superam as questões fonéticas e fonológicas acerca do seu aprendizado. Percebemos que, na maioria das vezes, esse fenômeno está ligado a questões de ganhos econômicos, bem como à conquista de um meio de ascensão social e cultural do falante.

Nesse sentido, de acordo com Phillipson (1992), a língua inglesa não se espalhou por acaso. O autor ressalta que a promoção da língua está diretamente relacionada à estratégia global de culturas específicas. Para Siqueira (2015), ao analisar assuntos de incontáveis livros didáticos, é possível identificar elementos como

referências culturais que sempre recorreram à prática de se espelhar na vida diária dos falantes nativos, incorporando suas crenças, comportamentos e valores.

Ortiz (2004), por sua vez, ressalta que a prática do inglês, seja como meio de comunicação, afirmação de prestígio, seja como expressão literária, implica o fortalecimento do padrão da língua inglesa no mercado. Dessa forma, sua autoridade é reforçada quando as pessoas o empregam em suas tarefas cotidianas, desde o pós-colonialista, que publica seu livro crítico em inglês, ao empresário brasileiro em suas viagens internacionais. Outro exemplo bastante expressivo dessa legitimidade do idioma ocorre no campo da música, em que é fartamente utilizado a despeito de ser ou não compreendido pelos jovens consumidores. Desse modo, a difusão global de tais músicas ou gêneros musicais independe da dificuldade da sua decodificação. Nesse sentido, as tribos urbanas encontram-se numa situação em que as pessoas apreciam o que não entendem. A legitimidade da língua inglesa é tamanha, a ponto de prescindir do entendimento daqueles que a desconhecem (BOURDIEU, 1983; ORTIZ, 2004).

Na construção dos modos de vida juvenil, o mundo cultural ocupa uma centralidade (DAYRELL, 2001). De acordo com o autor, pode-se afirmar que a relação entre juventude e cultura é um tema recorrente. A existência de espaços específicos de trocas de expressões culturais pelos quais os jovens afirmam uma separação geracional é recente, sendo o pós-guerra o marco de surgimento das intituladas “Culturas Juvenis”. Este termo refere-se a modos de vida específicos e práticas cotidianas dos jovens, que expressam significados nas diversas dimensões da vida em sociedade. O termo é utilizado no plural, pois não se pode falar de uma cultura juvenil específica, homogênea. Como vimos ao longo deste trabalho, existe uma gama de tribos urbanas, tribos juvenis, que se divergem nas práticas culturais e com especificidades no que tange ao consumo (CATANI; GILIOLI, 2008; DAYRELL, 2001; PAIS, 2003). No caso do Brasil, tal fenômeno começou a ganhar força nas décadas de 70 e 80 por meio da inserção dos jovens no mercado de trabalho urbano. Nessa perspectiva, Dayrell afirma que,

No Brasil, esse processo começou a tornar-se visível com os punks, na década de 80, embora desde a década anterior já viesse ocorrendo uma grande inserção dos jovens no mercado de trabalho urbano, gerando uma ampliação significativa do consumo juvenil, principalmente na moda e no lazer. Criaram-se as condições para uma maior diversificação social da juventude urbana. Se, na década de 60, falar em juventude era referir-se aos jovens estudantes de classe média e à participação política, nos anos 80 falar em juventude implica incorporar os jovens das camadas populares e a diversidade de estilos

existentes. Aliado à pulverização das ações coletivas, faz com que a visibilidade social dos jovens se dê por intermédio dos grupos culturais existentes. (DAYRELL, 1999 apud DAYRELL, 2001, p. 24)

Ainda nesse âmbito,

desde os punks, sucede-se uma lista considerável de movimentos e tendências, umas mais passageiras, outras ainda persistentes, envolvendo jovens de diferentes camadas sociais, com diferentes projetos, níveis diferenciados de envolvimento, mas tendo em comum uma proposta de estilização e a eleição de um determinado ritmo musical. São os punks nas suas diversas variações, como o *trash*, o *hardcore*, o *anarco-punk*. São os *darks*, o *heavy metall*, o *reggae*. É nessa esteira que podemos situar o hip hop e o funk. (DAYRELL, 2001, p. 25)

A maioria desses grupos torna-se espaços privilegiados de expressão da realidade juvenil urbana, seus anseios e contradições (DAYRELL, 2001). Nesse sentido, explica o autor, que é por meio da música que tocam e ouvem, das roupas que vestem, da forma como se relacionam entre si e com a sociedade que se torna possível verificar questões mais latentes presentes no seio dessas tribos, inclusive os mecanismos pelos quais são influenciados. Compreender o *rap*, *funk*, *rock*, entre outros, como estilos, expressa uma manifestação simbólica das culturas juvenis, por meio de um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais que os jovens consideram representativos da sua identidade visual e coletiva (DAYRELL, 2001). Nesse contexto, na construção do estilo, somam-se dois processos, como podemos observar:

Um deles é a "bricolage", uma noção inspirada em Levi-Strauss, que supõe a forma pela qual os objetos e símbolos são retirados de um repertório já existente, reordenados e recontextualizados para comunicar novos significados. Outro processo presente é a homologia, um conceito derivado da semiótica que remete à simbiose que se estabelece entre os artefatos, o estilo e a identidade do grupo. (DAYRELL, 2001, p. 25)

De acordo com Dayrell (2001), o estilo constitui uma combinação hierarquizada de elementos culturais, na forma de textos, artefatos e rituais, tendo a música como um dos principais elementos. Por meio do sistema global de comunicação, das plataformas de *streams*, as canções, sejam elas nacionais ou de culturas específicas, ganharam o globo, influenciando as práticas dos jovens nas variadas dimensões, como vemos a seguir:

Como já relatamos, desde a década de 50 sucedeu-se uma série de estilos, todos articulados em torno do gosto musical. A novidade nos últimos anos é a dimensão da produção cultural; os grupos não se contentam apenas em ser receptores passivos, mas buscam intervir na cena cultural com produções musicais próprias. (DAYRELL, 2001, p. 26)

Ainda nessa direção,

O estilo também se manifesta muitas vezes na criação de uma linguagem própria ou na apropriação de expressões e gírias utilizadas em outros meios; na utilização de elementos estéticos visíveis (roupas ou cortes de cabelos), como também na participação em atividades ou eventos próprios de cada um deles. Dessa forma, asseguram a demarcação de diferenças com o mundo dos adultos e com outros grupos juvenis. Longe de ser uma combinação arbitrária, as expressões culturais levadas a cabo pelos jovens nos mais diversos estilos assumem um papel na recriação das identidades individuais e coletivas. (DAYRELL, 2001, p. 26)

Dayrell (2001) pontua que esse universo de criação não é algo estático. Para o sociólogo, essas possuem um dinamismo intenso, podendo experimentar diversas sensações, que variam desde momentos de apogeu, de refluxo, de obsolescência ou mesmo de revitalização, exemplificados nos diversos casos de *revivals* que ocorrem no cenário cultural. Nesse sentido, na atualidade, seja em aniversários ou formaturas, é comum vermos a realização das chamadas “festas retrô”, em que jovens caracterizam-se com vestimentas típicas de décadas passadas e se divertem ao som de clássicos da música daquela época. Entretanto, esse dinamismo não acontece apenas no ciclo temporal. É o que nos explica Dayrell (2001) ao comentar Feixa (1998) sobre outros desdobramentos desse processo, sobretudo, no que tange à difusão de estilos específicos, sua apropriação pela sociedade de consumo e aos meios pelos quais esses jovens são influenciados por valores de culturas estrangeiras, a exemplo da norte-americana. Vejamos:

Mas o dinamismo não ocorre apenas no seu ciclo temporal. A difusão de um estilo além das experiências dos grupos, em outros contextos sociais e territoriais, pode levar à diluição dos seus significados originais, ou mesmo à sua resignificação por outros grupos. É o caso do *hip hop*, por exemplo, que, originário dos EUA, difundiu-se como cultura juvenil internacional, assumindo uma trajetória e significados específicos no Brasil. Ao mesmo tempo, podem sofrer processos de rotulações por parte de agências sociais que o vinculam a atividades

marginais ou à violência, como é o caso do funk no Brasil. Não podemos nos esquecer também da ação da indústria e do mercado, que buscam se apropriar dos novos estilos como forma de alimentar a produção de novidades. Ao transformar o estilo em moda, há uma tendência para apresentá-los de forma simplificada, apta ao consumo de massas. Dessa forma, não podemos falar em um estilo "autêntico", sem contaminações, pois desde o processo da sua criação o estilo pode ser sincrético e multifacetado. (FEIXA,1998 apud DAYRELL, 2001, p. 26-27)

No Brasil, como já vimos, a origem do *hip hop* configura-se nos anos 70, com a proliferação dos chamados *bailes black* nas periferias dos grandes centros urbanos. Embalados pela *Black music* americana, muitos desses jovens enxergavam nos bailes uma oportunidade de entretenimento que, até então, era inexistente. Nesses bailes, os jovens procuravam a valorização da cultura negra, expressa não só nas músicas, como nas roupas e nos penteados. Rio de Janeiro e São Paulo foram as cidades pioneiras desses encontros. Entretanto, por meio da indústria cultural, logo a moda espalhou-se por todo o país (DAYRELL, 2001). Ao tecer algumas considerações sobre os estudos relacionados à(s) juventude(s) em terras brasileiras nesse mesmo período, Catani e Gilioli (2008) ressaltam o jovem estudante como principal foco de interesse das pesquisas, como pode ser observado no excerto a seguir:

No Brasil, a atenção à(s) juventude(s) como segmento social ganhou força a partir dos anos 50, em consequência da expansão industrial e urbana ocorrida após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, e até a década de 1970, o jovem estudante é o principal foco de interesse das pesquisas, sendo considerado parte fundamental do processo de modernização da sociedade, fenômeno que ocorria em toda a América Latina. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 99)

A partir da década de 80, as análises da condição juvenil no Brasil expandiram os seus horizontes. De acordo com Catani e Gilioli (2008), os estudos dos grupos juvenis marginalizados tomaram grande impulso, assim como a preocupação em estabelecer políticas públicas voltadas para os problemas enfrentados pela(s) juventude(s), em particular na década de 90. Outras pesquisas foram direcionadas para a compreensão da dinâmica de socialização de jovens que se reuniam em diversas tribos, tais como *punk*, *reggae*, *funk*, *hip hop* etc. Ao mesmo tempo, com a expansão dos meios de comunicação, outras vertentes de estudos surgiram atreladas ao consumo e lazer

desses jovens, que, até a década de 70, eram áreas pouco exploradas nas pesquisas brasileiras.

Desse modo, embora a juventude possa facilmente remeter-se, em um primeiro olhar, aos aspectos do desenvolvimento biopsicológicos dos indivíduos, Catani e Gilioli (2008) consideram que ela fundamenta-se em uma construção que varia conforme a época e as condições sociais, políticas e culturais existentes. Para os autores, o tema ainda é pouco estudado. As diversidades e desigualdades presentes nas culturas juvenis e na relação dessas com a sociedade são pouco conhecidas. Nesse sentido, esses pontuam que grande parte das percepções sociais acerca da condição juvenil é condicionada por estereótipos, idealizações, mitos e preconceitos. Catani e Gilioli (2008) afirmam que o desafio para a sociedade é conhecer a juventude. O desafio para a juventude é conhecer a si própria, no que tange aos seus aspectos de socialização, participação e criação nas diversas esferas do poder, do conhecimento, da economia e da cultura. Sendo assim,

O desafio maior é, na verdade, aprender a conviver com as diferentes possibilidades de expressão – sejam elas juvenis, adultas ou infantis – do ser humano e fazer do sistema social uma estrutura capaz de abrigar essa multiplicidade, oferecer oportunidades ao desenvolvimento dos diferentes segmentos que compõem a(s) juventude(s) e, sobretudo, de abrir às potencialidades de construção cultural que aí se apresentam. (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 105)

Em um mundo crescente e populoso, cuja industrialização e urbanização crescem em ritmo acelerado, percebemos o reflexo de todas essas questões na vida em sociedade. Nesse âmbito, a juventude como categoria social autônoma ganha cada vez mais relevância nos mais diversos aspectos da vida moderna. Estudar a(s) juventude(s), suas relações sociais e a maneira como lidam com os problemas advindos desse fenômeno ajuda-nos a compreender outros aspectos subtendidos das sociedades contemporâneas. Pensar o jovem é pensar a sociedade em suas diversas multiplicidades.

Diante do exposto, este trabalho foi apenas um recorte da gama de possibilidades que envolvem o tema. Vivemos em um mundo globalizado, em uma sociedade informacional, que, nas entrelinhas, legitima um mesmo código linguístico. Essa escolha não foi aleatória. Ao longo desta pesquisa, entendemos as razões que impulsionaram a língua inglesa a se estabelecer como a primeira do globo. Percebemos que essa realidade não decorre apenas dos seus fundamentos fonéticos, mas também de

aspectos históricos, políticos, econômicos e, atualmente, culturais. Com o advento da globalização e da universalidade de culturas específicas, a língua inglesa tornou-se também um produto da indústria cultural, que fomenta diretamente a sociedade de consumo.

Hoje, os Estados Unidos da América “ditam” as regras e os padrões a serem seguidos nos mais diversos âmbitos. No que diz respeito ao consumo destinado à(s) juventude(s), os EUA, por meio da sua forte indústria do entretenimento, da língua, como vimos, influenciam esse público em suas variadas práticas sociais. De acordo com Ortiz (2004), sem dúvida alguma, a língua inglesa seria uma das razões primeiras da supremacia cultural dos Estados Unidos no contexto global. Se a globalização declina-se preferencialmente em inglês (ORTIZ, 2004), o contato com a língua, ainda que desprovido de entendimento, configura sua legitimação e supremacia do que está subentendido nas suas entrelinhas, isto é, da cultura norte-americana; “escutar é crer” (BOURDIEU, 1983 apud ORTIZ, 2004).

Sendo assim, ao concluir este trabalho, entendemos que ainda existem outras vertentes a serem exploradas, razão que nos estimula a continuar nossos estudos de forma mais aprofundada. Contudo, esperamos ter contribuído para fomentar o debate na academia a respeito das diversas possibilidades que envolvem a propagação global da língua inglesa, o seu apelo científico e, principalmente, cultural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. SP: Página Aberta, 1994.
- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural. In: LIMA, L. C. (Org.). **Teoria da cultura de massa**. RJ: Paz e Terra, 1990.
- AIELLO, V. **A mitologia de um antropólogo**. Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1802200103.htm>. Acesso em: 27 Jan. 2021.
- ALVES, J. F. **A invasão cultural norte-americana**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- AYERBE, L. F. **Neoliberalismo e política externa na América Latina**. Uma análise a partir da experiência Argentina recente. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 68 p.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70.
- BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- BIANCO, L. **Ásia contemporânea**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1987.
- BOAS, F. **The Limitation of Comparative Method of Anthropology**. Science, N.S., vol.4. 2004.
- BOAS, F. **Antropologia cultural**. Trad. Celso de Castro. – 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero.1983. P. 112-121.
- CANEDO, D. P. **Cultura é o quê?** - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - Enecult, 2009, Salvador. Anais V Enecult, 2009.
- CARDOSO; HELWEGE, A. **A economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CATANI, A. M; GILIOLI, R. S. P. **Culturas Juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CHAMBERS, I. **Ritmiurbani: pop music e cultura di massa**. Genova: Costa e Nolan, 1985.
- CRYSTAL, D. **English as a global language**. Cambridge University Press, Ed. 2, 2003.
- CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 1999.

DAYRELL, J. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. **Tese** (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. **Juventude, grupos de estilo e identidade**. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

DIAS, M. **Sociedade brasileira de cultura inglesa**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca en América Latina**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

FEIXA, C. **De jóvenes, bandas e tribus**. Barcelona: Ariel, 1998.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2002.

FORACHI, M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FORATTINI, O. P. **A língua Franca da Ciência**. Rev. Saúde Pública, 31 (1): 3-8, 1997.

FRIEDRICH, P.; MATSUDA, A. When five words are not enough: a conceptual and terminological discussion of English as a Lingua Franca. **International Multilingual Research Journal**, Vol. 4, No. 1, 2010, p. 20-30.

FREITAS, V. **Adorno e a arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**; tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRADDOL, D. **The future of English?** A guide to forecasting the popularity of the English language in the 21st century. The British Council. London: The English Company (UK) Ltda, 1997.

GRIGOLETTO, M. **Inglês a linguagem dos negócios**. Revista Entre Livros. Ano I, n°4. Dueto, 1997.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. RJ: Difel, 2000.

- _____ **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- HOBBSAWM, E. **A Era do Capital (1848-1875)** RJ: Paz e Terra, 1975.
- _____ **A Era dos Impérios (1875-1914)**, RJ: Paz e Terra, 1987.
- JENKINS, J. **Current perspectives on teaching World English and English as a lingua franca**. *TESOL Quarterly*, v. 40, n. 1, 157-181. Março, 2006.
- KARNAL, L. et al. **História dos Estado Unidos: das origens ao século XXI**. Ed. 3, São Paulo: Contexto, 2007.
- KROEBER, A. 1949 "O superorgânico", in Donald Pierson (Org). **Estudos de organização social**, São Paulo, Livraria Martins Editora. 1950 "Anthropology". *Scientific American*, vol.83.
- KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na Era da Globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 p. 129-148.
- LACOSTE, Y. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. In: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEFFA, V. J. Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras. In: LEFFA, V. J. (Org.). **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas (RS): Educat, 2001, p. 333-355.
- LEON, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo civil**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- MADISON, J; HAMILTON, A; JAY, J. **Os Artigos Federalistas**. Apresentação: Isaac Kramnick; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978.
- _____ **O problema sociológico das gerações**. In: FORACHI, M. MANNHEIM. São Paulo: Ática, 1982.
- MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES. R. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONTESQUIEU, C. S. **O Espírito das Leis**. 3.ed. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. S. O conceito de cultura de Franz Boas e sua oposição historicista ao evolucionismo cultural do século XIX. In: **IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder**, 2014, Jataí - GO. IV Congresso Internacional de História: - Anais 2014, 2014.

ORTIZ, R. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, R. **O inglês e as ciências sociais e o inglês**. Revista brasileira de ciências. São Paulo, v. 19, 2004.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. 2. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____. **Nas rotas do cotidiano**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ISCTE. 1993.

PHILLIPSON, R. **Linguistic Imperialism**. Oxford University Press, 1992.

PEREIRA, J. C. **Educação e cultura no pensamento de Franz Boas**. Ponto-e-Vírgula (PUCSP), São Paulo, p. 01 - 118, 10 set. 2011.

POLON, L. C. K. **Tênuas fronteiras: inserção da cultura norte-americana nas práticas de consumo dos brasileiros**. Revista Perspectiva Geográfica, v. 11, p. 38-47, 2016. Disponível no web world wide em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/15575/10499>. Acesso 29 mar. 2019.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y (Org.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RETONDAR, A. M.A **(re) construção do indivíduo: a sociedade de consumo como 'contexto social' de produção de subjetividade**. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 23, p. 137-160, 2008.

RODRIGUES, M. R. O inglês em tempos de globalização: uma crítica aos efeitos do discurso neoliberal no ensino/aprendizagem de ILE no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Linguagem e Ensino) - Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande,

p.155.2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA C. D.; GUINDANI J. F. (Org.). **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S, Meneses, M. P. **Epistemologias do Sul.** Coimbra Almedina, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, T. C. **A sociedade de consumo, os *media* e a comunicação nas obras iniciais de Jean Baudrillard.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 21, p. 125-136, jun. 2011.

SEVERIANO, M. F. V. **A juventude em tempos acelerados:** reflexões sobre consumo, indústria cultural e tecnologias informacionais. Política & Trabalho (Online), v. 1, p. 271-286, 2013.

SILVA, C. L. **Interacionismo Simbólico:** história, pressupostos e relação professor e aluno; suas implicações. Educação Por Escrito, v. 3, p. 73-84, 2012.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (Org.) **O Brasil republicano.** História geral da civilização brasileira. Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1976. t.III, v.IV.

SIQUEIRA, S. **O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro se inglês.** IN: Revista Inventário. 4. Ed., jul/2005. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/04/04ssiqueira.htm>>. Acesso em: 02 Nov. 2020.

STEGER. M. **Globalization:** A very short introduction. Oxford University Press Inc. New York. 2003.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. **Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais:** análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 11, p. 278-294, 2016.

TULCHIN, J. A. **La Argentina y los Estados Unidos.** História de una esconfianza. Buenos Aires: Planeta, 1990.

TYLOR, E. **Primitive Culture.** Londres, John Mursay & Co. [1958, Nova York, Harper Torchbooks, 1871.

VASCONCELOS. B. O, D. **Imperialismo linguístico e o professor brasileiro de inglês:** desatando nós, apontando caminhos. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 177. 2017.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo:** texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2004.